



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DO TRABALHO DE DEUS... ADEUS AO TRABALHO?

Ontologia, precarização, controle do trabalho e fetichismo em

A caverna de José Saramago

Uberlândia / MG

2012

ERIC ARANTES CORRÊA

DO TRABALHO DE DEUS... ADEUS AO TRABALHO?

Ontologia, precarização, controle do trabalho e fetichismo em

A caverna de José Saramago

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Fabiane Santana Previtali.

Uberlândia / MG

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C817d Corrêa, Eric Arantes, 1983-
Do trabalho de Deus... Adeus ao trabalho? Ontologia, precarização,
controle do trabalho e fetichismo em A caverna de José Saramago / Éric
Arantes Corrêa. - 2012.
125 f.

Orientadora: Fabiane Santana Previtali.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Trabalho - Teses. 3. Saramago, José, 1922-2010.
A caverna - Crítica e interpretação - Teses. I. Previtali, Fabiane Santana.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação Ciências
Sociais. III. Título.

CDU: 316

ERIC ARANTES CORRÊA

DO TRABALHO DE DEUS... ADEUS AO TRABALHO?

Ontologia, precarização, controle do trabalho e fetichismo em

A caverna de José Saramago

Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Fabiane Santana Previtali.

Uberlândia, 21 de agosto de 2012

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Fabiane Santana Previtali (orientadora) – INCIS / UFU

Prof^a Dr^a Regma Maria dos Santos – CAC / UFG

Prof. Dr^o. Jesus José Ranieri – IFCH / UNICAMP

Ao meu filho João Pedro e à Daniella,
pelo carinho e estímulo de todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Dr^a Fabiane Santana Previtalli pelo diligente acompanhamento, solicitude e cordialidade durante todo o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo pelas providenciais contribuições teóricas e metodológicas ao trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia pelas contribuições teóricas durante as aulas ministradas no curso. Igualmente, agradeço aos membros da coordenação e secretaria, pelo atendimento às demandas solicitadas.

A Daniella, pelo companheirismo, amor, carinho e estímulo em todos os dias. Sem a sua força e incentivo diários, a obstinação e a apetência para a conclusão do texto minguariam diante de tantas adversidades cotidianas.

Agradeço aos meus pais Enio e Leda, que, assim como a família de artesãos em *A caverna*, resistem à sua maneira às transformações no mundo do trabalho.

Aos meus amigos, pelos infindáveis e informais diálogos sobre a vida. Certamente suas considerações lançaram luzes sobre o meu trabalho e não devem nada à ampla carga de textos investigados durante a pesquisa.

“Nós somos o que somos, mas também somos aquilo que fazemos”.

José Saramago, *As palavras de Saramago*, p. 160.

“O que as pessoas não conseguiram, e alguma razão têm, foi vencer o medo de perder o emprego”.

José Saramago, *As palavras de Saramago*, p. 476.

“Não nos incomoda viver no meio do lixo quando saímos para a rua perfumados”.

José Saramago, *As palavras de Saramago*, p. 474.

RESUMO

Do trabalho de Deus... Adeus ao trabalho? Ontologia, precarização, controle do trabalho e fetichismo em *A caverna* de José Saramago

O objetivo deste estudo é proceder a uma análise teórica e sociológica da obra literária *A caverna*, de José Saramago, tendo como tema principal a precarização e controle do trabalho, seguido de alguns desdobramentos fundamentais. Ancorado na sociologia do trabalho e referendado metodologicamente pela sociologia da literatura de Antonio Candido, e guiado pela narrativa saramaguiana em *A caverna*, busca-se a compreensão do trabalho como atividade central e primordial à produção e reprodução da vida material. Discute-se a precarização do trabalho, assim como as formas históricas de apropriação e controle da atividade laboral. Dimensiona o impacto das grandes corporações nesse controle e o conflito entre mecanização e trabalho manual nesse processo, problematizando os efeitos nefandos da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora, especialmente sobre o trabalho artesanal e o pequeno comércio. Aborda ainda a ascensão de uma categoria gestorial no processo de controle do trabalho ao longo da história. Por fim, evocando a metáfora da caverna de Platão presente na obra saramaguiana, analisa como o controle do trabalho pelas grandes empresas provoca o estranhamento em todas as dimensões da vida, estabelecendo relações entre fetichismo, relações de consumo e sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Precarização. Controle. *A caverna*. José Saramago.

ABSTRACT

God's work... Farewell to work? Ontology, precariousness, labor control and fetishism in The Cave of Jose Saramago

The aim of this study is to undertake a theoretical analysis of the literary and sociological Cave, Jose Saramago, having as main theme the precariousness of work and control, followed by some key developments. Anchored in the sociology of work and endorsed by the sociology of literature methodologically by Antonio Candido, and guided by the narrative Saramago in the cave, seeking to understand the work activity as central and essential to the production and reproduction of material life. It discusses the precariousness of work, as well as the historical forms of ownership and control of labor activity. Scales the impact of large corporations that control and the conflict between mechanized and manual labor in the process, questioning the nefarious effects of the restructuring of the productive working class, especially on small businesses and craft work. It also addresses the rise of a category gestorial in the process of labor control throughout history. Finally, invoking the metaphor of Plato's cave in this work Saramago, explores how labor control by large corporations causes the estrangement in all dimensions of life, establishing relationships between fetishism, consumer relations and sociability.

KEYWORDS: Work. Precariousness. Control. The cave. Jose Saramago.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Trabalho e ontologia em <i>A caverna</i> de José Saramago	19
1.1 O trabalho como processo formativo e atividade humana vital em <i>A caverna</i>	19
1.2 <i>Deus ex machina</i> : impactos da mecanização e da acumulação flexível sobre o trabalho manual em <i>A caverna</i>	36
2. Precarização e controle do trabalho em <i>A caverna</i>	62
2.1 Capitalismo monopolista: o impacto das grandes corporações no trabalho em <i>A caverna</i>	62
2.2 Direção capitalista e controle do trabalho em <i>A caverna</i>	78
3. Centro comercial: o Vaticano das mercadorias	94
3.1 O Centro comercial e o fetichismo da mercadoria em <i>A caverna</i>	94
3.2 Controle social e imposição do consumo pelas grandes corporações	100
3.3 A caverna dentro da caverna: estranhamento e fetichização da vida	108
Considerações finais	120
Referências	123

INTRODUÇÃO

José Saramago é, seguramente, um dos raros escritores contemporâneos de literatura em língua portuguesa que apresenta em sua obra um retrato tão pertinente e lúcido acerca de algumas tantas demandas sociais de nosso tempo. Notório por fomentar em seus livros relevantes debates em torno das crises sociais modernas e dono de um estilo peculiar de escrita, o escritor lusitano é responsável ainda por empreender críticas ferrenhas à religião e à Igreja Católica.

Declaradamente de orientação política marxista e membro do Partido Comunista Português (PCP) desde a década de sessenta, o autor evidencia, especialmente em seus romances publicados entre 1995 e 2005, várias contradições inerentes à sociedade capitalista. Não obstante, Saramago apresenta nas narrativas desse período discussões que remetem a temas clássicos da sociologia, e, especificamente no caso desta dissertação, à sociologia do trabalho.

Desse modo, a intenção deste projeto é investigar, sobretudo sob os auspícios da sociologia do trabalho, o romance *A caverna* (SARAMAGO, 2000). Saramago, que não raro – a exemplo da narrativa kafkaniana – utiliza recurso da parábola como elemento de construção textual, recorre nesta obra à alegoria da caverna de Platão (PLATÃO, 2001), a fim de apresentar, por intermédio de seus personagens, questões que são decisivas à abordagem marxista do trabalho.

No romance, o escritor português narra a história de Cipriano Algor e sua família. Algor é um oleiro sexagenário que fabrica louças de barro para, no dizer do autor, um grande Centro comercial. Ao ver seu produto rejeitado e substituído por similares industrializados, Algor é vitimado pela nulificação de seu trabalho artesanal em face da necessidade de maximização da produção pelo Centro, por meio de um aparato

tecnológico que reduza os custos e expanda a produção de maneira uniformizada, em atendimento às necessidades mercadológicas.

Dessa maneira, propomos uma análise teórica e sociológica da obra *A caverna*, tendo como mote principal a precarização e o controle do trabalho, seguido por alguns desdobramentos fundamentais que, ancorados na narrativa do escritor luso, possibilitam o enfrentamento de questões que versam sobre a centralidade do trabalho e a fetichização das relações sociais, em seus múltiplos aspectos.

É fato que uma obra literária – da mais realista a mais fantástica – traz, entre outras, uma vasta gama de questionamentos e ecos da realidade social, que, em determinado momento histórico, tem mais ou menos importância como elemento de reflexão e conhecimento acerca do mundo. Não obstante, a narrativa literária utiliza recurso constante à metáfora e outras figuras de linguagem, evidenciando amiúde múltiplos aspectos da vida humana.

A narrativa de José Saramago está imbuída de elementos fantásticos que proporcionam ao leitor a experiência de abalroamento, estranhamento e reflexão acerca do mundo. É o êxtase e o arrebatamento causados pela experiência da narrativa que impelem o leitor a confrontar-se com sua própria visão de mundo, reencontrando e resignificando o real, em um movimento duplo de desencantamento e reencantamento do mundo. No dizer de Ianni, “é provável que toda narrativa sociológica e literária, independentemente de sua realização, possa ser tomada como uma forma de desencantamento e reencantamento do mundo” (IANNI, 1997, p. 42).

Desta forma, considerando a narrativa do autor, este trabalho de dissertação é metodologicamente balizado pelo viés da Sociologia da Literatura, confluindo essencialmente com algumas das análises propostas por Antonio Candido e Otávio Ianni. Este último afirma que, embora ciência e arte sejam tratadas por algumas

correntes de pensamento como formas de linguagem distintas, divergentes e incomunicáveis, há, contrariando essa perspectiva, uma outra parcela de pensadores que defende a sua aproximação, sustentando, por exemplo, a possibilidade de que ambas se interpenetrem, ressonando uma sobre a outra (IANNI, 1997, p. 3).

Há, de fato, demarcações e fronteiras de linguagem e abordagem, pois enquanto a sociologia utiliza o rigor da precisão conceitual – assim como métodos específicos de análise, construção de objetivos, hipóteses e mensuração de dados –, a literatura se vale da metáfora, do estratagema ficcional como recurso para a objetivação de hipóteses, que, ainda que não sejam teoricamente ou empiricamente verificáveis no corpo do texto literário, lançam luzes e estimulam o receptor à abstração, à investigação e à formulação de conjecturas relativas a um incontável número de esferas que compõe a realidade, isto é, englobam, por exemplo, o campo afetivo, psicológico, sócio-econômico, antropológico, etc.

Diferentemente da literatura, a sociologia trabalha com interpretações e categorias conceituais, que, no dizer de Ianni, comprometem-se “com a fundamentação empírica e a consistência lógica” (IANNI, 1997, p. 5). Assim, enquanto o escritor da literatura busca a fundamentação de suas ideias por meio da criação de ambientes, situações imaginárias ou parábolas, o teórico da sociologia manipula dados, trata-os com rigor e escrutínio analítico, almejando, de forma “objetiva”, “evidências ou significados, de modo a apreender o singular e o universal, bem como as mediações” (IANNI, 1997, p. 44).

Assim como o sociólogo, ao selecionar um tema, o escritor de literatura procura demarcar um objeto e uma temática específica, estabelecendo, pelo viés narrativo que lhe é peculiar, nexos causais entre os personagens, edificando assim a composição do texto com uma coerência e uma objetividade interna que lhe é própria. Ainda segundo

Ianni, “tanto o escritor como o sociólogo são levados a delimitar e selecionar para compreender; interpretar ou conhecer” (IANNI, 1997, p. 12). Indo além, tal como o escritor literário, o sociólogo, o historiador, o antropólogo e o cientista social, entre outros, edificam narrativas, cada qual à sua maneira.

Deste modo, por intermédio da narrativa literária, é possível compreender e capturar os elementos ficcionais que refletem paradigmas e situações singulares à realidade social. Fazendo coro com Ianni, entendemos a sociologia e a literatura como “formas de auto-consciência” (IANNI, 1997, p. 44).

Antonio Candido, por sua vez, no intuito de aproximar sociologia e literatura por meio de uma análise ampliada, propõe uma metodologia de análise dialética que vincula a obra e o ambiente, fundindo texto e contexto. Destarte, o autor preconiza o alinhamento dos componentes estruturais ou estéticos da obra literária com os elementos sociais que a compõe. Consoante ao autor, uma análise que pretenda ser efetivamente integral e dialética deve contemplar uma ampla e solidária rede de influências recíprocas, em que seja considerada: a posição social do artista; as condições de produção da obra ou o alcance das determinações coletivas na sua construção; a situação sócio-histórica do autor; e, por fim, a relação entre a obra e o público (CANDIDO, 1987).

Em outros termos, um tratamento dialético do texto literário deve considerar, com rigor e atilamento, as interpenetrações entre a esfera social, o imaginário do autor e o público. O público, diz Cândido, “é fator de ligação entre o autor e sua própria obra” (CANDIDO, 1987, p. 38). Segundo o autor, embora a composição da obra se origine da criação individual, ela é demandada por grupos sociais e tem uma relevância objetiva em um determinado contexto histórico (CANDIDO, 1987, p. 26). Para ele, é possível afirmar que “forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor”

(CANDIDO, 1987, p. 25). Assim, as forças sociais têm impacto direto no momento e na necessidade histórica de produção da obra, tal como na sua recepção pela coletividade.

Por sua vez, o pesquisador pode capturar a representação de mundo de um grupo social ao estudar uma obra literária por meio de uma lógica relacional, à qual o autor pertence e reproduz, assim como o contexto histórico da obra, associando-o à trajetória intelectual do autor. Deste modo, Candido sugere que, como paradigma, “uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente” (CANDIDO, 1987, p. 7).

Todavia, a despeito desta abordagem relacional, Antônio Cândido discorre sobre seis modalidades de análise literária de tipo estritamente sociológico. Um primeiro modelo, considerado mais tradicional e esboçado no século XVIII, procura relacionar o conjunto da literatura, de um período e gênero específicos com as condições sociais. Já uma segunda abordagem, verifica o espelhamento da sociedade no interior da obra, compreendendo seus múltiplos aspectos.

O terceiro modelo enfoca a relação entre obra e público, a influência recíproca entre ambos, assim como a recepção e a destinação dos textos. O quarto modelo examina o posicionamento e a função social do escritor literário, relacionando a posição de classe com o caráter da sua produção e a organização social. Como desdobramento do modelo anterior, o quinto modelo tenciona investigar os objetivos políticos da obra, assim como dos autores. Por fim, o sexto e último modelo concentra-se na pesquisa das origens hipotéticas da literatura, tanto em seus aspectos gerais como em determinados gêneros.

Não obstante, tendo em vista que para Cândido, a metodologia relacional de abordagem constitui um modelo mais eficiente e completo na análise do texto literário – integrando análise estética e materialista, ou seja, tangenciando dialeticamente a

estrutura social, o gênero literário e a posição do autor em relação à obra –, não há impedimento para que o pesquisador se valha de uma modalidade específica de estudos de tipo sociológico sobre literatura (CANDIDO, 1987, p. 11).

De tal modo, mesmo sugerindo a dialética como a metodologia mais apropriada – tendo por base, neste caso, o trinômio autor, obra e público –, nota-se que Candido não se opõe a um tratamento exclusivamente sociológico da obra. Ele evidencia que a sociologia da literatura pode utilizar como parâmetro o tratamento externo de fatores externos – entendendo-se por externo as condições sociais dadas.

Não há, nesse sentido, uma camisa-de-força metodológica que obrigue o pesquisador a levar adiante uma avaliação ampliada da obra, que unifique incondicionalmente a crítica literária à sociológica, embora, ratificando, o método relacional sugerido por Cândido seja metodologicamente mais completo, por assim dizer, em termos de totalidade analítica.

Entendemos, portanto, que se trataria de um esforço incomensurável para um trabalho dissertativo a tentativa de sintetizar as diversas veias de análise que compõem o campo do estudo literário. O recorte, todavia, não compromete a validade científica do trabalho, nem representa necessariamente um empobrecimento crítico. No limite, a redução do leque analítico deixa, de fato, à margem certos tópicos, mas aprofunda em outras questões centrais que um trabalho de síntese poderia apenas tangenciar, e que são relevantes especialmente em uma determinada modalidade de análise sociológica.

Para tanto, optamos por conduzir este trabalho ancorado no que propõe a segunda modalidade analítica supracitada. Assim, utilizamos recurso à literatura como fio condutor, a fim de se evidenciar as consonâncias entre as situações ficcionais elucidadas no texto e os paradigmas da vida social, ou, dito de outro modo, visualizar o espelhamento da realidade social na narrativa literária, que, no caso, considera e situa as

contradições e transformações no mundo do trabalho dentro da obra *A caverna*, de José Saramago.

Todavia, embora a metodologia adotada não abarque uma concepção mais ampla e relacional que capture – dialeticamente, nos termos de Cândido – as relações sociais, o gênero literário e a posição do autor, não há demarcações rígidas que impossibilitem o contraponto com estas modalidades de abordagem da atividade literária. Assim, não constitui nenhuma heresia a incorporação de matéria prima que, por exemplo, explicita a visão de mundo do autor literário.

De tal modo, fizemos uso frequente de reportagens, entrevistas e comentários específicos do próprio José Saramago, como elementos que reiteram o seu posicionamento político e de classe, fornecendo, por fim, por meio de suas concepções, o substrato necessário para a melhor compreensão da obra estudada, assim como dos argumentos sociológicos lançados.

Em relação aos objetivos da dissertação, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos estabelecer a relação entre trabalho e os pressupostos da ontologia materialista com a narrativa saramaguiana em *A caverna*. Dessa maneira, procura-se no primeiro tópico, partindo das premissas cristãs sobre a criação do mundo, e, no esteio da derrisão materialista saramaguiana, problematizar o trabalho como atividade criativa central e indispensável à existência humana, definindo assim, por intermédio da teoria marxista, o seu caráter ontológico. O objetivo, portanto, não é um acerto de contas direto com a religião cristã – embora se parta de sua crítica – mas o assentamento, por meio da narrativa literária em *A caverna*, das bases para a fundamentação de uma ontologia materialista.

A analogia com elementos religiosos, aliás, é uma constante durante toda a dissertação, já que tanto a narrativa saramaguiana como a abordagem marxista são

permeadas pela crítica às concepções idealistas de mundo, afirmando assim os seus pressupostos materialistas. O próprio título da dissertação se justifica em favor de uma ontologia materialista, pela necessidade inextrincável do trabalho humano como forma incipiente de atividade e criador de valores socialmente necessários.

No segundo tópico do primeiro capítulo, seguindo o intento de afirmar a centralidade do trabalho, a discussão se concentra nas metamorfoses que o trabalho sofreu historicamente sob a vigência do capitalismo. Assim, procuramos entender as diferentes formas de apropriação e controle da produção material, assim como os impactos do desenvolvimento tecnológico sobre a classe trabalhadora.

Nesse tópico, procuramos evidenciar que há uma relação metafórica e de similitude – e também polissêmica – entre as situações vivenciadas pelos personagens na obra *A caverna* e as principais correntes teóricas que versam sobre as relações de produção no mundo do trabalho, especificamente no que tange às discussões sobre a precarização do trabalho e a flexibilização das relações produtivas nas sociedades contemporâneas.

Procuramos problematizar ainda – seguindo as pegadas de Saramago em sua obra e balizado pelas discussões feitas por alguns dos principais teóricos da sociologia do trabalho – a tendência histórica à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, isto é, de trabalho humano por aparato tecnológico, assim como suas consequências no mundo do trabalho, dimensionando tanto os aspectos objetivos como subjetivos que pesam sobre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, buscamos evidenciar os impactos da mecanização e da acumulação flexível sobre o trabalho manual em *A caverna*, assinalando a necessidade do trabalho humano como criador de valores socialmente necessários e a importância vital do trabalho manual nesse processo. Mostramos, portanto, como historicamente a mecanização se apresentou como uma força nefasta nas mãos do capital, que, diante da

relação social que esse estabelece com os meios de produção, acaba por promover o aniquilamento do trabalho manual e artesanal.

Já no primeiro tópico do segundo capítulo, partimos do vínculo entre o oleiro saramaguiano em *A caverna* e o Centro comercial para analisar o impacto das grandes corporações sobre o trabalho artesanal e sobre o pequeno comércio. Para isso, fazemos uma demarcação histórica, a fim de compreender o nascimento e recrudescimento da grande empresa capitalista em detrimento do trabalho manual e de cooperação simples. Identificamos, assim, no desgaste do capitalismo concorrencial e na ascensão do capitalismo monopolista uma complexificação no processo de divisão do trabalho, o que possibilitou a cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e o surgimento de uma categoria gestorial que levou o controle e a exploração do trabalho a um novo patamar nas relações capitalistas.

No segundo e último tópico do capítulo, evidenciamos o papel da direção capitalista no controle do trabalho. Assim, mostramos como a atividade gestorial explora a capacidade laborativa da classe trabalhadora, seja na fragmentação entre saber e fazer com o advento do taylorismo/fordismo ou com a reincorporação da intelectualidade do trabalhador no toyotismo, a fim de intensificar a obtenção do lucro.

Constatamos, assim, que o desenvolvimento da gerência científica acentuou ainda mais o declínio do ofício tradicional. Não obstante, procuramos mostrar como há em *A caverna* uma crítica da administração gerencial capitalista, da burocratização e da hierarquização do trabalho no interior das grandes empresas, assim como de seus arranjos ideológico-organizacionais.

No terceiro e último capítulo, evidenciamos os efeitos oriundos da precarização e submissão do trabalho ao capital no plano das relações cotidianas, apontando e investigando, calcado na narrativa em *A caverna* sobre o Centro comercial, os

elementos textuais que confirmam a tendência à fetichização da vida, ou, para ser mais específico, das relações humanas no sentido de se priorizar, em decorrência das relações sociais de produção vigentes, o valor-de-troca sobre o valor-de-uso. Em suma, discutimos como o controle do trabalho leva ao estranhamento em todas as suas dimensões.

Para isso, referendado nas considerações saramaguianas em *A caverna*, buscamos, ao longo de três tópicos, fixar analogias entre o Centro comercial ilustrado na obra e o *shopping center* moderno, estabelecendo relações entre consumo, fetichismo e estranhamento. Assim, objetiva-se problematizar a relação entre controle social e imposição do consumo pelas grandes corporações, capturando os elementos da obra de Saramago que confirmam essa tendência e em decorrência disso o estranhamento do homem em todas as dimensões da vida social.

Procuramos destacar ainda, por intermédio dos personagens – especialmente os protagonistas – em *A caverna*, a inconformação e a inadequação e a capacidade de resistência dos indivíduos às imposições da lógica de produção e reprodução do capital, ainda que a resistência na obra apareça não como organização de classe, mas como tomada de consciência individual, como aversão e oposição às condições sociais vigentes.

CAPÍTULO I – TRABALHO E ONTOLOGIA EM A CAVERNA DE JOSÉ SARAMAGO

1.1 – O trabalho como processo formativo e atividade humana vital em *A caverna*

É quase um truísmo antropogênico dizer que, desde os primeiros agrupamentos gregários, o homem vem atribuindo significações cosmológicas e cosmogônicas ao universo e às relações que o compõem. À medida que os atributos da consciência se desenvolvem, por intermédio da interação cada vez mais complexa com o meio físico e a com a materialidade, ampliam-se também os processos de compreensão e atribuição de sentido à realidade.

Não obstante, acompanhando o desenvolvimento progressivo e descontínuo das diversas formações sociais históricas, vêm à tona heterogêneas configurações ideológicas, que, amoldadas às determinações coletivas que lhe são próprias, atribuem nexos causais específicos à cadeia de eventos da vida. Assim, encontra-se nas distintas composições sociais historicamente observadas uma gama de explicações acerca da origem e funcionamento da natureza, ancoradas, por exemplo, na lógica mítica, teológica – monoteísta ou politeísta –, nos sincretismos religiosos, no cientificismo, ou na racionalidade desencantada do materialismo ateu.

Sem desconsiderar a importância histórica de outras tantas representações religiosas de mundo existentes, é notória a relevância – particularmente nas sociedades ocidentais – conferida ao cristianismo no ajustamento de seus preceitos à explicação do real, ou, para ser mais específico, na imputação de uma dependência causal, na qual a existência terrena é depreendida de um soberano ato de vontade e labor deístico.

Igualmente relevante é a tarefa de oposição crítica a esse pensamento empenhada pelas disciplinas filosóficas, históricas e sociológicas ao longo dos séculos, notadamente as de viés materialista. Contudo, embora a crítica materialista aos princípios cristãos tenha um realce peculiar, as interpretações da primeira acerca da realidade encontram ecos desde a antiguidade. Sendo assim, para além das investidas contra o cristianismo, o materialismo tenta há séculos contrapor-se às explicações criacionistas do universo.

A teoria atomista de Demócrito na antiguidade grega; o antropocentrismo renascentista; o evolucionismo darwiniano em *A origem das espécies*; o ceticismo empirista de David Hume; o niilismo nietzschiano e o materialismo histórico de Marx constituem alguns exemplos basilares desse tipo de enfrentamento, que, historicamente, também passou pelo crivo dos diferentes ramos da arte, tais como a música, a pintura, o teatro, a fotografia, o cinema ou a literatura, entre outros.

Especificamente, no caso da literatura, a obra do escritor português José Saramago representa, na contemporaneidade, um marco crítico no assunto. Saramago é um dos raros escritores contemporâneos de literatura em língua portuguesa que apresenta em sua obra um retrato tão pertinente e lúcido acerca de algumas tantas demandas sociais de nosso tempo.

Declaradamente materialista, de orientação política marxista e membro do Partido Comunista Português (PCP) desde a década de sessenta, o autor evidenciou – especialmente em seus romances publicados entre 1995 e 2005 – várias contradições inerentes à sociedade capitalista. Além disso, o autor apresenta nas narrativas desse período discussões que remetem a temas caros à sociologia, como é o caso das obras *Ensaio sobre a cegueira*, *Todos os nomes*, *A caverna*, *O homem duplicado* e *Ensaio sobre a lucidez*.

Destacado também por empreender críticas ferrenhas à religião e à Igreja Católica, o escritor lusitano é responsável por fomentar em seus livros relevantes debates sobre a extensão ideológica das concepções religiosas na vida social. Em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, talvez sua obra mais polêmica, o escritor luso permite, por intermédio de um Jesus Cristo humanizado e ficcionalmente ressignificado como homem prosaico, ordinário e passível de vicissitudes, uma leitura crítica das bases ideológicas do cristianismo. Assim, o Cristo saramaguiano “condensa a possibilidade humana de interpretar a mensagem religiosa anterior e de a reconstruir como espaço simbólico de reprodução do poder humano a partir de uma justificativa religiosa e transcendental” (AGUIAR; BASTOS, 2010, p. 19).

No entendimento de Saramago, a religião cristã opera sobretudo como aparelho coercitivo institucionalizado que não objetiva o controle da alma, mas dos corpos, (SARAMAGO, 2010, p. 129 e 130) e portanto, “tem no céu apenas o ponto de partida para a repressão e a dominação cultural, política e ideológica na Terra” (SARAMAGO, 2010, p. 19).

Em entrevista concedida a *O Globo*, Saramago reforça seu ateísmo materialista com seus ataques ácidos à Igreja:

Não acredito na existência de Deus, mas acredito na existência da Igreja. Ela está aí e foi quem formulou todos esses dogmas. Não foi Deus quem enviou uma lista de dogmas, preceitos, prescrições e pecados. Não quero ser desagradável, mas, na minha opinião, dizer que esses dogmas vieram através do Espírito Santo é uma história da carochinha. Deus foi inventado na cabeça dos homens e é lá que está (SARAMAGO, 2010, p. 122).

Em outra passagem, Saramago justifica a sua ausência de fé como posicionamento político humanista em relação à dominação religiosa institucional:

Pode ser que Deus não exista, pelo menos do meu ponto de vista não existe, mas o *fator Deus*, isso sim existe. Foi contra o *fator Deus* que eu escrevi. Contra Deus é uma guerra que não tem sentido. Eu não sei onde ele está e não vou empreender uma guerra contra o inimigo – que não sei onde

encontrar. Mas o *fator Deus*, este sim eu sei onde está: está aqui [na cabeça] (SARAMAGO, 2010, p. 126).

Em um fragmento de *A caverna*, Saramago faz referência ao dito Deus colocando-o na condição de oleiro, tal como o personagem principal da obra, Cipriano Algor. Assim, por analogia ficcional no interior da narrativa, é possível evidenciar e identificar o trabalho como condição imprescindível de atividade, que mesmo o referido criador não pode dispensar:

Conta-se que em tempos antigos houve um deus que decidiu modelar um homem com o barro da terra que antes havia criado, e logo, para que ele tivesse respiração e vida, lhe deu um sopro nas narinas. *Alguns espíritos contumazes e negativos ensinam à boca pequena, que, depois daquele acto criativo supremo, o tal deus não voltou nunca mais a dedicar-se às artes da olaria, maneira retorcida de denunciá-lo por ter, simplesmente, deixado de trabalhar. É um facto histórico que o trabalho de modelagem, a partir daquele dia, deixou de ser um atributo exclusivo do criador para passar à incipiente competência das criaturas, as quais, escusado seria dizer, não estão apetrechadas de suficiente sopro ventilador* (SARAMAGO, 2000, p. 182, grifos meus).

Tal como entende o escritor português, há pouco mais de dois mil anos é vociferado entre os apologéticos da tradição judaico-cristã, que, de acordo com os fundamentos cosmológicos apresentados no Gênesis, do Antigo testamento, Deus dedicou seis dos seus eternos dias à atividade laboral de criar o mundo. Nesse período, diz-se que o bíblico demiurgo descortinou o mundo da penumbra; fez o seu próprio lume; edificou os céus e a terra; erigiu o firmamento; fracionou a terra úbere da matéria liquefeita; compôs os luzeiros celestes; determinou a disposição dos ajuntamentos estelares; arquitetou a composição de cores e ajustou as nuances e gradações de luz que demarcam o andamento do devir; concebeu com engenhosidade o conjunto de seres orgânicos; criou o homem a partir do barro, atribuindo-lhe feição e contornos característicos semelhantes aos seus; e, por fim, a despeito de se autoremunerar com o prestígio de quem consegue ordenar o caos, gozou o Onipresente de férias no sétimo dia.

Desse modo, depois de atribuir a Deus as feições qualitativas de um oleiro, cujo trabalho final consistiu em formatar a figura humana por meio do barro, Saramago

destaca, por intermédio da narrativa, a omissão do criador em face da atividade laboral, que passa a ser atributo exclusivo da sua criatura.

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, Saramago ironiza sobre a falta de intervenção divina no mundo terreno, explicitando sua indignação em face da indiferença de um Deus que, se existe, condescende passivamente com a aguda penúria e privação de recursos de que milhões deixam de dispor:

As condições indignas em que milhões de pessoas vivem, se é que se chama a isso de viver, realmente se o homem é um grande produto da imaginação criadora de um Deus, então dá vontade de dizer que valia mais a pena que se deitasse a dormir, que, julgo, é o que está fazendo agora (SARAMAGO, 2010, p. 122-123).

A ausência divina é evidente também no trecho abaixo, em que o protagonista de *A caverna*, Cipriano Algor, desprovido do predicativo divino de suprimir com uma única brisa as sucessivas etapas do trabalho, deve exercer integralmente sua humanidade, de modo a cumprir todos os estágios do processo produtivo de suas estatuetas de barro:

Sim, é certo, depois disso ninguém mais o tornou a ver, mas deixou-nos o que talvez fosse o melhor de si mesmo, o sopro, a aragem, a viração, a brisa, o zéfiro, esses que já estão entrando suavemente pelas narinas dos seis bonecos de barro que Cipriano Algor e a filha acabam de colocar, com todo cuidado, em cima de uma das pranchas de secagem. Escritor, afinal, além de oleiro, o dito deus também sabe escrever direito por linhas tortas, não estando cá ele para soprar pessoalmente, mandou quem fizesse o trabalho por sua conta, e tudo para que a frágil vida destes barros não venha a extinguir-se amanhã no cego e brutal abraço do fogo. Dizermos amanhã é apenas, porém, uma maneira de falar, porque se é certo que um único sopro foi suficiente na inauguração para que o barro do homem ganhasse respiração e vida, muitos irão ser os sopros necessários para que dos bobos, dos palhaços, dos assírios de barbas, dos mandarins, dos esquimós e das enfermeiras, destes que aqui estão e dos que em filas cerradas virão alinhar-se nestas pranchas, se evapore pouco a pouco a água sem a qual não teriam chegado a ser o que são, e possam entrar seguros no forno para que se transformem naquilo que vão ter de ser (SARAMAGO, 2000, p.183-184, grifos meus).

Partindo dos pressupostos acima, propõe-se aqui um breve esforço de análise literária, a fim de ampliar a tessitura compreensiva do texto e da crítica proposta. Enfim, joga-se a rede e adiante se vê a natureza do pescado, por assim dizer. Desse modo, pondero, seguindo o rastro de Saramago, se o dito “Verbo” descrito na obra, não

querendo ser insular, quis repartir com a criação, além da imagem e semelhança, o “luxo da labuta”; ou se quis apenas desobrigar-se do trabalho – como sugere o narrador – deixando-o para seus servos, cópias imperfeitas e sofríveis.

Indo além – se é que não constitui nenhum inconveniente teórico –, é tentador ao menos divagar se Saramago, tendo em vista suas orientações marxistas, não tencionava conceber um paralelismo entre o referido Deus e o capitalista, detentor dos meios de produção. Supondo que sim, é razoável considerar se – por um novo empenho de abstração e imaginação materialista –, como sujeitos que não vivem mais do trabalho, ou melhor, do trabalho lavrado pelas próprias mãos, não vivem os dois, de uma forma ou de outra, de algum embuste. Assim como o proprietário dos meios de produção crê que o trabalho é condicionado à existência de seu capital, e não o contrário, isto é, que o capital não subsiste sem a atividade laboral humana; o demiurgo cristão surge como entidade fundadora da vida terrena, e não como reflexo ou representação oriunda das relações imediatas entre os homens e a materialidade.

É necessário fazer ainda um pequeno adendo. Se na comparação entre o criador divino e o capitalista pretende-se evidenciar uma inversão nas relações de determinação da realidade, há que se considerar também que a relação entre ambos não é de todo análoga. O que quero dizer é que, diferentemente do referido criador, o capitalista não concebe a força de trabalho à sua imagem e semelhança, mas a quer como contraste, como oposição imediata – embora no plano ideológico o discurso burguês preconize a conciliação entre capital e trabalho, figurando o último como dádiva à classe trabalhadora.

Mas o que se pretende ilustrar com tal digressão? Como já foi lembrado, a obra de Saramago é permeada de situações ficcionais que revelam a pujança e o sarcasmo com

que o autor denuncia o idealismo cristão. Da mesma forma como Marx destilou seu escárnio ao cristianismo e à filosofia idealista alemã à época de seus escritos, Saramago, em defesa de um humanismo materialista, inclina-se contra os desígnios emanados pela igreja, dizendo que ela “tentou encontrar uma explicação para a criação do mundo, e [que] vem defendendo essa idéia desde sempre – com violência. É uma intolerância assassina, como a Inquisição queimando gente que é vista como diferente” (SARAMAGO, 2010, p. 129).

Tal como Marx, Saramago entende historicamente a religião como instituição que, além de impor autoritariamente seu sentido ao mundo, mistifica e inverte a realidade. Em entrevista, o pensador português diz que “Deus é uma criação humana e, como muitas criações humanas, a certa altura toma o freio nos dentes e passa a condicionar os seres que criaram essa idéia” (SARAMAGO, 2010, pág. 119).

Em uma passagem clássica de *A ideologia alemã*, Marx dirá:

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar ao homem em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos (MARX, 2002, p. 22).

Nesse sentido, no bojo do materialismo marxista, o texto de Saramago está imbuído de elementos que corroboram a oposição ao idealismo – seja ele de natureza religiosa ou filosófica –, como concepção de mundo. Fato que o próprio Saramago fez questão de ressaltar, mencionando o próprio Marx. Para o literato, deveríamos “trazer inscrita em nossa testa a frase usada por Marx e Engels em *A sagrada família*: ‘Se o homem é formado pelas circunstâncias, é preciso formar as circunstâncias humanamente’” (SARAMAGO, 2010, p. 450).

Mas como Marx concebe a formação das circunstâncias? Em sua obra, o pensador alemão oferece uma teorização interessante sobre o desenvolvimento da consciência. Os “indivíduos humanos”, como afirmam Marx e também Engels em suas teses sobre Feuerbach, distinguem-se dos animais por possuírem, além de uma consciência, uma infinidade de outros atributos; mas somente começam a diferenciar-se destes quando agem como produtores dos seus próprios meios materiais de vida. Para Marx e Engels, tanto a consciência como a linguagem encontram-se desde o princípio conectadas às relações que os homens estabelecem com a materialidade:

A linguagem é tão velha como a consciência – a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação ela existe para mim, o animal com nada se relaciona, nem sequer se relaciona. Para o animal, a sua relação com outros não existe como relação. A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens (MARX;ENGELS, 2002, p. 33-34).

Em *A caverna* – assim como em obras como *Ensaio sobre a cegueira* e *A viagem do elefante* – Saramago recorre com frequência à figura animal, ilustrando a sua incapacidade de fazer conjecturas, digressões mentais ou raciocínios lógicos. Posição evidenciada em um dos vários trechos em que o cão *Achado* ganha destaque na narrativa:

Na verdade, nunca lograremos imaginar a profundidade abissal que pode alcançar a introspecção de um animal destes quando se põe a olhar para nós, cuidamos que ele está a fazer simplesmente isso, a olhar, e não nos apercebemos de que só parece estar a olhar-nos, quando o certo é que nos viu e depois de nos ter visto se foi embora, deixou-nos a esbracejar como idiotas à superfície de nós próprios, a salpicar de explicações falaciosas e inúteis o mundo. O silêncio do cão e aquele famoso silêncio do universo a que em outra ocasião se fez teológica referência¹, parecendo de comparação

¹ Aqui, em mais uma de suas condenações ao idealismo religioso, Saramago faz menção a uma famosa frase sua em que compara Deus a um silêncio a que o homem deu sua voz, e que, portanto, corresponde à sua própria criação: “Escrevi faz anos uma frase que deve ser entendida como eu a entendo, porque senão a conclusão seria exatamente o contrário do que é. Escrevi isto: ‘Deus é o silêncio do universo, e o homem é o grito que dá sentido a esse silêncio’. Se este planeta fosse habitado somente por animais, e poderia acontecer – quando os dinossauros existiam, o homem não estava aqui –, então não haveria ninguém para dizer: ‘Deus existe’. Chegou um momento em que alguém disse: ‘Existe Deus’, pelo fato de que

impossível por tão desproporcionadas serem as dimensões objetivas de um e outro, são afinal de contas, iguaizinhos em densidade e peso específico a duas lágrimas, a diferença só está na dor que as fez brotar e cair (SARAMAGO, 2000, p. 142-143).

Em seguida, a reflexão sobre o cão prossegue:

Mesmo que fosses o mais feio dos homens, dirá o cão Achado de seu dono se falasse, a tua fealdade não teria nenhum sentido para mim, só te estranharia realmente se passasses a ter outro cheiro ou passasses doutra maneira a mão pela minha cabeça (SARAMAGO, 2000, p. 143).

Destarte, o animal não atribui ordenação lógica aos eventos e muito menos tem atrás de si o abrigo da consciência. Tal como preconiza Marx:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. *É ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente (MARX, 2004, p. 84).

Diferentemente dos animais, Marx e Engels salientam que “a consciência da necessidade de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta é o começo da consciência do homem de que vive de fato numa sociedade” (MARX;ENGELS, 2002, p. 34). Marx lembra que a necessidade física incita os homens a criarem elos entre si.

Para Marx, a consciência não surgiu abruptamente e de forma espontânea, nem tampouco é uma espécie de entidade metafísica subjacente à natureza humana. É importante fixar que ela é produto de uma longa processualidade histórica, de um extenso trabalho até que o homem pudesse atribuir juízos ao mundo e responder por si.

No mesmo sentido de Marx, Lukács corrobora a proposição de que a consciência é necessariamente produzida no interior de relações sociais, e não por uma entidade metafísica ou divina, responsável pela imputação de causalidades ao mundo. Como lembra Lukács, “Marx entende a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. Aquela impressão equivocada só pode surgir quando

temos de morrer, por essa esperança de que algo mais possa acontecer, de que algo que chamamos ou que passamos a chamar de espírito ou alma possa sobreviver. E, a partir daí, pode-se armar toda a construção teológica (SARAMAGO, 2010, p.125).

tal fato é interpretado à luz da criação divina afirmada pelas religiões ou de um idealismo de tipo platônico” (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Lukács, por exemplo, no texto *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do Homem*, dirá que:

O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Ao declarar que a consciência se desenvolveu a partir da necessidade dos homens de firmarem relações uns com os outros, Marx situa a linguagem como um fenômeno social enraizado em necessidades materiais humanas. Se a manifestação das carências físicas dependia da capacidade do homem em fazer-se inteligível, compreensível ao seu semelhante, para isso foi imprescindível a mediação da linguagem.

Desse modo, a linguagem serve como liame, isto é, como elo de homem para homem. O desenvolvimento da consciência e da linguagem, portanto, estão mutuamente entrelaçados. O homem obtém uma consciência cada vez mais clara das impressões de seus sentidos à medida que cresce a sua necessidade de comunicação por meio da língua. Sendo assim, o simples ato de responder a uma interpelação é um produto imediato da consciência que o guia. Por isso o autor enfatiza a impossibilidade de uma consciência de si enquanto individualidade avulsa e desarraigada de laços coletivos, pois toda percepção individual de si não é menos do que a ressonância de um lado não individual, ou seja, social.

Entretanto, essa definição não quer dizer que o autor condescenda com uma primazia da sociedade sobre os indivíduos. Longe de tais proposições, o que Marx ressalta é a relação dialética entre os dois. Como já foi dito, a linguagem é a plataforma

pela qual a consciência se edifica, permitindo a interação entre um homem e outro, ou seja, favorecendo os interesses relacionais. Assim a consciência se desenvolve em atendimento aos interesses de relação.

Dizendo de outra maneira, há uma interdependência mútua entre o individual e o coletivo. A relação entre indivíduo e sociedade não aparece, portanto, como uma relação disjuntiva entre duas esferas, mas sim como uma reciprocidade dialética, na medida em que o indivíduo só é engendrado socialmente, como animal social, e a própria sociedade não pode existir independentemente dele. Pode-se dizer, portanto, que a dimensão ontológica da teoria social marxista concebe dialeticamente o ser e o pensar dos homens. Mesmo as ações individuais, dotadas de extrema singularidade e pessoalidade, deixam de parecer assim ao serem traduzidas na língua por meio da consciência, Marx diz que ser e pensar se diferenciam, “mas estão ao mesmo tempo em unidade mútua” (MARX, 2004, p. 108). A linguagem, para Marx, opera como um “elemento do próprio pensar”, de “externação de vida do pensamento” (MARX, 2004, p. 112).

Nesse sentido, o trabalho é o ponto de partida da atividade humana, a forma incipiente pela qual os homens fixam laços e constroem a sua sociabilidade. O trabalho é a atividade vital responsável pela tomada de consciência e pela humanização do homem, fundando o que Marx denomina ser social:

Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social. (MARX, 2004, p. 107)

Ao introduzir a noção de ser social, Marx fundamenta ontologicamente a relação entre indivíduo e sociedade. Se o desenvolvimento da consciência está atrelado ao modo

como os indivíduos se relacionam ao produzirem a sua própria existência material, estes só podem existir como produção social e portanto, com a consciência de si como um ser social. Como explicam Marx e Engels, o que os indivíduos são coincide “com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem” (MARX;ENGELS, 2002, p. 15).

Em contraposição ao idealismo hegeliano, o que Marx propõe é uma abordagem materialista da história, calcada no modo de produção material entre os homens e nas formas de intercâmbio intimamente ligadas a esse modo de produção. Para o autor, as categorias do pensamento devem ser explicadas a partir da *práxis* material, e não o contrário:

A produção das idéias, representações, da consciência está *a princípio* diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, *o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material.* (...) A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (MARX; ENGELS, 2002, p.22).

Todavia, os pressupostos materialistas de Marx não escaparam da renitente crítica de uma grande parcela de intelectuais. Em geral, os críticos assinalam alguns trechos de sua obra que supostamente expressam um determinismo mecanicista, em que a base material prevalece incondicionalmente sobre as demais instâncias. O exemplo clássico dessa interpretação encontra-se no *Prefácio da contribuição à crítica da economia política*, no qual Marx expõe a famosa metáfora da edificação das infra-estruturas e superestruturas:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o

processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.(MARX, 1996, p. 82 e 83)

Sem dúvida, em obras como *A ideologia alemã*, Marx e Engels utilizaram uma carga maior de determinismo econômico (1974), o que não quer dizer que ao longo de toda sua obra houvessem negligenciado de maneira absoluta outras possíveis determinações. O realce dado pelos autores às determinações da materialidade sobre as outras esferas da vida social deve-se, sobretudo, ao combate que travavam até então com o idealismo alemão, particularmente o idealismo hegeliano. Ao contrário do que sugerem alguns críticos, a concepção segundo a qual o materialismo marxiano apreende a relação entre infraestrutura e superestrutura de forma mecânica e reducionista não é nem a única nem a mais apropriada interpretação que se pode elaborar em torno do legado de Marx e Engels, cuja complexidade vai muito além de umas tantas simplificações esquemáticas. Desse modo, não se podem conceber as relações superestruturais como mero reflexo da base econômica. Embora as formas históricas da produção material “determinem” a “produção espiritual”, esta última exerce uma influência recíproca sobre a primeira. Como coloca o marxista István Mészáros, “em relação à questão das ‘determinações’, só se pode falar adequadamente em co-determinações” (MÉSZÁROS, 2002, p. 119). A separação que Marx faz entre infraestrutura e superestrutura é fundamentalmente esquemática e metodológica. Mészáros indica isso ao considerar equivocada a descrição do próprio Estado como superestrutura:

Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao status de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referiu apropriadamente como ‘superestrutura legal e política’ – exatamente como as estruturas reprodutivas

materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

O Estado, longe de ser reduzido às determinações estritamente econômicas, “é parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 122). Dessa forma, há uma “reciprocidade dialética” entre a “estrutura de comando política e a socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2002, p. 119). Em outros termos, isto quer dizer que a relação entre infra-estrutura e superestrutura deve ser entendida como uma causalidade dialética, e não como um determinismo vulgar e mecanicista. O materialismo de Marx não prevê determinações unilaterais, mas tenta apreender dialeticamente o movimento do real em sua especificidade histórica. A perspectiva materialista

mostra que a história não termina resolvendo-se na “consciência de si” como “espírito do espírito”, mas que nela, em todos os estágios, se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros, que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas capitais e circunstanciais que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração, mas que por outro lado também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial – mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias (MARX;ENGELS, 2002, p. 49).

Como dizem os autores, é inequívoco que “os indivíduos partiram sempre de si, mas, naturalmente de si no quadro das suas condições e relações históricas dadas, não do indivíduo [puro] no sentido dos ideólogos” (MARX; ENGELS, 2002, p. 84). Balizado por um viés ontológico, Marx refuta a concepção idealista que trata a sociedade como uma abstração em face dos indivíduos. Para Marx “o indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social” (MARX;ENGELS, 2002, p. 107).

Marx não pretende ilustrar o predomínio da coletividade sobre os indivíduos ao compreendê-los como produção social, mas sim evidenciar, dialeticamente, que “assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele” (MARX;ENGELS, 2002, p. 106). Em Marx, o homem é percebido como um ser genérico, ou seja, como um ser capaz de se relacionar consigo mesmo conscientemente e universalmente, possuindo a sua própria vida como objeto. O homem, como um fazer-se, dotado de atividade consciente, confirma a sua genericidade ao ser capaz de elaborar um mundo objetivo. Como diz Marx, “a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal” (MARX, 2004, p. 84).

É justamente essa consciência genérica que faz do homem um ser social:

Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é em sua universalidade como ser pensante, para si (MARX, 2004, p. 107).

A discussão que Marx apresenta sobre a genericidade do homem esclarece bem a perspectiva de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade. O autor confirma isso ao expor o elo indissociável entre a vida individual e a vida genérica:

A vida individual e a vida genérica não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal (MARX;ENGELS, 2004, p.107).

Em outra passagem, Marx prosseguirá essa análise:

O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual – é, do mesmo modo, tanto a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana da vida (MARX, 2004, p. 108).

Como elucidado, a reflexão marxista define o trabalho como protoforma (LUKÁCS, 1978), como forma incipiente de atividade e condição imprescindível para a existência humana. O trabalho é, sobretudo, a fonte geradora de valor da vida, configurando-se como a perene necessidade humana de efetivar o intercâmbio com a natureza, no interior de determinadas relações sociais. É no trabalho que o homem manifesta-se conscientemente, produzindo e reproduzindo a si mesmo como um ser social. No dizer de Marx,

O Homem é um ser genérico, não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como com um ser universal, e por isso livre (MARX, 2004, p. 83 e 84).

De acordo com Marx, o homem, enquanto ser genérico, é um ser universal e livre, capaz de desempenhar a sua autodeterminação. Nas palavras do filósofo alemão, “a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 2004, p. 84). Assim, a existência material e intelectual do homem está instintivamente conectada à natureza, tal como, dialeticamente, a natureza está interconectada consigo mesma, pois “o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2004, p.84).

Lukács, ao desenvolver e aprofundar em sua teoria a abordagem ontológica do ser social define a relação entre homem e natureza em termos de um salto qualitativo, configurado pela passagem seqüencial do ser inorgânico para o ser orgânico, e, por fim para o ser social. Desse modo, diz que “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

Prosseguindo nesse raciocínio, Lukács diz:

Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciadas sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria (LUKÁCS, 1978, p. 3).

No esteio do materialismo marxista e lukácsiano, que compreende o ser em sua dinâmica e processualidade histórica e o trabalho como sua atividade estruturante, há, em uma dimensão ontológica, um papel ativo da consciência. Isto é, no surgimento do trabalho “enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica” (LUKÁCS, 1978, p. 4). Sendo assim, o desenvolvimento da consciência é determinante no processo de transição do ser orgânico para o ser social.

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978, 4).

Para tanto, é necessária uma maturação das condições materiais de existência a fim de que ocorra a passagem do ser orgânico para o ser social, ou seja, o elo entre a existência estritamente biológica para a existência como um ser social depende fundamentalmente do trabalho.

Em *A caverna*, a filha do protagonista diz em certa passagem que “o trabalho que se faz sonhando nunca deixou obra feita” (SARAMAGO, 2000, p. 43), o que evidencia a tese marxista sobre o primado da materialidade na atividade laboral, e, dito de outro modo, do real sobre o conhecimento. O trabalho é “um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS, 1978, p. 9).

Tentou-se evidenciar neste tópico, portanto, a dimensão ontológica do trabalho a partir de um ponto de vista literário, que, no caso, é guiado pelo texto saramaguiano em *A caverna*. No próximo, problematizamos, como desdobramento desta discussão, a centralidade do trabalho na contemporaneidade, partindo da relação entre trabalho manual e mecanização – ou relação entre trabalho vivo e trabalho morto, nos termos de Marx – na obra de José Saramago em *A caverna*, discutindo ainda o problema do controle do trabalho pelas grandes empresas e seus desdobramentos, como o papel da direção capitalista nesse controle.

1.2 – *Deus ex machina* – impactos da mecanização e da acumulação flexível sobre o trabalho manual em *A caverna*

No teatro grego da antiguidade clássica, a tragédia representava notadamente a forma dramática capaz de explorar a conturbada relação entre o divino e o humano, entre o herói e as forças que escapam ao seu controle, como os deuses e o próprio fado, por exemplo. Utilizada por expoentes literários da época como Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, a tragédia grega buscava na dramatização do sofrimento o elemento essencial na composição do gênero, em que o herói era frequentemente vitimado por um destino infeliz e catastrófico – embora algumas obras contraditoriamente também apresentassem desfechos mais venturosos.

Nesse contexto, era comum a utilização de um estratagema cênico na encenação das peças trágicas, chamado *deus ex machina*. Originário do grego “*apo mechanés theós*”, o termo *deus ex machina* tem origem latina, significando o “Deus surgido da máquina” ou “Deus de dentro da máquina”. O termo é uma alusão a um instrumento de caráter mecânico que possibilitava a uma representação divina descer ao palco, interpondo-se

de maneira súbita na história, buscando assim uma resolução dos conflitos e da totalidade do enredo apresentado. De tal maneira, frequentemente eram utilizados nas peças trágicas artifícios cênicos como raios, luzes, a intromissão de uma voz suprema ou simplesmente a aparição de um personagem que representasse uma figura divina e interventora, por vezes preso a cordas que desciam sobre a arena (GIORDANI, 1972).

Assim, quando uma história apresentava um desfecho aparentemente insolúvel ou com uma lógica intrincada e desfavorável a uma resolução natural do enredo e da configuração dos personagens, propunha-se uma solução forçada por meio da imposição de uma “máquina divina” sobre o palco, a fim de se atar as pontas soltas do roteiro, garantindo um arremate à tragédia que aparentemente não poderia ser solucionado sem uma materialização demiúrgica ou intervenção sobrenatural.

Aristóteles, por exemplo, estudioso da tragédia grega, critica em sua *Arte Poética* a introdução de causalidades externas como o *deus ex machina*, que, segundo ele, compromete a verossimilhança da obra e seu necessário efeito trágico. Para ele, o decurso dos fatos não deve ser depreendido simplesmente de um capricho divino. Nas palavras do filósofo, “é manifesto que o desenlace das fábulas deve sair da própria fábula e não, “como na *Medéia*, provir de um artifício cênico (*deus ex machina*) ou como na *Ilíada*, a propósito do reembarque das tropas” (ARISTÓTELES, 2005, p. 58).

Não obstante, a expressão não se restringe apenas ao contexto da tragédia grega, mas é também contemporaneamente utilizada em alusão à tentativa de resolução abrupta de episódios ou situações cotidianas conflituosas que, sendo aparentemente insolúveis por vias naturais, resolvem-se em um artificialismo redentor capaz de mitigar privações ou solucionar crises, oferecendo o sereno consolo balsâmico às variadas mazelas do ser.

No esteio desta discussão, isto é, da possibilidade de um paradigma interventor que de rompante revoga as variadas ambivalências da vida, possibilitando o desentrelaçamento de uma gama de situações complexas, é pertinente interpelar, no que tange às relações sociais, se os apologéticos contemporâneos do fim da centralidade do trabalho não criaram seu próprio *Deus ex machina* ao glorificarem a prevalência da mecanização sobre o trabalho humano, ou, utilizando os termos de Marx, do “trabalho morto” sobre o “trabalho vivo”.

Dito de outro modo, é possível problematizar a tentativa ideológica do capital – sob a égide da reestruturação produtiva e das metamorfoses na gestão da produção material – de dismantlar o trabalho como categoria central de atividade humana, imputando à simples introdução de um elemento externo – no caso, o emprego da mecanização e da tecnologia – a ilusória capacidade de resolver os conflitos entre capital e trabalho, pretensamente inaugurando uma sociedade que prescindir da atividade laboral humana como categoria central de reprodução social e que, portanto, na ampliação do “trabalho morto” em detrimento do “trabalho vivo”, desloca o foco da coletividade para outras esferas não reguladas pelo capital, atribuindo-lhes um caráter essencial e determinante. Antunes, por exemplo, afirma que as correntes que procuram deslocar o trabalho de seu eixo central creem na existência de uma sociedade pós-industrial e de serviços, em que capital, trabalho e Estado coexistem harmoniosamente. Desta forma, a prevalência da lógica do capital seria substituída pela “busca da alteridade dos sujeitos sociais” (ANTUNES, 1997, p. 78).

Com uma rara agudeza crítica e na contramão dos advogados do fim da centralidade do trabalho, José Saramago desenvolve na narrativa em *A caverna* um panorama ficcional adequado à percepção dos conflitos contemporâneos entre capital e trabalho,

especialmente os que se reportam aos impactos das novas formas de gestão da produção no mundo do trabalho.

Na obra, o oleiro Cipriano Algor, afeito ao tradicionalismo e às preferências estéticas de outrora, lamenta o descaso com que o imponente Centro comercial passa a tratar suas mercadorias de barro:

As sentidas razões de queixa de Cipriano Algor contra a impiedosa política comercial do Centro, extensamente apresentadas neste relato de um ponto de vista de confessada simpatia de classe que, no entanto, assim o cremos, em nenhum momento se afastou da mais rigorosa isenção de juízo, não poderão fazer esquecer, ainda que arriscando um espevitar inoportuno da adormecida fogueira das conflituosas relações históricas entre o capital e o trabalho, não poderão fazer esquecer, dizíamos, que o dito Cipriano Algor carrega com algumas culpas próprias em tudo isto, a primeira das quais, ingênua, inocente, mas, como à inocência e à ingenuidade tantas vezes tem sucedido, raiz maligna das outras, foi pensar que certos gostos e necessidades dos contemporâneos do avô fundador, em matéria de produtos cerâmicos, se iriam manter inalteráveis per omnia saeculorum ou, pelo menos, durante toda a sua vida, o que vem a dar no mesmo, se bem repararmos (SARAMAGO, 2000, p. 147).

No texto, é clara a inquietação e a resistência do oleiro à crescente obsolência de seu trabalho manual e técnicas artesanais, subtraídos pela expansão da automação no processo de produção:

Já se tinha visto como o barro é amassado aqui da mais artesanal das maneiras, já se tinha visto como são rústicos e quase primitivos estes tornos, já se tinha visto como o forno lá fora conserva traços de inadmissível antiguidade numa época moderna, a qual, não obstante os escandalosos defeitos e intolerâncias que a caracterizam, teve a benevolência de admitir até agora a existência de uma olaria como esta quando existe um Centro como aquele. Cipriano Algor queixa-se, queixa-se, mas não parece compreender que os barros amassados já não é assim que se armazenam, que às indústrias cerâmicas básicas de hoje pouco falta para se converterem em laboratórios com empregados de bata branca tomando notas e robôs imaculados cometendo o trabalho (SARAMAGO, 2000, p. 147-148).

Com sua costumeira derrisão religiosa, o que Saramago parece ilustrar é a aguda tendência à substituição do trabalho humano por trabalho mecânico como uma tentativa de divinização da automação pelo capital, em que os “robôs imaculados” – sacrossantos demandados pelo capital – regulam soberanamente o mundo do trabalho, minimizando a necessária intervenção humana.

Assim, o oleiro Cipriano Algor exprime ao género Marçal Gacho seu descontentamento e desolação em face das atuais condições de trabalho:

razões para explicar qualquer coisa nunca faltaram, mesmo não sendo as certas, são os tempos que mudam, são os velhos que em cada hora envelhecem um dia, é o trabalho que deixou de ser o que havia sido, e nós que só podemos ser o que fomos de repente percebemos que já não somos necessários no mundo, se é que alguma vez o tínhamos sido antes, mas acreditar que o éramos parecia bastante, parecia suficiente, e era de certa maneira eterno pelo tempo que a vida durasse, que é isso a eternidade, nada mais do que isso (SARAMAGO, 2000, p. 106-107).

Na obra, o personagem saramaguiano é duplamente agredido pelos rearranjos no mundo produtivo. Assim, é aviltado tanto objetivamente, no plano das necessidades materiais, como subjetivamente, enquanto sujeito que se define identitariamente pelo trabalho. Em *A corrosão do carácter*, Richard Sennett (1999) dimensiona os impactos subjetivos das novas formas de gestão da produção sobre o indivíduo. Para o autor, a vigência do modelo de acumulação flexível não provoca agravos apenas à composição da classe trabalhadora, mas também à formação do carácter individual. Dessa forma, além das necessidades materiais imediatas, os danos da reestruturação produtiva têm reflexos diretos no desenvolvimento do indivíduo e na sua constituição enquanto sujeito.

De acordo com Sennett, o modo flexível de gestão tende a exigir uma contínua elasticidade do carácter, assim como a capacidade de desprendimento do próprio passado e o desapego a trabalhos específicos e rotineiros. Assim, a dissociação e a descontinuidade entre o passado e o presente culminam na perda de um referencial sólido no plano identitário, em decorrência da imperativa necessidade de reinvenção pessoal.

Logo, o trabalhador flexível, maleável e disposto a renunciar ao próprio passado em favor de uma existência dinâmica, fragmentada e descontínua, deve adequar-se às necessidades constantes de requalificação profissional e às variáveis exigências do mercado, seguindo as determinações reprodutivas do capital. De acordo com Sennett, a

prática empresarial flexível “se baseia na suposição de que a rápida mudança de qualificação é a norma” (SENNETT, 1999, p. 114).

Na obra *A caverna*, não obstante a tendência à ampliação da mecanização tenha um papel determinante na precarização do trabalho e na crescente supressão do trabalho manual e artesanal, a incapacidade do oleiro Cipriano Algor de se ajustar à dinâmica da flexibilidade acaba por torná-lo obsoleto aos olhos do mercado. Sexagenário, o oleiro saramaguiano é vitimizado pelo sectarismo empresarial em relação à sua idade. Nesse sentido, Sennett destaca a relevância do aspecto geracional como fator agravante no processo de exclusão do trabalho pela lógica da acumulação flexível.

Sob a batuta da flexibilidade, atributos como jovialidade, vigor, acondicionamento e resiliência são vantagens competitivas imprescindíveis ao trabalhador. “Flexibilidade equivale a juventude; rigidez, a idade” (SENNETT, 1999, p. 110). Deixados à margem, os trabalhadores de idade mais avançada são penalizados com a depreciação e desvalorização de seu trabalho:

Para os trabalhadores mais velhos, os preconceitos contra a idade mandam um poderoso recado: à medida que se acumula, a experiência da pessoa vai perdendo valor. O que um trabalhador mais velho aprendeu no correr dos anos sobre uma determinada empresa ou profissão pode atrapalhar novas mudanças ditadas pelos superiores. Do ponto de vista da instituição, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata. Contudo, esse poderoso recado tem um significado mais pessoal para os trabalhadores, além dos preconceitos de poder (SENNETT, 1999, p. 111).

Em *A caverna*, quando Marçal Gacho assume o posto de guarda residente do gigantesco Centro comercial e tem que inevitavelmente se mudar para lá, levando consigo a esposa Marta e o sogro Cipriano Algor, o oleiro confirma a sua profunda insatisfação e resistência em abandonar a olaria para viver em um apartamento no reduto do Centro. Embora a olaria permanecesse como propriedade da família Algor, o deslocamento e a perda do referencial identitário no trabalho é subjetivamente sentido por Cipriano, que, mesmo diante das argumentações da filha, abruma-se com o

distanciamento de suas raízes no trabalho. Situação evidente no episódio em que pai e filha visitam a nova moradia:

Estavam no passeio, iam despedir-se, mas Marta ainda disse, Na realidade, é como se não houvesse mudança, a casa da olaria continua a ser nossa, o que podemos trazer de lá é o mesmo que nada, o que está a suceder é algo como despirmo-nos de uma roupa para vestir outra, uma espécie de carnaval mascarado, Sim, observou o pai, aparentemente é assim, mas, ao contrário daquilo que geralmente se cria e sem pensar se afirmava, o hábito faz realmente o monge, a pessoa também é feita pela roupa que leva, poderá não se notar logo, mas é só questão de dar tempo ao tempo (SARAMAGO, 2000, p. 282).

Ao ponderar que o sujeito é constituído pela roupa que veste, Cipriano Algor traz em sua fala uma referência ao trabalho como principal atividade formativa à constituição do indivíduo, em sua multidimensionalidade. Mais adiante, a própria filha Marta se inquieta, transparecendo a sua insegurança em face da inadequação à mudança de ambiente:

O que passou pela cabeça de Marta e lá ganhou raiz ao cruzar a soleira da porta de seu novo lar, naquele altíssimo trigésimo quarto andar de móveis claros e duas vertiginosas janelas a que não tinha tido a coragem de chegar-se, foi que não suportaria viver ali dentro para o resto da sua vida, sem mais certezas que ser a mulher do guarda residente Marçal Gacho, sem mais amanhã que a filha que crê trazer dentro de si (SARAMAGO, 2000, p. 286).

Por fim, quando o Centro comercial descarta em definitivo os bonecos de barro produzidos pela olaria e qualquer outra encomenda em definitivo, ele tragicamente se torna a principal referência à família Algor. Neste sentido, Marta Algor lamenta, dizendo: “o que mais me custou foi ter perdido a ilusão de que, mesmo estando nós a viver no Centro, poderíamos continuar a trabalhar na olaria” (SARAMAGO, 2000, p. 296). Na obra, portanto, há uma desidentidade dos sujeitos no rompimento com o vínculo laboral.

A flexibilidade, segundo Sennett, produz impactos gritantes tanto nas biografias individuais como coletivas. Desse modo, ela dilui famílias; aumenta os fluxos migratórios; fragmenta comunidades e desconstrói laços pessoais. Nas palavras do autor,

Esse conflito entre família e trabalho impõe algumas questões sobre a própria experiência adulta. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (SENNETT, 1999, p. 27).

Trabalhador tradicional, despreparado para assumir e lidar com o risco e a mudança constante, o oleiro da narrativa saramaguiana defronta-se com a angústia e a insegurança acerca de seu futuro enquanto trabalhador. Em certa passagem da obra, Cipriano Algor pergunta ao genro Marçal Gacho sobre a resposta dada pelo chefe do departamento de compras do Centro Comercial, acerca da probabilidade do mesmo continuar comprando suas louças de barro:

Desculpe, só esta manhã é que consegui falar com o chefe do departamento, explicou Marçal (...), E que foi que ele disse, Que ainda não resolveram, mas que o seu caso não é o único, mercadorias que interessavam e deixaram de interessar é uma rotina quase diária, E tu, com que ideia ficaste, Com que ideia fiquei, Sim, o tom da voz, o modo de olhar, se te pareceu que queria ser simpático, Deve saber, por sua própria experiência, que dão sempre a impressão de estarem a pensar noutra coisa, Sim, é certo, E se permite que eu lhe fale com franqueza total, penso que não voltarão a comprar-lhe louça, para eles estas coisas são simples, ou o produto interessa ou não interessa, o resto é indiferente, para eles não há meio-termo, E para mim, para nós, também é simples, também é indiferente, também não há meio-termo (SARAMAGO, 2000, p. 65 e 66).

Em seu texto, Sennett destaca a ansiedade pessoal causada pela imprevisibilidade dos efeitos produzidos pelo modo de gestão flexível da produção. Assim, a expectativa e a incerteza em relação ao desdobramento de determinado evento é sintomática e revela, no plano subjetivo, a mortificação e desestabilização produzida no indivíduo. No diálogo entre o oleiro e seu genro, é manifesta a aflição do primeiro diante da falta de notícias e respostas sobre as intenções do Centro comercial em mantê-lo como fornecedor. No início do diálogo, ao receber as saudações do genro, o oleiro replica bruscamente, evidenciando seu tormento diante da situação: “Tenho estado à espera, uma semana inteira à espera, gostaria de saber o que sentirias tu se estivesses no meu lugar” (SARAMAGO, 2000, p. 65).

Sennett diz que, sob a vigência da acumulação flexível, “o esquema de tempo do risco oferece pouco consolo pessoal, apesar dessas tendências históricas de longo prazo” (SENNETT, 1999, p. 114). Para ele, “a ansiedade pessoal com o tempo está profundamente entrelaçada com o novo capitalismo” (SENNETT, 1999, p. 114). Não obstante, para ele, as relações flexíveis e de curto prazo corroem o caráter individual, “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (SENNETT, 1999, p. 27).

Conseqüentemente, com o padrão produtivo da acumulação flexível, não somente o trabalho humano se torna descartável – como ocorre com o oleiro Cipriano Algor –, mas também o seu produto. Assim, endossando a crítica à falácia da “qualidade total” e na contramão do que apregoam os ideólogos do capital, verifica-se que as próprias mercadorias se tornam cada vez mais obsoletas. Como entende Antunes, sob a égide da flexibilidade, a vida útil das mercadorias tende a ser cada vez menor, isto é, o seu valor de uso decresce exponencialmente em relação ao seu valor de troca, corroborando a premissa de que a reprodutibilidade do capital depende da ininterrupta volatilização de seus produtos. No dizer de Antunes:

A necessidade imperiosa de reproduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. A “qualidade total”, por isso, deve se adequar ao sistema de metabolismo sócio-reprodutivo do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações, maquinários e a própria força humana de trabalho (ANTUNES, 2005, p. 42-43).

Por isso o personagem saramaguiano diz que mercadorias que antes eram interessantes ao Centro comercial deixam de interessar. A baixa durabilidade dos produtos é uma necessidade irrevogável e “condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas e destrutivos” (ANTUNES, 2005, p. 43).

Além disso, a concorrência empresarial fomenta ao máximo a tendência a abreviar o valor de uso das mercadorias:

Precisando acompanhar a competitividade existente em seu ramo produtivo, os capitais desencadeiam uma lógica que se intensifica crescentemente, da qual a 'qualidade total' é um mecanismo intrínseco e funcional. Com a reprodução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão 'inovar' ou correr o risco de serem ultrapassados pelas empresas concorrentes (ANTUNES, 2005, p. 43).

Desse modo, em função dos interesses capitalistas e diante dos embates concorrenciais entre o empresariado – que, ancorado na dinâmica do padrão flexível de produção, promove o escoamento das mercadorias, estimulando o consumo irracional, supérfluo e destrutivo –, acirram-se as contradições de classe e intensifica-se a exploração da força de trabalho, agravando as condições objetivas e subjetivas de existência de uma ampla gama de trabalhadores.

A intensificação da exploração da força de trabalho, aliás, ganhou novos contornos com a introdução da mecanização e os aprimoramentos tecnológicos ao longo da Revolução Industrial e do desenvolvimento histórico do capitalismo. Assim, tal como aponta Marx em *O Capital*, a introdução da mecanização visa, com a substituição da manufatura pela maquinofatura, à redução da porção diária de trabalho da qual o trabalhador necessita à sua reprodução, aumentando assim a taxa de extração da mais-valia e expandindo o montante de trabalho de que o capitalista se apropria gratuitamente. Marx, ao definir o conceito de máquina em sua forma incipiente, diz:

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que, ao mesmo tempo, opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma temos então a máquina, mais ainda como elemento simples da produção mecanizada (MARX, 2003, p. 432).

Adiante, Marx disserta sobre o desenvolvimento de um sistema de máquinas, evidenciando a crescente complexificação do aparato tecnológico nos processos de produção:

Um sistema de máquinas – quer se baseie na cooperação simples de máquinas-ferramenta da mesma espécie, como na tecelagem, ou na combinação de máquinas de espécie diferente, como na fiação – constitui em si mesmo um grande autômato, sempre que é movido por um primeiro motor que se impulsiona a si mesmo (MARX, 2003, p. 437).

Ao lume de seu tempo, Marx verifica ainda o poder colossal com que um sistema orgânico de máquinas se impõe face ao trabalho humano:

A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão. Surge então, em lugar da máquina isolada, um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho (MARX, 2003, p. 438).

Em *A caverna*, quando seu produto é rejeitado e substituído por similares industrializados, Cipriano Algor é vitimado pela nulificação de seu trabalho artesanal em face da necessidade de maximização da produção pelo Centro, por meio de um aparato tecnológico que reduz os custos e expande a produção de maneira uniformizada, atendendo às necessidades mercadológicas. Ao passar com sua furgoneta pela região industrial, pasmado pelo recente descaso, o oleiro divaga sobre a imponência da tecnologia industrial em relação à sua rústica olaria:

Também se interrogou Cipriano Algor, pensando no velho forno da olaria, quantos pratos, púcaros, canecas e jarros por minuto ejetariam as malditas máquinas, quantas coisas a fazer as vezes de bilhas e quartões (SARAMAGO, 2000, p. 27).

Ainda transitando pelos flancos da chamada Cintura Industrial, Cipriano pondera sobre a sobrevivência das manufaturas diante da vertiginosa expansão industrial:

Na orla da Cintura Industrial havia umas quantas modestas manufaturas que não se percebia como tinha podido sobreviver à gula de espaço e à múltipla variedade de produção dos modernos gigantes fabris, mas o facto era que ali estavam, e olhá-las à passagem sempre tinha sido uma consolação para Cipriano Algor quando, em algumas horas mais inquietas da vida, lhe dava para futurar sobre os destinos da sua profissão (SARAMAGO, 2000, p. 28).

Se, como constata o oleiro Algor, as manufaturas estão fadadas à extinção, historicamente elas se constituíram como “base técnica imediata da indústria moderna”

(MARX, 2003, p. 438). Assim, o processo de mecanização subsumiu gradualmente o trabalhador artesanal e a manufatura no ramo produtivo, de modo que a emergência de um sistema de máquinas – trabalhando mais ou menos independentemente da ingerência humana – ocorreu lentamente, na medida em que a sua própria construção dependia da existência de outras máquinas isoladas, que, por sua vez, só podiam ser construídos com a habilidade e destreza humana ou com a força animal ou natural – como os moinhos, por exemplo:

A produção mecanizada se erguia, naturalmente, sobre uma base material que lhe era inadequada. Atingindo certo estágio de desenvolvimento, tinha ela de remover essa base, que encontrou pronta e aperfeiçoou em sua forma antiga, para estabelecer nova base adequada a seu modo de produção. A máquina isolada era de tamanho reduzido enquanto era movida apenas pelo homem; o sistema de máquinas não pode se desenvolver livremente antes de a máquina a vapor substituir as forças motrizes encontradas, o animal, o vento e a água. Do mesmo modo, a indústria moderna ficou manietada em todo o seu desenvolvimento enquanto seu instrumento de produção característico, a própria máquina, devia sua existência à força e à habilidade pessoais, dependendo da força muscular, da penetração da vista e da virtuosidade manual com que conduziam seus fracos instrumentos o trabalhador parcial, na manufatura, e o artesão independente, fora dela (MARX, 2003, p. 438-439).

A maquinaria, portanto, só se despreendeu do modelo de ferramenta manual quando atingiu um elevado grau de resistência, complexidade e diversidade, de modo que suas funcionalidades efetivamente correspondessem a um patamar superior ao trabalho manual em termos de eficiência produtiva. Como lembra Marx, historicamente, “a manufatura não podia assenhorar-se da produção social em toda sua extensão, nem revolucioná-la em seu cerne” (MARX, 2003, p. 424). Assim, no decurso histórico, as manufaturas produziram oficinas, que, por conseguinte, produziram máquinas, responsáveis pela eliminação do “ofício manual como princípio regulador da produção social” (MARX, 2003, p. 424). No dizer de Marx:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramenta (MARX, 2003, p. 441).

Por isso Marx visualiza na maquinofatura um ponto de clivagem na divisão do trabalho.

O fundamento do velho método, a simplista exploração brutal do material humano, mais ou menos acompanhada por uma divisão do trabalho sistematicamente desenvolvida, não era suficiente para atender aos mercados crescente e para fazer face à competição dos capitalistas, cada vez maior. Soou a hora da maquinaria. (MARX, 2003, p. 535 e 536).

Para o pensador alemão, a cooperação de várias máquinas semelhantes substitui o trabalho feito por apenas um artesão ou trabalhador manual. Assim, a máquina

executa as diversas operações que eram realizadas por um artesão com sua ferramenta, por exemplo, um tecelão com seu tear, ou que eram executadas em série por artesãos com diferentes ferramentas, independentes uns dos outros ou como membros de uma manufatura (MARX, 2003, p. 434).

A ressalva é que, como observa Marx, o próprio instrumento de trabalho artesanal é resgatado na construção das máquinas, embora apareça em uma proporção descomunal. Por isso o autor diz que, na constituição da máquina-ferramenta “reaparece o instrumento do artesão, mas em tamanho ciclópico” (MARX, 2003, p. 441). Não obstante, diferentemente da manufatura, em que há um predomínio da subjetividade no processo de organização do trabalho social, a conversão do instrumental de trabalho em maquinaria substitui a força de trabalho humano pela precisão técnica e “aplicação consciente da ciência” (MARX, 2003, p. 442).

Como organização mais subjetiva, a manufatura combina o trabalho de uma série de trabalhadores parciais, enquanto a maquinofatura tem no ramo industrial moderno “o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção” (MARX, 2003, p. 442). Assim, segundo Marx, a subsunção do trabalhador individual – a exemplo do oleiro saramaguiano – pelo trabalhador coletivizado é algo contingente tanto no trabalho de cooperação simples como na cooperação baseada na divisão do trabalho. Por isso, na maquinaria, “o caráter

cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho” (MARX, 2003, p. 442).

Enquanto capital constante, no entanto, as máquinas não criam nenhum valor, mas “transferem seu próprio valor ao produto para cuja feitura contribuem” (MARX, 2003, p. 443). Neste sentido – e sem considerar o seu desgaste diário e o custo com insumos que a mantém – a máquina é um componente de valorização do produto, já que, “em vez de barateá-lo, encarece-o na proporção de seu próprio valor” (MARX, 2003, p. 443). O emprego da técnica, da racionalização e da pesquisa científica na sofisticação do instrumental de trabalho converte-se, portanto, com a maquinaria, em aumento de produtividade do trabalho e em ganho do capital. Ao invés de favorecer a emancipação e a liberação do trabalho, a máquina se converte, sob a égide do capitalismo, em meio de submissão e escravização do trabalhador, de modo a intensificar ainda mais o tempo de trabalho no processo produtivo:

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 2003, p. 503).

Destarte, se a maquinaria aumenta a produtividade do trabalho com a diminuição do “tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, nas mãos do capital torna-se ela (...) o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana” (MARX, 2003, p. 460). O objetivo do processo de aplicação da maquinaria, como já foi dito, é o crescimento da extração de mais-valia. Sobretudo a mais-valia relativa, por meio da intensificação do trabalho, impondo ao trabalhador um dispêndio cada vez maior de energia à medida que se reduz a jornada de trabalho. Com a mais-valia relativa, a jornada de trabalho diminui na razão inversa com que o trabalho se intensifica:

A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força (MARX, 2003, p. 464).

Por isso Marx diz que a maquinaria é utilizada pelo capital para sua expansão, mas que por si mesma “não é responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência” (MARX, 2003, p. 503). A maquinaria aumenta a mais-valia, assim como o número de produtos que a ela se soma. “Ela aumenta a substância de que vive a classe capitalista e seu cortejo, fazendo crescer essas camadas sociais” (MARX, 2003, p. 506).

A máquina não somente se apresenta como concorrente à força de trabalho humano, mas é, nas mãos do capitalista, instrumento de desagregação e pauperização da classe trabalhadora:

Embora a maquinaria, tecnicamente, lance por terra o velho sistema da divisão do trabalho, continua ele a sobreviver na fábrica como costume tradicional herdado da manufatura, até que o capital o remodela e consolida, de forma mais repugnante, como meio sistemático de explorar a força de trabalho. A especialização de manejar uma ferramenta parcial, por uma vida inteira, se transforma na especialização de servir sempre a uma máquina parcial. Utiliza-se a maquinaria para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial (MARX, 2003, p. 482).

Diferentemente do trabalho artesanal e da manufatura, em que o trabalhador tem a ferramenta a seu serviço, na mecanização, o trabalhador serve à máquina. Há uma inversão na relação de comando entre homem e ferramenta, e, dessa forma, a subsunção do trabalho vivo, humano, pelo trabalho morto. Assim, o homem atua como apêndice da máquina. “Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles” (MARX, 2003, p. 482). Assim, o capital faz com que o operário trabalhe “não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos” (MARX, 2003, p. 443).

As relações de trabalho são invertidas de tal modo que, segundo Marx, a máquina passa a empregar o trabalhador, e não o contrário:

Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de produzir mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure (MARX, 2003, p. 483).

Em seguida, Marx continua:

A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada, conforme já vimos, na grande indústria fundamentada na maquinaria. A habilidade especializada e restrita do trabalhador individual, despojado, que lida com a máquina, desaparece com uma quantidade infinitesimal diante da ciência, das imensas forças naturais e da massa de trabalho social, incorporadas ao sistema de máquinas e formando com ele o poder do patrão (MARX, 2003, p. 483).

A maquinaria desqualifica e retira do trabalhador o controle do trabalho, por meio da separação entre os processos de elaboração e execução. Desse modo, o trabalhador perde o controle da totalidade do processo produtivo e é estranhado tanto do produto do seu trabalho – na medida em que lhe é subtraído o objeto de sua produção – como da sua objetividade real como ser genérico (MARX, 2003, p. 86). De acordo com Marx:

O instrumental de trabalho liquida, então, o trabalhador. Esse antagonismo direto se patenteia de maneira mais evidente quando a nova maquinaria introduzida concorre com os ofícios e as manufaturas tradicionais (MARX, 2003, p. 492).

O caso acima é emblemático e guarda similitudes com a situação apresentada em *A caverna*. Na obra, Cipriano Algor é o artesão que se opõe e sofre com as consequências agudas da imposição da indústria mecanizada sobre o seu trabalho. Como lembra Marx, “o trabalho a domicílio luta por toda a parte contra a produção mecanizada” (MARX, 2003, p. 525). Constatação evidenciada na fala de Marta, filha do oleiro, quando diz que “já ninguém quer ser oleiro, aqueles que se fartam do campo vão para as fábricas da cintura, não deixam a terra para vir para o barro” (SARAMAGO, 2000, p. 31).

Na obra, há uma crítica imanente em relação à artificialidade dos processos de produção industrial. Assim, ao transitar pelo entorno da região industrial, o oleiro Algor demonstra sua aversão à padronização dos produtos feitos ali:

A ominosa visão das chaminés a vomitar rolos de fumo deu-lhe para se perguntar em que estupor de fábrica daquelas estariam a ser produzidos os estupores das mentiras de plástico, maliciosamente fingidas à imitação de barro, É impossível, murmurou, nem o som nem o peso se lhe podem igualar, e há ainda a relação entre a vista e o tacto que li já não sei onde, a vista que é capaz de ver pelos dedos que estão a tocar o barro, os dedos que, sem lhe tocarem, conseguem sentir o que os olhos estão a ver (SARAMAGO, 2000, p. 27).

Regida pela mecanização e pela produção serializada, a grande indústria moderna subsume e deprecia o componente subjetivo do trabalho em favor do trabalho mecânico. Fato que, contemporaneamente, reflete-se na crítica burguesa à centralidade do trabalho, que vê na tendência à intelectualização da atividade laboral a justificativa para rechaçar o seu caráter central. Aqui, a fim de desmistificar essa lógica, é necessário retomar e aprofundar o conceito marxista de trabalho enquanto condição vital de reprodução humana e social a partir das noções de trabalho concreto e trabalho abstrato.

No quinto capítulo do primeiro volume de *O capital*, Marx analisa o processo de trabalho e a relação entre homem e trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 2003, p. 211).

Diferentemente do animal, o homem age sobre a natureza com intencionalidade e inteligibilidade, de maneira que, ao entrar em contato com o meio natural e extrair dele os recursos dos quais necessita à sua subsistência, ele se apropria do substrato disponível, dando-lhe forma de acordo com as necessidades individuais e sociais que

lhes são demandadas. Neste sentido, como já foi dito anteriormente, o animal não constrói representações simbólicas nem formula abstrações.

Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2003, p. 211 e 212)

Como lembra Braverman, o animal, assim como o homem, é capaz de produzir excedente, desde que seja condicionado compulsoriamente a executar determinada tarefa. Entretanto, o animal não mentaliza abstratamente todo o processo de trabalho, tal como faz o homem. Assim, quando o proprietário capitalista se vale da utilização animal no processo de produção ele obtém ganhos apenas do seu trabalho instintivo, e, portanto, não retira deste nenhum trabalho abstrato:

Quando o proprietário emprega os serviços de um animal de carga no seu processo de produção, nada mais pode fazer além de canalizar a força e resistência naturais do animal. Quando utiliza abelhas na produção do mel, bichos-da-seda para fazer seda, bactérias para fermentação do vinho ou carneiros para produzir lã, só pode tirar vantagem das atividades instintivas ou funções biológicas dessas formas de vida (BRAVERMAN, 1987, p. 56-57).

Portanto, o homem é o único animal capaz de materializar as formulações da mente. Assim, Marx define como trabalho concreto o efetivo intercâmbio entre homem e natureza e trabalho abstrato como o dispêndio de energia humana, seja ela física ou intelectual. Desse modo, o trabalho concreto é a expressão do trabalho abstrato. As louças de barro produzidas por um oleiro, portanto, representam a “simples corporificação do trabalho humano abstrato” (MARX, 2003, p. 80), enquanto o trabalho do oleiro expressa “apenas a forma em que se realizou o trabalho humano abstrato” (MARX, 2003, p. 80).

Em certa passagem de *A caverna*, o narrador diz:

Em verdade, não existe uma grande diferença entre o que se passa no interior de um forno de olaria e de um forno de padaria. A massa de pão não é mais do que um barro diferente, feito de farinha, fermento e água, e, tal como o outro, vai sair cozido do forno, ou cru, ou queimado (SARAMAGO, 2000, pág. 227)

A afirmação corrobora a premissa marxista de que, independente de qual seja a forma de trabalho, há sempre um dispêndio de energia humana. Dessa maneira, Marx exemplifica afirmando que “despende-se trabalho humano tanto na forma do trabalho do alfaiate quanto na do trabalho do tecelão. Ambos possuem a propriedade comum de serem trabalho humano” (MARX, 2003, p. 80). Nesse caso, não há diferença qualitativa entre um trabalho artesanal e outro. A diferença só aparece como fruto da hierarquização da divisão social do trabalho, sob a vigência do capital.

Não obstante, o trabalho concreto tem uma dimensão qualitativa e tem por objetivo a criação de valores socialmente úteis, sendo o “fundamento capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver” (ANTUNES, 1997, p. 84). O trabalho é sempre, em seu sentido concreto, a atividade necessária e vital que regula o intercâmbio entre o homem e a natureza.

Assim, partindo desses conceitos, Antunes desconstrói a crítica da perda de centralidade do trabalho na contemporaneidade, afirmando que, se há de fato uma crise, ela é essencialmente uma crise do trabalho abstrato. Para o autor, nem mesmo com o advento da intelectualização das formas de trabalho pode-se retirar do trabalho o seu papel central na organização social:

Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa *articulação* entre os trabalhos *vivo* e *morto*. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado *não negam a lei do valor*, quando se considera a *totalidade do trabalho*, a *capacidade de*

trabalho socialmente combinada, o tabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas (ANTUNES, 1997, p. 76).

A própria reprodução do capital não pode prescindir de trabalho vivo, isto é, de capital variável na extração de mais-valia. Assim, em decorrência da reestruturação produtiva, que diminui o quadro de trabalhadores efetivos e delega a um número reduzido de trabalhadores a responsabilidade por uma gama de funções – exigindo destes a polivalência ou multifuncionalidade – reduz-se a parte variável do capital em relação a parte constante, ou seja, em relação ao trabalho morto, proclamando-se equivocadamente a perda de centralidade do trabalho, já que supostamente “o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias (ANTUNES, 1997, p. 77).

A própria extração da mais-valia depende necessariamente do trabalho humano e não pode eliminá-lo completamente:

Ao generalizar-se o uso da maquinaria no mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina ao nível do valor individual, impondo-se a lei segundo a qual a mais-valia não deriva das forças de trabalho que o capitalista substitui com a máquina, mas das forças de trabalho nela ocupadas. A mais-valia origina-se apenas da parte variável do capital, e vimos que a quantidade da mais-valia é determinada por dois fatores: a taxa da mais-valia e o número dos trabalhadores empregados ao mesmo tempo (MARX, 2003, p. 464).

Há uma necessária articulação entre capital variável e capital constante, entre trabalho vivo e trabalho morto, sem a qual não seria possível ao capital a extração da mais-valia. Justamente por isso, não é raro encontrar na contemporaneidade tentativas frustradas de automatização do processo produtivo que deixaram de lado a interação entre homem e máquina, entre trabalho vivo e trabalho morto. Um exemplo clássico é o fracasso do projeto Saturno, da General Motors (EUA), que ao final da década de 1970 e início dos anos 80 “tentou automatizar e robotizar sua planta produtiva, abandonando e desconsiderando sua classe trabalhadora” (ANTUNES, 2005, p. 26).

Em *A caverna*, o narrador saramaguiano assinala a centralidade do trabalho humano ao ressaltar a importância do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual. Em uma passagem de suntuosa inspiração literária, o narrador evidencia a relação entre concepção e execução na atividade laboral:

Na verdade, são poucos os que sabem da existência de um pequeno cérebro em cada um dos dedos da mão, algures entre a falange, a falanginha e a falangeta. Aquele outro órgão a que chamamos cérebro, esse com que viemos ao mundo, esse que transportamos dentro do crânio e que nos transporta a nós para que o transportemos a ele, nunca conseguiu produzir senão intenções vagas, gerais, difusas, e sobretudo pouco variadas, acerca do que as mãos e os dedos deverão fazer. *Por exemplo, se ao cérebro da cabeça lhe ocorreu a ideia de uma pintura, ou música, ou escultura, ou literatura, ou boneco de barro, o que ele faz é manifestar o desejo e ficar à espera, a ver o que acontece. Só porque despachou uma ordem às mãos e aos dedos, crê, ou finge crer, que isso era tudo quanto se necessitava para que o trabalho, após umas quantas operações executadas pelas extremidades dos braços, aparecesse feito. Nunca teve a curiosidade de se perguntar por que razão o resultado final dessa manipulação, sempre complexa até nas suas mais simples expressões, se assemelha tão pouco ao que havia imaginado antes de dar instruções às mãos.* Note-se que, ao nascermos, os dedos ainda não têm cérebros, vão-nos formando pouco a pouco com o passar do tempo e o auxílio do que os olhos vêem. O auxílio dos olhos é importante, tanto quanto o auxílio daquilo que por eles é visto. Por isso o que os dedos sempre souberam fazer de melhor foi precisamente revelar o oculto. O que no cérebro possa ser percebido como conhecimento infuso, mágico ou sobrenatural, seja o que for que signifiquem sobrenatural, mágico e infuso, foram os dedos e os seus pequenos cérebros que lho ensinaram. Para que o cérebro da cabeça soubesse o que era a pedra, foi preciso primeiro que os dedos a tocassem, lhe sentissem a aspereza, o peso e a densidade, foi preciso que se ferissem nela. Só muito tempo depois o cérebro compreendeu que daquele pedaço de rocha se poderia fazer uma coisa a que chamaria faca e uma coisa a que se chamaria ídolo. *O cérebro da cabeça andou toda a vida atrasado em relação às mãos, e mesmo nestes tempos, quando nos parece que passou à frente delas, ainda são os dedos que têm de lhe explicar as investigações do tacto, o estremecimento da epiderme ao tocar o barro, a dilaceração aguda do cinzel, a mordedura do ácido na chapa, a vibração subtil de uma folha de papel estendida, a orografia das texturas, o entramado das fibras, o abecedário em relevo do mundo.* (SARAMAGO, 2000, p. 82 e 83, grifos meus).

A passagem acima revela a importância atribuída por Saramago ao trabalho concreto, ao que é imediatamente palpável e à dimensão empírica como categoria experiencial e de entendimento. De tal modo, Saramago reforça a concepção marxista de trabalho concreto como corporificação das projeções representadas abstratamente. Para ele, embora o cérebro humano seja responsável pela formulação do conceito, há uma independência na experiência do toque na relação do homem com seu objeto de

trabalho. Assim, ao manusear o objeto de trabalho, o homem não imprime simplesmente no material o que na mente era conceito, mas, sobretudo através da manipulação do substrato empírico, a formulação mental emerge e ganha novo sentido.

Em outra passagem, Saramago sugere que mesmo diante da indústria moderna, em que o emprego tecnológico permite a mensuração e a quantificação exata dos componentes necessários à produção de uma determinada mercadoria, de modo que o resultado final seja padronizado e simétrico, há uma prevalência da experiência sensível e da subjetividade do toque que transcende o cálculo mais metuculoso:

Não se pode mais trabalhar a olho nem a palmo, por apalpação ou farejando, segundo os atrasados procedimentos tecnológicos de Cipriano Algor, que acaba de comunicar à filha com o ar mais natural do mundo, A pasta está boa, húmida e plástica no ponto, fácil de trabalhar, ora, perguntamos nós, como poderá ele estar tão seguro do que diz se só lhe pôs a palma da mão em cima, se só apertou e moveu um pouco de pasta entre o dedo polegar e os dedos indicador e médio, como se, de olhos fechados, todo entregue ao sentido interrogador do tacto, estivesse a apreciar, não uma mistura homogênea de argila vermelha, caulino, sílica e água, mas o urdume e a trama de uma seda. O mais pròvavel, como em destes últimos dias tivemos ocasião de observar e propor à consideração, é saberem-no os seus dedos, e não ele (SARAMAGO, 2000, p. 148).

Assim, na habilidade do cozinheiro em utilizar com exatidão determinado tempero, na destreza do músico ao depositar mais ou menos força na execução de determinada nota – causando um efeito sonoro diferenciado que torna o seu trabalho subjetivamente peculiar e reconhecível – ou no movimento singular com que o pintor aplica seu pincel; há a primazia da experiência sensível como elemento de definição identitária pelo trabalho. Por isso o narrador diz: “O cérebro perguntou e pediu, a mão respondeu e fez. Marta disse-o de outra maneira, Já lhe apanhou o jeito” (SARAMAGO, 2000, p. 84).

Consequentemente, Saramago não descarta a importância do processo de elaboração na mente, mas ressalta e atribui o devido valor ao trabalho manual e ao toque na relação entre sujeito e objeto, estabelecendo uma espécie de dialética entre concepção e execução. Em entrevista, Saramago enfatiza sua postura:

Em *A caverna*, essa insistência no trabalho das mãos me leva a ponto de imaginar que na ponta dos dedos há um pequeno cérebro que trabalha por sua conta. A mão tem uma identidade. A mão fez – não só a mão, claro – o cérebro. Então, o que me restou, sobretudo, é um grande respeito pelo trabalho das mãos. Não posso esquecer que, quando eu era menino, na aldeia, com os meus avós, embora a cabeça trabalhasse bem, era muito o trabalho das mãos. Foi isso o que me ficou. Ainda agora, às vezes acontece que eu olhe para as mãos das pessoas como se fossem algo independente delas: olhe como as movem, como pegam uma garrafa, tudo isso. (SARAMAGO, 2010, p. 310).

Marx, por sua vez, parece confirmar a reflexão saramaguiana:

Pois, não só os cinco sentidos, mas também os sentidos ditos espirituais, os sentidos práticos (a vontade, o amor etc.), numa palavra, o sentido humano dos sentidos, a humanidade dos sentidos, formam-se apenas graças à existência de seu objeto (MARX, 1968, apud VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1999, p. 213).

Assim, Marx afirma que “a mão cria o trabalho, mas que o trabalho também cria a mão, sendo a mão, ao mesmo tempo, o órgão e o produto do trabalho” (VERNANT, 1999, p. 214). Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ao falar sobre a relação entre sujeito e objeto, Marx evidencia esta dialeticidade ao dizer que os homens “relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa” (MARX, 2004, p. 109).

O trabalho tem um caráter duplo, pois é ao mesmo tempo atividade e execução. Logo, o trabalho humano é indispensável na criação de valor. Pelo trabalho, o homem confirma – ao relacionar-se com seu objeto – a sua integração consigo mesmo e com o gênero ao qual pertence. No dizer de Marx:

O meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim de maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido (MARX, 2004, p. 110).

Sennett, ao ponderar sobre o compasso das transformações tecnológicas diante da lógica flexível, afirma que – retomando a discussão sobre a mudança constante no modo flexível de produção – tal como as instituições demandam tempo na adaptação à determinada tecnologia, o trabalhador também necessita de tempo para desenvolver

determinados atributos e aptidões. No seu dizer, “alguém que simplesmente leu um livro de marcenaria não é um marceneiro” (SENNETT, 1999, p. 114).

Assim, tal como apresenta Saramago, a simples concepção ou mentalização conceitual não produz o trabalhador. O aprendizado demanda a prática. O oleiro, o marceneiro, o músico, o cozinheiro ou o pintor não se definem identitariamente apenas pelo conhecimento formal da técnica, mas pelo domínio prático do conhecimento incorporado.

A máquina, ao contrário do homem, nada aprende. Em termos de vantagem produtiva, a máquina é sem dúvida mais eficiente do que o trabalho manual, já que consegue produzir uma quantidade bem maior em um espaço de tempo reduzido se comparado ao trabalho manual. Como lembra Antunes:

A automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, *desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários* (ANTUNES, 1997, p. 85).

Contudo, mesmo em um contexto em que a produção material não seja mais regida pela lógica do capital, ainda assim a máquina não é capaz de expressar o caráter subjetivo que somente o trabalho em sua dimensão humana e prática é capaz de produzir. Como já foi lembrado, sob a lógica do capital, a maquinaria se converte em instrumento de dominação e exploração do trabalho. Assim, como consequência dos processos de sofisticação tecnológica, há contemporaneamente uma tendência cada vez maior de deslocamento “do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada” (ANTUNES, 2005, p. 35). De acordo com Antunes:

A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase institucional, por meio dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-lo (ANTUNES, 2005, p. 35).

Esse processo evidencia uma tendência em curso, em que o trabalho intelectual ou “imaterial” penetra cada vez mais nos diferentes ramos de trabalho, seja no ramo produtivo ou no chamado setor de serviços. Nas palavras de Antunes, “o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual” (ANTUNES, 2005, p. 35). Não obstante, mesmo no trabalho imaterial e informatizado, Saramago consegue visualizar algo de artesanal:

Quem trabalha a forma trabalha o conteúdo, quem trabalha o conteúdo trabalha a forma. Comparo o trabalho ao computador com o trabalho do oleiro. O oleiro agarra num bocado de barro, põe-no no torno, o torno gira e ele começa a trabalhar o barro até chegar à forma que quer. Há qualquer coisa de artesanal com o trabalho no computador. (SARAMAGO, 2010,).

Portanto, a tendência à substituição do trabalho humano por trabalho mecânico – ou, para dizer em outros termos, de trabalho vivo por trabalho morto – não destitui o trabalho da sua condição central. Ao contrário, a prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo representa a desesperada tentativa de intervenção de um *Deus ex machina*, de uma solução forçada e impositiva do capital no afã de ampliar a extração da mais-valia e de maximizar os lucros da classe capitalista.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva é o desdobramento de um complexo sistema de relações sociais que, desde o seu surgimento, se esgueira de crise em crise e de contradição em contradição, pervertendo-se na sua inventividade destrutiva, mas sobretudo destruindo-se em sua pervertida inventividade. Foi assim historicamente com as sucessivas tentativas do capital de reorganização do padrão produtivo, do fordismo/taylorismo ao modelo toyotista e flexível; sempre à custa da miséria humana e da precarização da atividade laboral. Na verdade, como ressalta Braverman, a máquina em si é apenas um instrumental a serviço do homem. O problema central, então, é a sua nefanda utilização enquanto força produtiva a favor do capital, e não como veículo de liberação humana em uma sociedade para além do capital:

Assim como na fábrica, não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que, dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos de comunidade (BRAVERMAN, p. 239).

Na sociedade das mercadorias, do fetiche e da mistificação, o Deus máquina traz a “boa nova” anunciando o reino do tempo livre à classe trabalhadora. No entanto, se acena com a bonança, encena sua miríade de boas intenções ao omitir a necessária subordinação do tempo livre ao desemprego e a miséria. A tragédia, enfim, se apresentou também como farsa. De boas intenções, diz-se, o inferno abarrotou-se.

CAPÍTULO II - PRECARIZAÇÃO E CONTROLE DO TRABALHO EM A CAVERNA

2.1 – Capitalismo monopolista: o impacto das grandes corporações no trabalho em *A caverna*

Vimos no capítulo anterior, por meio das análises de Marx, que as manufaturas constituíram historicamente a base técnica primordial da indústria moderna. Por conseguinte, vimos como o processo de mecanização contribuiu significativamente no decaimento do artesanato e do trabalho manual, à medida que a grande indústria moderna ia se desenvolvendo.

O desenvolvimento da indústria moderna, aliás, está intimamente atrelado à concentração do capital em grandes unidades produtivas. Já à sua época, Marx via na concentração dos meios de produção e na centralização do capital em um espaço físico delimitado o resultado direto do desenvolvimento do processo de acumulação. Braverman (1987) entende que, ao compreender esse processo de centralização, Marx fundou as bases da teoria da empresa monopolista. Para Braverman, ao longo das últimas duas ou três décadas do século XIX houve um desgaste do modelo capitalista concorrencial, no qual “o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção em cada indústria era distribuída entre um número razoavelmente grande de firmas” (BRAVERMAN, 1987, p. 215).

Observamos, assim, a tendência cada vez maior à concentração de capital em uma só mão, isto é, ao invés da existência de muitos capitais pequenos, a vigência de poucos capitais grandes. Braverman elucida bem como se deu esse processo de imensa agregação de capital nesse período:

Foi então que a concentração e centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se; foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemonia inauguraram a moderna era imperialista. Deste modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAN, 1987, p. 215-216).

O capital, desta maneira, “ultrapassou sua forma pessoal limitada e limitadora e passou a uma forma institucional” (BRAVERMAN, 1987, p. 221). Sendo assim, é possível perceber, com a ascensão do capitalismo monopolista, o que outros autores designaram como emergência da instituição capitalista corporativa. Em “*A ideologia administrativa das grandes corporações*”, Maurício Tragtenberg evoca o conceito de Adolf Berle ao definir o papel que uma corporação ou grande empresa representa nas relações de produção capitalistas e com a propriedade privada. Assim, diz que a grande corporação tem uma função perante a sociedade que extrapola os limites do Estado:

Transformou os preços do mercado livre em preços administrados. Criou uma organização que possui autonomia ante o Estado, que coloca o tema do poder na ordem do dia. A distribuição de seus lucros pode sugerir um processo de socialização dos mesmos, operando fora da área estatal (TRAGTENBERG, 1980, p. 7).

A empresa corporativa mantém intacta a relação de produção capitalista, mas tende simultaneamente a produzir uma independência relativa em face ao Estado e à sociedade civil. Segundo Tragtenberg, nas relações entre Estado e corporação “os interesses desta prevalecem sobre aquele” (TRAGTENBERG, 1980, p. 7). Em “*Democracia totalitária*” (2004), João Bernardo parte da crítica à teoria política empresarial de Saint-Simon, cuja máxima apregoava a minimização extrema do poder estatal em favor da ampliação da soberania empresarial – teoria que certamente souou bem aos ouvidos dos advogados do neoliberalismo. No dizer de João Bernardo, a teoria Saint-simoniana expressa que “a totalidade do poder seria exercida pelos empresários,

uma categoria reunindo o caráter burguês do proprietário ao caráter gestorial do detentor de conhecimentos” (JOÃO BERNARDO, 2004, p.30). Assim, Saint-Simon apontava a emergência de uma classe de dirigentes no seio das organizações empresariais, o que discutiremos mais adiante ao estabelecermos a relação entre propriedade e gestão.

Em suas análises, João Bernardo apresenta dois conceitos fundamentais à compreensão da soberania das grandes empresas, o de Estado Amplo e o de Estado Restrito. Como Estado restrito, o autor se refere às instituições governamentais, definindo-o como o “conjunto das instituições que compõem o governo, o parlamento e os tribunais” (JOÃO BERNARDO, 2000, P.11). Ao poder ampliado, que ultrapassa as fronteiras do Estado clássico, correspondendo à esfera de ação das classes capitalistas por intermédio de organizações empresariais, privatistas e transnacionais, o autor define o Estado amplo (1987). O Estado Amplo é o poder corporativo que se agiganta no controle político e econômico da sociedade. Assim, as grandes corporações concentram e controlam poderes que outrora eram de delimitação exclusiva do Estado clássico.

Além disso, é imprescindível ressaltar a relação dialética de poder que elas estabelecem com o próprio governo – Estado Restrito – integrando-o como uma composição hegemônica que favorece a manutenção das condições de exploração capitalista – embora esse Estado Restrito não contemple necessariamente os interesses de todas as frações de classe. João Bernardo ilustra de forma sagaz a relação entre Estado Amplo e Estado Restrito ao elucidar o paradigma do imperialismo americano na contemporaneidade:

É o governo norte-americano que amplia o seu âmbito de ação específico recrutando chefes de empresas ou são as empresas que reforçam o seu poder político hegemonzando a partir do interior o governo norte-americano? (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 14).

A referência às práticas imperialistas das grandes empresas é importante ao elucidarmos o impacto dos conglomerados monopolistas sobre o trabalho, especialmente sobre o trabalho dos pequenos comerciantes, assim como da atividade produtiva artesanal, tal como aparece na obra *A caverna* de José Saramago, na figura do oleiro Cipriano Algor, subjugado pelos desígnios econômicos expansionistas do colossal Centro Comercial.

Em *A caverna*, a lógica excludente e implacável do mercado aparece na representação dos interesses financeiros do Centro Comercial, que, a despeito de não poupar esforços para expandir seus interesses monopolistas, engolfa e subjuga o pequeno comércio, e com ele uma vasta gama de trabalhadores de origem tradicional, habituados ao trabalho manual e de cooperação simples, como é o caso do oleiro Algor.

Logo no início da obra, quando o oleiro Algor tem metade das suas tradicionais louças de barro pelo rejeitadas Centro Comercial ao efetuar uma entrega no local, nota-se a influência da grande empresa na totalidade social, evidenciando assim o profundo impacto causado pelas corporações na classe trabalhadora. O diálogo entre Cipriano Algor e o subchefe do Centro Comercial evidencia a subordinação do pequeno produtor à grande empresa:

Com era habitual, um empregado aproximou-se para auxiliar a descarga, mas o subchefe da recepção chamou-o e ordenou, Descarrega metade do que aí vier, verifica pela guia. Cipriano Algor, surpreendido, alarmado, perguntou, Metade, porquê, As vendas baixaram muito nas últimas semanas, provavelmente iremos ter de devolver-lhe por falta de escoamento o que está em armazém, Devolver o que têm em armazém, Sim, está no contrato, Bem sei que está contrato, mas como também lá está que não me autorizam a ter outros clientes, diga-me a quem é que vou vender a outra mercadoria, Isso não é comigo, eu só cumpro ordens que recebi, Posso falar com o chefe do departamento, Não, não vale a pena, ele não o atenderia. Cipriano Algor tinha as mãos a tremer, olhava em redor, perplexo, a pedir ajuda, mas só leu desinteresse nas caras dos três condutores que haviam chegado depois dele. Apesar disso, tentou apelar à solidariedade de classe, Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento (...).

Submisso, dirigiu-se ao subchefe da recepção, Pode dizer-me o que é que fez que as vendas tivessem baixado tanto, *Acho que foi o aparecimento aí de umas louças de plástico a imitar o barro, imitam-no tão bem que parecem autênticas, com a vantagem de que pesam muito menos e são muito baratas, Não é razão para que se deixe de comprar as minhas, o barro é sempre barro, é autêntico, é natural, Vá dizer isso aos clientes, não quero afligi-lo, mas creio que a partir de agora a sua louça só interessará a colecionadores, e esses são cada vez menos* (SARAMAGO, 2000, p. 22-23, grifos meus).

Em outra passagem, quando o Centro comercial rejeita de vez as louças de Cipriano Algor, o oleiro se questiona sobre o que fazer com as louças, dizendo ao genro: “o pior é não saber eu como hei-de me livrar de uns cacos que já ninguém quer” (SARAMAGO, 2000, p. 108). Em outro trecho, a despeito de não ter mais a quem vender os frutos do seu trabalho, o oleiro diz que “é o mesmo que destruí-los não ter a quem os vender, e, pior ainda, não achar quem os queira, mesmo dados” (SARAMAGO, 2000, p. 125). É possível observar o desespero de quem se defronta com a rejeição do seu próprio trabalho e a obsolência de seu labor em face da imponência das corporações.

Nota-se como a classe trabalhadora está subordinada – no caso em questão, o pequeno produtor – às demandas do grande capital. Atendendo as atuais exigências do padrão de acumulação flexível, a produção é controlada mais ou menos de acordo com as oscilações e necessidades do mercado. Quando o chefe do departamento de compras do Centro comercial anuncia a Cipriano o fim das negociações com a olaria, Algor retruca:

E a quem vou eu vender agora as minhas louças (...), O problema é seu, não meu, Estou autorizado, ao menos, a negociar com os comerciantes da cidade, O nosso contrato está cancelado, pode fazer negócios com quem quiser, Se valer a pena, Sim, se valer a pena, a crise lá fora é grave (SARAMAGO, 2000, p. 96).

Em outro trecho, ao visitar o túmulo da mulher, Cipriano Algor se lamenta diante da sepultura da falecida esposa acerca da adversa situação em que se encontra:

Justa, o que me fizeram, riram-se do meu trabalho e do trabalho da nossa filha, dizem eles que as loiças de barro deixaram de interessar, que já

ninguém as quer, portanto também nós deixamos de ser precisos, somos uma malga rachada em que já não vale a pena perder tempo a deitar gatos, tu tiveste mais sorte enquanto viveste (SARAMAGO, 2000, p. 45).

Assim, o capital serve-se do trabalhador em sua “cama de procusto”, ou seja, a classe trabalhadora atua como uma espécie de mola, um dispositivo elástico. Ela é empregada ou desempregada, incorporada ou descartada do processo produtivo de acordo com as variações e exigências do mercado (ANTUNES, 2003).

No caso do oleiro Algor, na obra de Saramago, a imposição dos interesses corporativos é tão ferrenha que seu pequeno comércio tem que necessariamente se submeter aos interesses monopolistas do Centro comercial caso ainda queira manter o funcionamento de suas atividades. É o que se sujeita Cipriano Algor, ao propor ao chefe do Centro comercial que a olaria comece a fabricar bonecos de barro representando uma série de figuras importantes, firmando assim um novo contrato com o Centro após a rejeição definitiva das louças de barro. Estupefato, Algor ouve a exigência do chefe do departamento:

Além disso, quer dizer, além da catastrófica situação em que se encontra o comércio tradicional, nada propícia a artigos que o tempo e as mudanças do gosto desacreditaram, a olaria ficará proibida de fazer negócios fora no caso de o Centro vir a encomendar os produtos que neste momento lhe estão a ser propostos, Julgo entender, senhor, que não poderemos vender os bonecos aos comerciantes da cidade, Entende bem, mas não entende tudo, Não alcanço aonde quer chegar, *Não só não lhes poderá vender os bonecos, como não será autorizado a vender-lhes qualquer dos restantes produtos da olaria, mesmo que, admitindo essa absurda hipótese, eles lhe fossem encomendados*, Compreendo, a partir do momento em que voltem a aceitar-me como fornecedor do Centro, não o poderei ser de mais ninguém, Exactamente, de resto não é caso para ficar surpreendido, a regra sempre foi essa, No entanto, senhor, numa situação como a de agora, quando determinados produtos deixaram de interessar ao Centro, seria de justiça conceder ao fornecedor a liberdade de procurar para eles outros compradores. *Estamos no terreno dos factos comerciais, senhor Algor, teorias que não estejam ao serviço dos factos e os consolidem não contam para o Centro*, já agora deixe-me que lhe diga que nós também somos competentes para elaborar teorias, e algumas já tivemos que lançar por aí, no mercado, quer dizer, mas só as que serviram para homologar e, se necessário, absolver os factos quando eles algumas vez se portaram mal (SARAMAGO, 2000, p. 97, grifos meus).

Tanto o Centro como o chefe do departamento de compras endossam a frieza e o pragmatismo mercantil da empresa capitalista. Para eles, é indiferente se o oleiro Algor

terá ou não a quem vender suas antigas louças. Ponto de vista expressado por Saramago em entrevista de junho de 2005. Para o escritor de *A caverna*, as humanidades são indiferentes sob o viés empresarial. Assim, o escritor diz que a questão essencial das “humanidades é o que é o ser humano, enquanto, para os círculos empresariais e tecnocráticos que se ocupam da utilidade imediata, [a pergunta] é para que servem os seres humanos” (SARAMAGO, 2010, p. 156). O oleiro e seu pequeno comércio ficam atados às desumanas imposições do mercado, sem a estabilidade e garantias sólidas de que não serão novamente rejeitados pelo Centro comercial. E o que é pior, tem de atrela-se aos interesses exclusivistas do império corporativo como se dele emana-se a única esperança de sobrevivência material para a família. Na obra, a filha de Cipriano, Marta, chega a admitir a subordinação ao Centro comercial: “Foi o Centro quem nos alimentou até hoje comprando o produto do nosso trabalho, continuará a alimentar-nos quando lá morarmos e não tivermos nada para lhe vender” (SARAMAGO, 2000, p. 34). É a impotência e a resignação perante o poder decisório do grande capital. Como escritor, Saramago admitiu que *A caverna* é um romance que trata fundamentalmente sobre o medo diante do desemprego:

Quando às vezes digo que *A caverna* é um romance sobre o medo, há que entender o que é que eu quero significar com isso: um medo que mais ou menos sofremos sempre, mas não tanto como agora. É o medo de perder o emprego. Há um medo instalado na sociedade moderna, talvez pior que todos os outros medos: é o medo da insegurança, o medo de amanhã não ter com que alimentar a família. Este medo paralisa (SARAMAGO, 2010, p. 310).

De acordo com Saramago, o medo do desemprego, inclusive, solapa as tentativas de resistência, minando a atuação política mais combativa. Para ele, há, em decorrência disso, um esgotamento do “espírito de militância que durante gerações caracterizou a classe operária” (SARAMAGO, 2010, p. 476). Ainda nessa linha de raciocínio, Saramago diz que, polemizando com o papel dos sindicatos de hoje, que “eles não vão

muito além de pedir meio por cento de aumento salarial, enquanto as multinacionais tomam conta de tudo” (SARAMAGO, 2010, p. 431).

Na fala de Ricardo Antunes,

As formas mais estáveis de emprego, herdadas do fordismo, foram desmontadas e substituídas pelas formas flexibilizadas, terceirizadas, do que resultou um mundo do trabalho totalmente desregulamentado, um desemprego maciço, além da implantação de reformas legislativas nas relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 2003, p. 76).

No esteio do neoliberalismo, há, segundo Antunes, uma pressão do grande capital que tende a forçar os governos para flexibilizar e abrir mão dos direitos do trabalho, o que, em verdade, significa nada mais do que precarizar estes direitos, intensificando a extração da mais valia e aumentando ainda mais a informalidade. Daí haver um alinhamento na relação entre as grandes corporações e os governos, entre o Estado Restrito e o Estado Amplo.

Em “*A era do globalismo*”, Otávio Ianni lembra que:

O neoliberalismo articula prática e ideologicamente os interesses dos grupos, classes e blocos de poder organizados em âmbito mundial; com ramificações, agências ou sucursais em âmbito regional, nacional e até mesmo local, quando necessário. As estruturas mundiais de poder, tais como as corporações transnacionais e as organizações multilaterais, com frequência agem de modo concertado ou consensual. E contam habitualmente com a colaboração ativa dos governos dos países dominantes no sistema capitalista mundial (IANNI, 2007, p.218).

Conforme diz o autor supracitado, as corporações transcendem as fronteiras dos estados nacionais, influenciando e determinando técnicas de produção e relações de trabalho, impondo criteriosamente gostos de classe e agindo decisivamente dentro da esfera governamental, tendo em vista fundamentalmente a garantia permanente dos interesses privatistas e da reprodução ampliada do capital. O próprio José Saramago endossa esse pensamento. Em entrevista, o escritor português diz que “Não são os políticos que governam o mundo. Os lugares de poder, além de serem supranacionais, multinacionais, são invisíveis” (SARAMAGO, 2010, p. 19). Em outra ocasião, o autor

diz que “A globalização econômica é um eufemismo para acobertar o sistema político que vem sendo imposto pelas grandes multinacionais: o capitalismo autoritário” (SARAMAGO, 2010, p. 431).

Ainda de acordo com Ianni,

a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais, entre outros desenvolvimentos da globalização do capitalismo, tudo isso institui e expande as bases sociais e as polarizações de interesse que se expressam no neoliberalismo. São muitas e evidentes as interpretações, as propostas e as reivindicações que se sintetizam na ideologia neoliberal: reforma do estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. Esses e outros objetivos e meios inspirados no neoliberalismo impregnam tanto as práticas das empresas, corporações e conglomerados como as práticas de governos nacionais e organizações multilaterais (IANNI, 2007, p. 218).

Em entrevista de dezessete de junho de 1998, Saramago desconstrói a falsa democracia burguesa, evidenciando o predomínio tirânico das grandes corporações no controle político da sociedade:

O problema é que continuamos a chamar de democracia uma coisa que já não o é. Quer dizer, se vivemos em um mundo onde a democracia política não caminha junto com uma democracia econômica, então o que nós temos não é uma democracia. Vejamos: quem são os que mandam no planeta? São os ministros? Os presidentes? Não senhor, quem manda no mundo são os senhores Georges Soros, Bill Gates e as grandes corporações financeiras mundiais. A General Motors ou a Coca-Cola, por exemplo, não se submetem ao voto popular. Então, por que continuamos a falar de democracia? Se o poder está em outro nível, e os poderes econômicos e financeiros privilegiam, acima de tudo, as suas especulações, como podemos continuar falando em democracia? A democracia é algo que está fora das preocupações daqueles que realmente mandam neste mundo. Mais uma vez, precisamos ter um ponto de vista crítico, para não falar mais em democracia nesses termos (SARAMAGO, 2010, p. 386-387).

Segundo João Bernardo, o controle empresarial e a regulação sobre a produção e o consumo é desprovido de limites fixados pela sociedade, ou seja, não há uma procura voluntária e independente por valores de uso. Bem ao contrário, há uma sujeição do valor de uso ao valor de troca que garante invariavelmente o completo domínio

empresarial. Dessa forma, “em vez de representar o modelo de uma democracia assente na competição de uma multiplicidade de elementos reciprocamente independentes, o mercado representa o totalitarismo empresarial” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 76).

Como o próprio Saramago chamou atenção em uma declaração sua, “estamos nas mãos de corporações desenfreadas que não têm outra idéia em mente que não seja o lucro rápido e a exploração destruidora” (SARAMAGO, 2010, p. 465). É sob esse contexto que vive o protagonista de *A caverna*, Cipriano Algor. Todo o universo relacionado ao trabalho tradicional e provinciano – que por vezes flerta com o bucolismo naturalista e rural – em que vive é arruinado, decomposto e desmantelado diante dos avanços tecnológicos e científicos promovido pela reengenharia produtiva nas mãos do grande capital. Não há espaço para as raízes tradicionais e para o trabalho simples e artesanal em face da reprodução ampliada dos produtos oriundo da grande empresa moderna. A lógica corporativa, balizada pelos ditames da produção flexível, aniquila de forma brutal a existência do ofício tradicional.

Não obstante, balizado pela figura do oleiro saramaguiano em *A caverna*, é forçoso apresentar os fatores históricos de transição que acarretaram a submissão do trabalho artesanal à grande empresa capitalista, a fim de compreender os processos de controle que a mesma exerce sobre o trabalho. O capitalismo monopolista, conforme apresenta Braverman, submete a totalidade das necessidades sociais ao mercado, redirecionamento o comportamento de indivíduos e famílias de acordo com as necessidades de reprodução do capital.

Segundo ele, enquanto vigorou o capitalismo industrial, a família e a produção domiciliar tinha um papel essencial no processo produtivo. Havia um senso de pertencimento comunitário e atribuição de sentido socialmente relevante ao trabalho. “A

família era a unidade econômica, e todo o sistema de produção baseava-se nela” (BRAVERMAN, 1987, p. 232). Braverman ilustra o caso americano, em que a produção mercantil enfrentou obstáculos ao seu desenvolvimento, visto que a grande maioria da população residia em pequenas comunidades ou fazendas:

Nas fazendas norte-americanas, por exemplo, muito do trabalho de construção (exceto sua estrutura básica, como era norma) era feito sem recorrer ao mercado, como era o caso de inúmeras utilidades domésticas. A produção de alimentos, inclusive cultivo de cereais e criação de gado, assim como o preparo desses produtos para consumo doméstico constituía atividade diária da família rural, e em grande grau o mesmo acontecia com a produção domiciliar de roupas. O agricultor, sua mulher e filhos dividiam entre si tarefas tais como as de fazer vassouras, colchões, sabão, carpintaria e pequenos trabalhos em metal, curtumaria, fermentação e destilação, manufatura de arreios, desnatação e fabricação de queijos, pensamento e fervura de suco para melaços, corte de moirões e ripas para cercas, panificação, compotas e às vezes até mesmo fiação e tecelagem. Muitas dessas atividades rurais continuaram como o modo natural de vida da família, mesmo após os inícios da urbanização e transferência do emprego da fazenda para a fábrica ou demais locais de trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 232).

A citação exemplifica bem o caso da família Algor, na obra saramaguiana. Sem repisar desnecessariamente o que já foi mencionado no primeiro capítulo, vale a pena reforçar que há uma resistência na alteração do modo de vida tradicional e no trabalho familiar. Mesmo após a necessária mudança dos Algores para o Centro Comercial, a referência identitária permanece no vínculo com a olaria pela família Algor, o que fica claro na fala de Marta Algor ao pai: “Morar no Centro, como o Marçal explicou, com muita clareza, não é um desterro, as pessoas não estão lá encarceradas, são livres de sair quando quiserem, passar o dia todo na cidade ou no campo e voltar à noite” (SARAMAGO, 2000, p. 284).

Em outro trecho da obra, consciente do sentido vital que o trabalho assume como atividade para o sogro, Marçal Gacho adverte a esposa sobre a relação indissociável que o oleiro tem com seu ofício:

Neste momento, o mais importante para o teu pai é o trabalho que faz, não a utilidade que tenha, se lhe tirares o trabalho, tirar-lhe-às, de certa maneira, uma razão do viver, e se lhe disseres que o que ele está a fazer não serve para

nada, o mais provável, mesmo que a evidência do facto lhe esteja a rebentar os olhos, será não acreditar, simplesmente por não poder (p. 232).

O capitalismo industrial foi progressivamente minando o papel da família, da atividade produtiva “caseira”, manual, voltada para o auto-sustento. Para Braverman, “com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, veio a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção, a principal das quais é que eles agora pagam tributo ao capital e servem assim para ampliá-lo” (BRAVERMAN, 1987, p. 234). Essa transição ocorreu por meio de uma série de causas conectadas entre si. A começar pela expansão das relações urbanas e o alargamento da sociabilidade nas cidades solaparam as condições que possibilitavam a permanência de um modo de vida antigo.

O trabalho de Cipriano Algor pode ser remetido aos sistemas de trabalho por contrato das primeiras fases do capitalismo industrial. À época, os sistemas se baseavam em subcontratantes intermediários que efetuavam o controle do pagamento por peça:

No início, o capitalista utiliza o trabalho tal como lhe vem das formas anteriores de produção, executando os processos de trabalho tal qual eram executados antes. Os trabalhadores já estão adestrados nas artes tradicionais da indústria anteriormente praticada na produção feudal e no artesanato das guildas. Fiandeiros, tecelões, vidreiros, oleiros, ferreiros, latoeiros, serralheiros, marceneiros, moleiros, padeiros e outros continuam a exercer no emprego capitalista os ofícios produtivos que executavam como diaristas nas guildas e como artesãos independentes. Essas primeiras oficinas eram simplesmente aglomerações de pequenas unidades de produção, refletindo pouca mudança quanto aos métodos tradicionais, de modo que o trabalho permanecia sob imediato controle dos produtores, nos quais estavam encarnados o conhecimento tradicional e as perícias de seus ofícios (BRAVERMAN, 1987, p. 61).

Os sistemas de trabalho domiciliar e de subcontratação representaram, desse modo, até o final do século XIX, uma fase de transição “durante a qual o capitalista não havia ainda assumido a função essencial de direção no capitalismo industrial e o controle sobre o processo de trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 64). As irregularidades na produção, oriundas da frequente oscilação no tempo de fabrico entre um artigo e outro,

assim como a falta de controle na qualidade das mercadorias contribuíram para o desgaste do sistema de trabalho domiciliar.

Sob o ponto de vista do capital, o valor-trabalho das habilidades manuais é hierarquicamente rebaixado em favor das qualificações intelectuais e de comando, como os cargos de gestão e administração da produção, por exemplo. Há uma proletarização do artesão e de seu trabalho. Na fala de Poulantzas, “o papel principal da escola capitalista não é ‘qualificar’ diferentemente o trabalho manual e intelectual, é, bem mais, desqualificar o trabalho manual, (sujeita-lo) qualificando apenas o trabalho intelectual” (POULANTZAS, 1977, p. 289). Excetuando-se o trabalho sob a égide do toyotismo, que promoveu a intensificação da exploração conjugando trabalho manual e intelectual, o capitalismo tendeu historicamente a depreciar o trabalho manual em termos de valor.

Além de tudo, o trabalho domiciliar é impraticável economicamente para o capital, já que a produção serializada, o trabalho assalariado e a intensificação da exploração por meio da mecanização – e por conseguinte, da obtenção de mais-valia relativa – reduz os custos dos artigos produzidos. Não obstante, outros fatores contribuem para o enfraquecimento do trabalho domiciliar:

A pressão do costume social, sobretudo sobre a geração mais jovem alternadamente pelo estilo, moda, publicidade e processos educacionais (tudo isto que transforma o “feito em casa” em menosprezo e o “fabricado” ou “comprado fora” em vanglória); a deterioração das especialidades (junto com a disponibilidade de materiais); e a poderosa necessidade de cada membro da família de uma renda independente, que é um dos sentimentos mais fortes instilados pela transformação da sociedade em um gigantesco mercado de trabalho e artigos, uma vez que a fonte de *status* já não é mais a capacidade de fazer coisas, mas simplesmente a capacidade de compra-las (BRAVERMAN, 1987, p. 235).

O trabalho a domicílio tornou-se também inviável do ponto de vista estritamente econômico, já que com o trabalho assalariado há uma desvalorização dos produtos manufaturados. Neste sentido, a capacidade laborativa do artesão é largamente

minimizada perante o poder econômico do grande capital. Com o advento da produção serializada – destacando aqui as introduções efetuadas pelo taylorismo/fordismo na cadeia produtiva – e o barateamento da produção de mercadorias, a destreza e a habilidade pessoal do artesão perderam força diante da gigantesca força produtiva industrial.

Em outra entrevista, Saramago aponta de forma lúcida a ascensão inevitável dos Centros comerciais em detrimento do pequeno comércio e do ofício tradicional, remetendo ao panorama ficcional apresentado em *A caverna*:

Não são apenas as pequenas livrarias que estão acabando, mas todo o pequeno comércio. O que se quer? Que as pessoas se solidarizem com o pequeno comércio? Não, as pessoas agem de acordo com seus interesses, elas encontram tudo no centro comercial, compram no centro comercial. O que não se diz é que no centro comercial não é preciso falar, ao contrário do que ocorre nas lojas, você pega o que precisa, paga e vai embora. É preciso admitir que há coisas que já não se mostram mais necessárias, e o mundo não pode virar um museu. O problema não está tanto na existência do centro comercial; tudo está é no deslocamento do poder. Quem manda são as multinacionais, e os centros comerciais são ponto de implantação de um sistema econômico, o nosso (SARAMAGO, 2010, p. 463).

Por tudo isso e objetivando a maximização dos lucros, a lógica da grande empresa massifica e serializa a produção em detrimento do que é feito a mão, por indivíduos ou pequenos grupos que desempenhem todas as etapas da divisão do trabalho. Como bem lembra Braverman, em termos de mercado, “a força de trabalho capaz de executar o processo pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada num só trabalhador” (BRAVERMAN, 1987, p. 79).

Diferentemente de sociedades mais simples e anteriores, a divisão do trabalho promovida pelo capitalismo fragmenta os processos de produção. A produção domiciliar, nesse sentido, sob a égide do capital, é um entrave na transformação desses processos. Ela impossibilita que o parcelamento das etapas do trabalho se desenvolva plenamente, e, em consequência, que exista o controle desejável pelo capitalista de toda

a produção. Como diz Braverman, “ao destruir o ofício como um processo sob o controle do trabalhador” o capitalista o “reconstitui como processo sob seu próprio controle” (BRAVERMAN, 1987, p. 76).

À época, o trabalho a domicílio, longe dos olhos do capitalista, dificultava o controle mais sistemático sob a produção, minimizando a possibilidade de aumento dos lucros, já que as horas em que o trabalhador ficava disponível não podiam ser supervisionadas longe do seu alcance. Somente com o atual estágio de desenvolvimento tecnológico e a existência de novas formas de controle, como a microeletrônica, o controle do trabalho a domicílio passou a ser eficiente.

Com o fracionamento dos ofícios e o seu conseqüente barateamento pela divisão do trabalho, há um exponencial aumento de produtividade. Com isso, mesmo que um trabalhador na manufatura seja capaz de executar todas as operações que seriam fragmentadas com a divisão do trabalho, ainda assim os custos de seu trabalho na seriam bem maiores. Por isso, via de regra, não interessa ao capital quanta perícia e subjetividade é empregada na produção de um artigo na sua totalidade.

O personagem saramaguiano de *A caverna*, nesse sentido, representa uma rara categoria de trabalhadores, à mercê das grandes corporações. A produção em larga escala possibilitou uma incomparável acumulação de capital à medida que o capitalismo industrial foi se desenvolvendo por meio da mecanização, aniquilando o ofício tradicional ao mesmo tempo em que trazia para as fábricas uma gama de trabalhadores de origem diversa, subdivididos em especialidades produtivas, em operações parcializadas. O resultado é o máximo de ganho e a precarização cada vez maior da classe trabalhadora. Como lembra Marx,

Quando a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos, e o capitalista procura explorar ao máximo

essa lua-de-mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho (MARX, 2003, p. 464).

Braverman expõe como a destruição do ofício tradicional culminou com o monopólio da classe capitalista da atividade laboral, mas também com a sua privação da capacidade de concepção, de elaboração e do conhecimento técnico-científico.

Assim como o ofício é destruído e cada vez mais esvaziado de seu conteúdo tradicional, os restantes vínculos, já tênues e enfraquecidos, entre a população trabalhadora e a ciência, estão quase que completamente rompidos. Esta relação era, no passado, feita principalmente através do oficial ou do artesão na classe trabalhadora, e nos primeiros períodos do capitalismo a relação era perfeitamente íntima. Antes da confirmação pela gerência de seu monopólio sobre a ciência, a profissão era o principal repositório da produção técnico-científica na sua forma então existente, e os textos de história acentuam as origens da ciência na técnica profissional (BRAVERMAN, 1987, p. 118).

A classe trabalhadora é destituída do agir e pensar na sua totalidade. Há uma cisão entre as duas esferas a partir do momento em que o controle gerencial passa a ser exercido pelo capitalista. Braverman mostra, por exemplo, que a “profissão de engenheiro é um fato relativamente recente. Antes dele, as funções conceptuais e de projeto eram de competência profissional do ofício, do mesmo modo como as funções de estimular as artes industriais mediante inovação” (BRAVERMAN, 1987, p. 118).

Foi durante o período da gerência científica que o ofício tradicional entrou em declínio, com a separação entre conhecimento e destreza no ofício. Com isso, o taylorismo aprofundou ainda mais esse abismo com o controle gerencial dos processos de produção:

O taylorismo desencadeou uma tempestade de oposição entre os sindicatos durante os primeiros anos deste século; o que é mais digno de nota sobre esta primeira oposição é que ela se concentrava não nos acessórios do sistema de Taylor, como a cronometragem e estudo do movimento, mas no seu esforço essencial para destituir os trabalhadores do conhecimento do ofício, do controle autônomo, e imposição a eles de um processo de trabalho acerebral no qual sua função é a de parafusos e alavancas (BRAVERMAN, 1987, p. 121).

À medida que aumenta a produtividade e se acentua o processo de divisão do trabalho, cresce a cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que torna ainda mais dispensável ao capital a necessidade de trabalhadores manuais no processo produtivo. Nesse contexto, a gerência científica surge com a racionalização sistemática do processo produtivo, potencializando o controle sobre a classe trabalhadora e ampliando a extração da mais-valia.

2.2 – Direção capitalista e controle do trabalho em *A caverna*

Historicamente, o controle do trabalho pela classe capitalista passou por um longo aprimoramento e refinamento, compreendendo desde os rearranjos espaciais em que a produção material se submeteu até as suas específicas formas de gestão ao longo do tempo. Sem dúvida, o controle do trabalho na história da humanidade é anterior ao desenvolvimento do modo capitalista de produção.

As grandes construções e empreendimentos da humanidade sempre necessitaram de um controle estratégico eficiente, da organização lógica e do domínio de técnicas eficientes de produção. Soma-se a isso a autoridade e direção exercida por lideranças nas mais diversas campanhas. O Coliseu em Roma, as pirâmides do Egito, a Muralha da China, as majestosas cidades gregas, aquedutos, castelos medievais e uma infinidade de obras da engenharia agruparam milhares de trabalhadores na sua construção. Assim, embora em todas elas fosse imprescindível uma direção e controle, a maioria erguia seus feitos sob “condições escravistas ou outras formas de trabalho cativo, tecnologia estacionária e ausência da necessidade capitalista de expandir cada unidade de capital empregado, e deste modo era marcadamente diferente da administração capitalista” (BRAVERMAN, 1987, p. 65).

Desse modo, grandes monumentos foram erigidos com finalidades diversas, como por exemplo, a utilização militar, a glorificação de impérios ou mesmo a utilização em eventos ritualísticos, como a fortaleza Inca de Saqsaywaman ou o templo Maia de Chichén Itzá. Somente com o modo de capitalista de produção e a necessidade de se acumular um excedente foi possível o desenvolvimento da administração gerencial da produção material.

De acordo com Braverman:

O controle sem centralização do emprego era, senão impossível, certamente muito difícil, e assim o requisito para a gerência era a reunião de trabalhadores sob um único teto. O primeiro efeito de tal mudança era impor aos trabalhadores horas regulares de trabalho, em contraste com o ritmo auto-imposto que incluía muitas interrupções, meio-expedientes e feriados, e em geral impedia a extensão da jornada de trabalho para fins de produzir um excedente nas condições técnicas então existentes (BRAVERMAN, 1987, p. 66).

Para Marx, a aglomeração dos trabalhadores em certo espaço físico significava, além da ampliação da eficácia na produção, a eliminação de custos dispensáveis. Sobretudo, como lembra Marx, a demarcação espacial e a concentração da produção representava uma eficiente forma de controle do trabalho:

Vimos de início que o comando do capital sobre o trabalho era a consequência formal de o trabalhador trabalhar não para si mesmo, mas para o capitalista e, portanto, sob seu controle. Com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha (MARX, 2003, p. 383).

A empresa, espaço em que a produção material é orquestrada, é também o local em que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista se manifestam de forma aguda. Inicialmente, ela é o lugar em que é possível a larga expansão do capital por intermédio da maior exploração possível da força de trabalho. Não obstante, tal feito só é possível mediante um controle eficiente. No dizer de Marx:

Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados, cresce sua resistência, e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social, e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de se controlar adequadamente a aplicação desses meios (MARX, 2003, p. 384).

Ainda no dizer de Marx, em qualquer trabalho social há a necessidade de um direcionamento que garanta o perfeito equilíbrio entre as atividades individuais e o desempenho geral no processo produtivo. Para ele, “um violinista isolado comanda a si mesmo; uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar, assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo” (MARX, 2003, p. 384). Com a separação do trabalhador dos meios materiais de produção, apropriados pelo capitalista, aumenta a necessidade de um efetivo controle desses meios.

No primeiro volume de *O Capital*, Marx analisa a relação despótica que a direção capitalista assume. À medida que o acúmulo de capital cresce vertiginosamente, desprendendo-se da necessidade do trabalho manual,

o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a um tipo especial de assalariados. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital. O trabalho de supervisão torna-se sua função exclusiva (MARX, 2003, p. 385).

Concordando com Marx, Braverman afirma que no capitalismo monopolista há um desprendimento entre o capital e seu proprietário individual, e o controle administrativo é cada vez mais delegado a um corpo gerencial especializado. É nesse contexto, com o crescimento exponencial das empresas e a necessidade de sistematização e aplicação da

ciência à produção que surge a gerência científica, revolucionando o controle social da produção em favor do capital.

Especialmente sob os auspícios de Taylor, a partir das últimas décadas do século XIX, houve um significativo desenvolvimento nos métodos de organização do trabalho, em que os processos de racionalização visavam à eliminação da tradição e da experiência pessoal do trabalhador na cadeia produtiva. Retirando os processos decisórios das mãos dos trabalhadores, Taylor entendia que o controle deveria necessariamente ser entregue a uma gerência especializada, responsável pela definição de cada etapa do processo de trabalho, inclusive o seu modo de execução.

Atendendo às necessidades do capital, a gerência científica procurou, sob a batuta do taylorismo, sintetizar uma série de princípios preexistentes, impondo rigorosamente à classe trabalhadora uma forma eficaz de executar o trabalho, maximizando o seu desempenho e obtendo um controle eficiente sob o trabalho alienado.

Assim, com o esgotamento do modelo atomizado e concorrencial do capitalismo e o recrudescimento da gerência científica sob os auspícios do capitalismo monopolista, o taylorismo preconizava a separação radical entre elaboração e execução, privando os trabalhadores do controle e do domínio do saber, promovendo uma completa animalização do trabalho. Para Taylor, cada operário deveria se especializar ao máximo no desempenho de sua tarefa enquanto todo o planejamento era concebido pela gerência. Assim, a gerência deveria instruir e pormenorizar a função a ser executada, delimitando o que fazer, como fazer e exatamente em quanto tempo concluir a demanda requisitada. Para Taylor:

O propósito de estudo do trabalho nunca era, em sua mente, robustecer a capacidade do trabalhador ou concentrar no trabalhador uma parcela maior do conhecimento científico, ou mesmo assegurar que, à medida que a técnica aumentasse, o trabalhador também se elevasse com ela. Antes, o objetivo era

baratear o trabalhador ao diminuir seu preparo e aumentando sua produção (BRAVERMAN, 1987, p. 107).

Além de precarizar ainda mais a classe trabalhadora com o seu barateamento, a especialização produtiva em operações parciais aumenta ainda mais a distância entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. O trabalho, sob os pressupostos do modo de produção capitalista, é profundamente aviltado, depauperado e pervertido de seu propósito fundamental, convertendo-se em simples meio para subsistência humana e não em fim. Como lembra Marx, “o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (MARX, 2004, p. 85).

Sob a égide da produção capitalista, o trabalhador se torna, mormente, uma mercadoria. Nesse sentido, ao produzir, o trabalhador é ele próprio transfigurado em mercadoria ao vender sua própria força de trabalho, ou seja, o trabalho produz a si próprio e ao trabalhador como uma mercadoria. Como elucidada Marx, enredado em uma dialética negativa, “o trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador” (MARX, 2004, p. 90).

No processo produtivo, o trabalhador é alheado do produto do seu trabalho, assim como este é para ele algo estranho, hostil, poderoso e independente no seu resultado. Nas palavras de Marx, “o ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual está o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo” (MARX, 2004, p. 86). Sendo assim, do mesmo modo em que o trabalhador estranha de si o seu ato produtivo, “apropria para o estranho a atividade não própria deste” (MARX, 2004, p. 87).

O implacável espectro gerencial reforçou o alheamento do trabalhador da produção, aumentando o controle do capital sobre trabalho, alargando o abismo social existente entre proprietários e não proprietários dos meios de produção:

O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial: cada uma delas deve ser prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada, registrada através de toda a sua duração e após conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido em papel antes e depois que adquire forma concreta. Desse modo, como o trabalho humano exige que o seu processo ocorra no cérebro e na atividade física do trabalhador, do mesmo modo agora a imagem do processo, tirada da produção para um lugar separado e grupo distinto, controla o próprio processo. A novidade disto durante o século passado residiu não na existência separada de mão e cérebro, concepção e execução, mas no rigor com o qual são divididos uma do outro, e daí por diante sempre subdivididas, de modo que a concepção seja concentrada, tanto quanto possível, em grupos cada vez mais restritos dentro da gerência ou intimamente associados com ela. Assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano (BRAVERMAN, 1987, p. 113).

O crescente distanciamento da classe trabalhadora da elaboração do trabalho e a entrega do controle da produção a um grupo particular de administradores do capital representou um vertiginoso “crescimento na escala de operações gerenciais” (BRAVERMAN, 1987, p. 222). Sobretudo, com a ascensão da gerência científica desenvolvida pelo taylorismo, foi possível, como dissemos, a separação entre proprietários e administradores do capital. Daí Tragtenberg dizer que “a corporação promove o desaparecimento da figura do proprietário” (TRAGTENBERG, 1980, p. 15).

Indo além, é possível afirmar que a partir do gerenciamento iniciado pelo taylorismo, o patrão não é mais representado pela imagem do proprietário individual, e sim por um “conjunto anônimo de administradores” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 109). Surgiu assim uma espécie de organização totalitária dos processos de gestão, em que os trabalhadores se submetiam a cadeia produtiva “porque cada um deles se

restringia a uma dada tarefa, e só a chefia conheciam os segredos da coordenação das ações particularizadas” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 109).

A partir daí, foi possível na empresa moderna uma subdivisão cada vez mais rigorosa das atividades em diversos departamentos que interagem – e muitas vezes competem – entre si. De tal modo, houve a criação de uma infinidade de setores funcionais, como, por exemplo, divisões de planejamento, divisão financeira, divisão de pesquisa e desenvolvimento, manutenção, custos de fabricação, controle, vendas, marketing, pedidos, recursos humanos, etc. Não obstante, “cada divisão da empresa assume as características de uma empresa distinta, com seu pessoal administrativo” (BRAVERMAN, 1987, p. 225).

Em *A caverna*, Saramago apresenta, sob os auspícios do guarda Marçal Gacho, a rigorosa divisão departamental e a intrincada rede de subordinações existente em uma grande empresa:

A organização do Centro fora concebida e montada segundo um modelo de estrita compartimentação das diversas atividades e funções, as quais, embora não fossem nem pudessem ser totalmente estanques, só por canais únicos, não raro difíceis de destrinchar e identificar, podiam comunicar entre si.

No livro de Saramago, quando Marçal Gacho comenta ainda com Cipriano Algor sobre a possível promoção que receberá em sua função no centro comercial, passando de guarda de segunda classe para guarda residente, é possível verificar também uma crítica ao intrincado sistema burocrático da grande empresa e a complexidade dos seus processos decisórios. No diálogo, quando Cipriano questiona a Marçal se ele tem novidades sobre a promoção, fica implícita a inquietação saramaguiana acerca da possibilidade de superação das relações burocráticas capitalistas:

Há alguma novidade sobre a tua promoção, perguntou, Nada, por enquanto, respondeu Marçal, Crês que terão mudado de ideias, Não, trata-se apenas de uma questão de trâmites, o aparelho burocrático do Centro é tão coca-bichinhos como o deste mundo cá fora, Com patrulhas da polícia a verificar

cartas de condução, apólices de seguro e certificados de saúde, É mais ou menos isso, Parece que não sabemos viver doutra maneira, Talvez não haja outra maneira de viver, O que talvez seja é demasiado tarde para haver outra maneira de viver (SARAMAGO, 2000, p. 211).

Há uma hierarquização gerencial totalitária na organização técnica do trabalho, o que Wright Mills denominou de “demiurgo administrativo”. Segundo ele:

A racionalização da estrutura da empresa, mesmo em sua cúpula, pode não estar contida na cabeça de um só indivíduo, mas estar enterrada em um sistema de contabilidade servido por dezenas de gerentes, funcionários e especialistas, em que nenhum deles sabe exatamente do que se trata ou o que isso significa. O homem que iniciou o empreendimento, se é que um dia ele existiu, desapareceu há muito tempo (WRIGHT MILLS, 1979, p. 125).

Em *A caverna*, Saramago faz uma alusão à obra *O processo*, de Franz Kafka (2006), comparando a hierarquia e os obscuros processos decisórios do Centro comercial a um tribunal, do qual não se sabe exatamente a origem do comando. Tudo está submetido ao poder da grande estrutura totalitária da corporação. No diálogo que Cipriano Algor tem com o chefe do departamento de compras do Centro, o oleiro diz esperar que o aceite da encomenda de seus bonecos de barro pelo Centro não acabe tragicamente, tal como na recusa definitiva de suas antigas louças. O chefe, no entanto, recomenda ao oleiro não sei fiar a expectativas, já que tudo na vida é passível de finitude:

Oxalá estes bonecos de agora não venham a ter a mesma sorte, Tê-la-ão mais tarde ou mais cedo, como tudo na vida, o que deixou de ter serventia deita-se fora, Incluindo as pessoas, Exactamente, incluindo as pessoas, eu próprio serei atirado fora quando já não servir, O senhor é um chefe, Sou um chefe, de facto, mas só para aqueles estão abaixo de mim, acima há outros juízes, O centro não é um tribunal, Engana-se, é um tribunal, e não conheço outro mais implacável, Na verdade, senhor, não sei por que gasta o seu precioso tempo a falar destes assuntos com um oleiro sem importância, Observo-lhe que está a repetir palavras que ouviu de mim ontem, Creio recordar que sim, mais ou menos, A razão é que há coisas que só podem ser ditas para baixo, E eu estou em baixo, Não fui eu quem lá o pôs, mas está, Ao meno ainda tenho essa utilidade, mas se a sua carreira progredir, como certamente sucederá, muitos mais irão ficar abaixo de si, Se tal acontecer, o senhor Cipriano Algor, para mim, tornar-seá invisível, Como o senhor disse há pouco, é assim a vida, É assim a vida, mas por enquanto ainda sou eu quem lhe vai assinar a encomenda (SARAMAGO, 2000, p. 130).

É possível interpretar a mensagem do chefe do Centro como a imposição hegemônica do grande capital sobre todas as esferas da vida. Assim, o Centro comercial da narrativa saramaguiana, tal como o tribunal kafkaniano, é a representação de uma

hierarquia totalitária, sobretudo do capital, que regula objetiva e subjetivamente as necessidades sociais. É a expressão da divisão em classes, do aviltamento do trabalho, da prescrição do gosto, da discriminação dos valores socialmente adequados à sua reprodução. É o desmando de quem atribui voz e sentido quando e como lhe convier.

O tribunal é a expressão orgânica do controle corporativo. Ele abarca as relações sociais em todos os níveis, tangenciando todas as dimensões do ser social, desde a tessitura às esferas moleculares e invisíveis. É o olho soberbo que avalia; a mão pesada que distingue; a mãe imperiosa que julga e acoberta o filho com o manto imperial de um poder indiscriminado; é a gabardina das determinações, cerceando a liberdade e limitando as relações pelo consumo, pelo estritamente pecuniário e reduzido ao valor de troca. Em mais uma de suas entrevistas, Saramago reforça essa concepção de totalitarismo empresarial dizendo que “estamos nas mãos de corporações desenfreadas que não têm outra ideia em mente que não seja o lucro rápido e a exploração destruidora” (SARAMAGO, 2010, p. 463).

Para Wright Mills, há uma racionalização cada vez mais determinante das funções na empresa, de cima abaixo na escala hierárquica. Segundo ele, os “quadros dirigentes de uma empresa formam uma hierarquia, graduada segundo o poder de tomar iniciativas, de planejar e executar seu próprio trabalho”, além de planejar e comandar o trabalho de outros (WRIGHT MILLS, 1979, p. 125). A gerência transcende a constituição de um corpo físico individual, abrangendo uma vasta rede hierárquica de planejamento e execução do trabalho, da qual o foco de comando é frequentemente obscuro para quem vem abaixo:

Cada nível da hierarquia depende dos níveis superiores. O gerente-geral fala com os outros gerentes, e cada um deles fala com seus assistentes e com os empregados, isto é, com aqueles que não planificam o trabalho ou tomam as decisões, mas apenas executam tarefas prescritas. Os contatos com os empregados aumentam conforme se desce na hierarquia gerencial: os altos

dirigentes em geral só falam com suas secretárias e outros gerentes; o pessoal do nível inferior tem 90% de contatos com os empregados. No vocabulário dos empregados, o “patrão” é geralmente o homem que lhes dá ordens diretas; os altos dirigentes são os “lá de cima”, inacessíveis a não ser para um pequeno círculo de iniciados (WRIGHT MILLS, 1979, p. 101).

Os gerentes seguem padrões de autoridade alinhados com os objetivos da empresa, cada qual desempenhando funções de acordo com o cargo ocupado e sua especificidade. Não obstante, toda gerência aparece como a emanção do poder do proprietário dos meios de produção. Há, como lembra João Bernardo, uma “divinização da empresa” capitalista:

O capitalista define-se como alguém que, num âmbito mais ou menos vasto, é capaz de conjugar processos de produção particulares, e definem-se como trabalhadores aqueles que estão circunscritos aos processos particulares. Só ordena quem coordenam e por mais estreito que seja o horizonte alcançado por um capataz ou um supervisor, existe uma diferença abissal entre coordenar alguma coisa e não coordenar coisa nenhuma. E assim a cultura capitalista divinizou a empresa, porque se nos alvares da sociedade burguesa Deus passara a ser concebido como o supremo arquiteto, o único a deter o plano do conjunto da criação, a sociedade gestorial atribuiu prosaicamente essas funções divinas ao chefe da empresa e justificou nesta ótica a hierarquia de comando (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 109).

Como menciona Tagtenberg, antes de tudo, a “estrutura hierárquica da empresa está marcada pelo caráter sagrado do chefe, impessoalidade organizacional e uma concepção individualista subentendida” (TRAGTENBERG, 1980, p. 19). Em passagem de *A caverna*, a filha de Cipriano Algor sugere que telefonem para o genro Marçal, até então guarda interno de segunda classe do Centro, a fim de que este consiga notícias atualizadas com seus superiores acerca dos intentos do Centro comercial em continuar ou não com a redução na compra das louças de barro. No trecho, Marta esboça um conhecimento sobre a estrutura de comando do Centro, da qual se depreende essa hierarquia:

Não é preciso estar lá dentro para perceber de que massa é feita aquela gente, julgam que têm o rei na barriga, além disso um chefe de departamento não é mais do que um mandado, cumpre ordens que lhe vêm de cima, pode até suceder que nos engane com explicações sem fundamento, só para se dar ares de figura importante (SARAMAGO, 2000, p. 35).

Há, sem dúvida, uma separação entre propriedade e gerência. No entanto, a última não diminuiu o poder do primeiro:

Os poderes ligados à propriedade são despersonalizados, indiretos e ocultos, mas não foram minimizados ou reduzidos. Não se pode falar numa revolução, do gerente ou de quaisquer outros, que tenha comprometido a legitimidade da instituição da propriedade privada. Sob as ordens dos proprietários, criou-se uma imensa e complexa burocracia de empresas comerciais e industriais. Mas o direito de controlar essa cadeia de comando, o acesso legítimo à posição de autoridade a partir da qual são dirigidas essas burocracias, pertence aos proprietários (WRIGHT MILLS, 1979, p. 121).

Segundo Tragtenberg, há uma tentativa de conciliar os interesses de acionistas, gerentes e diretores nas grandes corporações, os quais estabelecem um pacto de compromisso a favor do capital. Para ele, “cabe aos managers harmonizar os interesses dos técnicos dessas grandes empresas, integrando-os aos dos acionistas e operários” (TRAGTENBERG, 1980, p. 7). Conforme Braverman, embora exista uma separação entre propriedade e controle, “os altos administradores não são indivíduos destituídos de capital, nem são os proprietários de capital necessariamente inativos na administração” (BRAVERMAN, 1987, p. 221). Há, portanto, uma dialeticidade na relação entre ambos.

O pertencimento à classe capitalista ocorre ou pela propriedade do capital ou pela participação na sua organização e gestão. Assim, o exercício do cargo gerencial também liga-se à competência na função. Desse modo, ainda que a categoria gerencial seja frequentemente extraída do grupamento que possui o capital, ela pode surgir de “outras classes sociais, não mediante aquisição de riqueza, mas mediante cooptação de seu talento por parte da organização capitalista a que servem” (BRAVERMAN, 1987, p. 221). Porém, a despeito de os gestores apresentarem uma forte tendência à identificação com o capital, eles mesmos não deixam de pertencer à classe de trabalhadores assalariados:

Para que a ‘realização’ da mais-valia se dê é necessário que a empresa seja uma comunidade. É na fábrica cooperativa que a contradição inerente ao trabalho de controle é dirimida: o controlador é pago por seu trabalho, não é

função do capital. As sociedades por ações, separando a gerência da propriedade capitalista, o fazem para manter o modo capitalista de produção (TRAGTENBERG, 1980, p. 14).

Há uma relação de dominação ideológica no interior da grande empresa, apregoando a estratégica conciliação entre capital e trabalho. “As grandes corporações prenunciam a superação do conflito de classes, onde os trabalhadores são seus próprios capitalistas” (TRAGTENBERG, 1980, p. 15). Assim, embora historicamente o modelo de gestão da produção balizado nos princípios taylorista e fordista tenham se desgastado ao longo do curso histórico, dando lugar ao padrão de acumulação flexível do modelo toyotista, a tentativa de ajustar capital e trabalho não só permaneceu, mas ganhou contornos ainda mais drásticos e nefastos à classe trabalhadora, acentuando a exploração do trabalho e o controle ideológico do capital.

Se o controle gerencial no modelo clássico do taylorismo/fordismo ocorria por meio de uma vasta cadeia hierárquica verticalizada, em que a estrutura de comando nem sempre era clara para quem recebia as ordens, no toyotismo, o próprio trabalho tende a controlar a si mesmo em favor do capital:

A função especial de administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma organização de trabalhadores sob o controle de gerentes, assistentes de gerentes, supervisores etc. Assim, as relações de compra e venda da força de trabalho, e, em consequência, de trabalho alienado, tornou-se parte do aparelho gerencial em si mesmo (BRAVERMAN, 1987, p. 228).

Se no taylorismo a gerência tratou de retirar o trabalhador da função de planejamento e elaboração do trabalho, no toyotismo há a descentralização do controle e das operações, reorganizando administrativamente a empresa de modo a reincorporar o componente intelectual da classe trabalhadora. Assim, houve a transição de um controle gerencial verticalizado para um modelo horizontal e flexível em que a separação entre elaboração e execução, entre mãos e cérebro foi desfeita, de modo a intensificar a exploração do trabalho com a apropriação do saber do trabalhador.

O toyotismo passa então a explorar a capacidade de gestão da força de trabalho ao apropriar-se da sua intelectualidade, atribuindo a pequenos grupos de trabalhadores a missão de gerir resolver as dificuldades da produção. Como diz João Bernardo, “o toyotismo atribui aos trabalhadores que fabricam um dado artigo, ou que prestam um dado serviço, a função de fiscalizarem eles mesmos a qualidade do produto, violando um dos ditames do taylorismo clássico” (JOÃO BERNARDO, p. 85). Dessa maneira, o toyotismo coloca os trabalhadores uns contra os outros, atribuindo a responsabilidade a cada membro do grupo, que deve fiscalizar a si própria e os demais, controlando os resultados e otimizando a produção.

Entretanto, o toyotismo não rompe radicalmente com os princípios tayloristas, mas os incorpora e os desenvolve a um nível em que a exploração se intensifica ainda mais:

O toyotismo não nega o princípio de especialização formulado pelo taylorismo clássico, mas prolonga-o e supera-o porque atribui a especialização a um pequeno grupo, e dentro destes reduzidos limites pressiona os trabalhadores individuais a fazerem opções e a tomarem decisões. Em vez de representar uma união dos trabalhadores, a constituição daqueles grupos implica uma divisão maior ainda, pois se no taylorismo clássico uma fábrica como a entidade unificadora de várias centenas, quando não de muitos milhares, de operários, no toyotismo proliferam as instâncias intermediárias e cada grupo apresenta-se como o quadro unificador de meia dúzia de empregados. Nesta perspectiva, e tal como sucedeu na exploração da componente intelectual do trabalho, o toyotismo desenvolveu os princípios do taylorismo, em vez de romper com eles (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 110).

O toyotismo não só incentiva a participação voluntária do trabalhador como também a incorpora “na organização do processo de trabalho” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 85). Os trabalhadores são estimulados a contribuir no processo produtivo acerca das técnicas de produção. Para o autor, a fragmentação da classe trabalhadora, comandada por uma gestão hierarquizada no taylorismo, “não passou a ser menos estrita nem menos necessária no toyotismo” (JOÃO BERNARDO, 2004, pág. 110). Nesse sentido, a microeletrônica constitui a ferramenta ideal na fragmentação do trabalho.

Com a microeletrônica, é possível cooptar “os resultados da inteligência prática dos trabalhadores, e a automatização permite aplicar diretamente esses resultados nas operações executadas por máquinas e instrumentos” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 87). Não obstante, se a microeletrônica permite a intensificação da exploração pela apropriação do componente intelectual do trabalhador, ela também promove a abundante desqualificação de uma gama de trabalhadores:

Sem dúvida que a difusão da microeletrônica e da automatização levou um diversos setores a demissões maciças de trabalhadores. Por um lado, prescindiu-se de trabalhadores cujas qualificações, que podiam ser de nível muito elevado, já não eram úteis para a nova maquinaria instalada, enquanto que por outro lado, foram despedidos trabalhadores não qualificados cujas tarefas passaram a ser feitas pelas máquinas automáticas. Isso pôde suceder porque incluiu-se nos programas da nova maquinaria a inteligência coletiva dos trabalhadores que ela estava a substituir (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 89).

A questão da qualificação/desqualificação profissional no toyotismo é decisiva em *A caverna* ao retratar a situação vivida pelo oleiro Cipriano Algor. Vítima da mecanização, o trabalho do oleiro é sumariamente rejeitado quando os resultados do seu trabalho são facilmente substituídos pela produção automatizada e em larga escala. Assim, o componente subjetivo de seu trabalho como oleiro é eliminado em favor de um produto padrão, um modelo generalizado de objeto. A automação tipifica e serializa a matéria que a conjugação entre mãos e cérebro poderia imprimir em subjetividade e originalidade.

Em *A caverna*, o oleiro Cipriano Algor pondera a diferença existente entre pessoas e coisas, dizendo que se um vaso de barro novo pode substituir um velho, “o mesmo não acontece com as pessoas, é como se no nascimento de cada uma se partisse o molde de que saiu, por isso é que as pessoas não se repetem” (SARAMAGO, 2000, p. 62). Portanto, a serialização é a reprodução do objeto por meio da sua simulação, que somente a articulação entre a atividade física do labor e o pensar humano poderiam atribuir um sentido íntimo.

Em *A caverna*, quando Cipriano conta à filha Marta que metade de suas louças foram recusadas pelo Centro comercial, ela lhe responde evidenciando a dimensão subjetiva e o parte humana contido nas louças de barro, ao contrário dos similares industrializados:

Só me ficaram com metade do carregamento, dizem que passou a haver menos compradores para o barro, que apareceram à venda umas louças de plástico a imitar e que é isso que os clientes preferem, Não é nada que não devêssemos esperar, mais tarde ou mais cedo teria de suceder, o barro rachasse, esboicela-se, parte-se ao menor golpe, ao passo que o plástico resiste a tudo e não se queixa, A diferença está em que o barro é como as pessoas, precisa de que o tratem bem (SARAMAGO, 2000, p. 33).

A complexa teia de relações criadas no seio da grande empresa ou corporação, desde a atividade gestorial até a materialização do produto tem por objetivo final a confluência entre as “necessidades do consumidor com as da produção” (BRAVERMAN, 1987, p. 227). Em *A caverna*, a fala de Marta mais uma vez evidencia como a hierarquia da grande empresa e os interesses mercadológicos determinam os costumes sociais, o que evidencia a imposição dos padrões de consumo pelas grandes corporações, precarizando e engolindo ainda mais o pequeno comércio:

Que irá ser de nós se o Centro deixa de comprar, para quem passaremos a fabricar louça se são os gostos do Centro que determinam os gostos de toda a gente, perguntava-se Marta, não foi o chefe do departamento quem decidiu reduzir as compras a metade, a ordem veio-lhe de cima, dos superiores, de alguém para quem é indiferente que haja um oleiro a mais ou a menos no mundo, isto que sucedeu poderá ter sido apenas o primeiro passo, o segundo será deixarem definitivamente de comprar, teremos de estar preparados, mas bem gostaria eu de saber como é que uma pessoa se prepara para levar uma martelada na cabeça (SARAMAGO, 2000, p. 42).

Desse modo, a grande empresa tenciona controlar, através do consumo, a totalidade da vida social. Para isso, planeja meticulosamente a obsolência e a volatilidade da sua produção, produzindo não apenas bens de consumo, mas clientes maleáveis e dispostos a se relacionarem eles mesmos como mercadorias. É o que faz o Centro comercial em *A caverna*.

Vimos nesse capítulo a relação entre as formas históricas de controle do capital sobre o processo de trabalho, assim como os efeitos da gerência científica sobre o ofício tradicional, mostrando com há em *A caverna* uma crítica da burocratização e da hierarquização do trabalho no interior das grandes corporações. No próximo capítulo, balizado pela narrativa em *A caverna*, mostramos a analogia entre o imperioso Centro comercial e o shopping center moderno, apreendendo sobretudo a relação entre consumo, fetichismo da mercadoria e estranhamento.

CAPÍTULO III – CENTRO COMERCIAL: O VATICANO DAS MERCADORIAS

3.1 – O Centro comercial e o fetichismo da mercadoria em *A caverna*

Em *A caverna*, pode-se perceber a analogia entre o “Centro comercial” evocado por Saramago e os shoppings centers da modernidade. Na obra, Saramago apresenta uma visão das relações cotidianas, que, apesar de hiperbólica e futurística em algumas descrições, remete a temas que confluem com as análises marxistas que estabelecem relações entre a produção material, troca e consumo, assim como os impactos e desdobramentos destas relações no plano da sociabilidade, como, por exemplo, a fetichização das relações cotidianas.

Assim, guardados os exageros ficcionais sobre o Centro comercial saramaguiano, que, aliás, o próprio Saramago reconhece como uma versão exagerada do atual shopping center, a caracterização que Valquíria Padilha (2006) faz vai ao encontro das descrições feitas pelo escritor português. Tanto o Centro comercial saramaguiano como o shopping são um espaço privado de consumo individual, em que o valor de troca é o principal determinante de classe, hierarquizando e restringindo o acesso ao consumo. No dizer de Padilha, o shopping center é um templo capitalista do consumo, um espaço contraditório de lazer e segregação social, em que “os desejos, os projetos, as paixões e as relações pessoais materializam-se em objetos – e seus signos – a serem consumidos” (PADILHA, 2006, p. 111). No mesmo sentido, Saramago diz: “Em *A caverna*, não me pergunto nem me interessa quem são os donos do centro comercial (...). O que interessa é que o centro comercial simboliza um sistema cruel. Fabrica excluídos sem nenhuma piedade” (SARAMAGO, 2010, p. 309).

Se o shopping center é a catedral das mercadorias, o templo capitalista do consumo, O centro comercial de *A caverna* é o Vaticano, o correspondente supremo de um espaço que eleva o consumo e o fetiche a um nível extremo, aproximando o prazer no consumo a um êxtase quase religioso. Não é por acaso que a filha do oleiro em *A caverna* diz que “não falta quem diga que a vida no Centro é um milagre de todas as horas” (SARAMAGO, 2000, p. 233). Em outro trecho, ao contar ao chefe do departamento de compras que passará a residir no Centro comercial com sua família em breve, embora suas louças tenham sido rejeitadas, o oleiro Cipriano Algor houve atônito a comparação que o chefe faz do Centro com uma divindade autônoma. Assim, diz o oleiro:

Dentro de cinco ou seis dias estarei a residir aí, o meu genro foi promovido a guarda residente e eu virei viver com a minha filha e com ele, Alegra-me essa notícia e dou-lhe os meus parabéns, afinal o senhor é um homem de muita sorte, não se poderá queixar, acaba por ganhar tudo quando julgava que tinha perdido tudo, Não me queixo, senhor, Será caso para proclamar que o Centro escreve certo por linhas tortas, se alguma vez lhe sucede ter de tirar com uma mão, logo acode a compensar com a outra, Se bem me lembro, isso das linhas tortas e de escrever direito por elas era o que se dizia de Deus, observou Cipriano Algor, Nos tempos de hoje vai dar praticamente no mesmo, não exagerarei nada afirmando que o Centro, como perfeito distribuidor de bens materiais e espirituais que é, acabou por gerar de si mesmo e em si mesmo, por necessidade pura, algo que, ainda que isto possa chocar certas ortodoxias mais sensíveis, participa da natureza do divino, Também se distribuem lá bens espirituais, Sim, e nem pode imaginar até que ponto, os detractores do Centro, aliás cada vez menos numerosos e cada vez menos combativos, estão absolutamente cegos para o lado espiritual da nossa atividade, quando a verdade é que foi graças a ela que a vida pôde ganhar um novo sentido para milhões e milhões de pessoas que andavam por aí infelizes, frustradas, desamparadas, e isto, quer se queira quer não, acredite em mim, não foi obra da matéria vil, mas de espírito sublime (SARAMAGO, 2000, p. 292).

Há uma deificação do Centro comercial como distribuidor de alentos por meio de bens materiais e espirituais. Na fala do chefe do departamento de compras, o Centro aparece como a entidade religiosa capaz de redimir os malogros da humanidade, proporcionando felicidade e conforto por meio do consumo. Saramago aponta a questão discutida na obra em uma interessante entrevista:

Estamos construindo uma sociedade de egoístas. Se lhe dizem que o que importa é aquilo que você compra, e conforme o que você compra consideram mais ou menos, você se torna um ser que só pensa em satisfazer os seus gostos, seus desejos, nada mais. Em nenhuma faculdade existe uma cadeira de egoísmo, mas isso nem é preciso, pois a própria experiência social é que está nos tornando isso. As igrejas e as catedrais, ao longo da História,

eram os lugares onde se buscava um valor espiritual determinado. Agora os valores são adquiridos nos centros comerciais. São as catedrais do nosso tempo (SARAMAGO, 2010, p. 461).

Assim, o Centro é o demiurgo corporativo que outorga o “pão da vida”, mirando incessantemente o lucro e exaltando a primazia do valor de troca sobre o valor de uso.

Ele é o canal em que se prolifera o fetiche e o simulacro em todas as dimensões da vida, é a hóstia redentora do capital. Em outra passagem, em que Marçal Gacho e Cipriano Algor discutem sobre a estrutura física da Centro, é possível perceber a comparação com uma catedral. “No interior de uma grande catedral vazia, se levantarmos os olhos para as abóbadas, para as obras superiores, temos a impressão de que ela é mais alta do que a altura a que vemos o céu num campo aberto” (SARAMAGO, 2000, p. 259).

Em diálogo com o subchefe do Centro, Cipriano ouve atentamente que haverá um inquérito para averiguar a apetência, o interesse e o prazer obtido pelos clientes em relação à compra dos bonecos de barro fabricados por sua olaria. Assim, na fala do subchefe, o inquérito dirigido aos clientes, como uma pesquisa de satisfação, consiste em “averiguar se o valor de uso, elemento flutuante, instável, subjectivo por excelência, se situa demasiado abaixo ou demasiado acima do valor de troca” (SARAMAGO, 2000, p. 239). Vale a pena acompanhar a sequencia do diálogo, a fim de obtermos uma análise mais precisa:

E quando isso sucede, que fazem, perguntou Cipriano Algor por perguntar, ao que o subchefe respondeu em tom condescendente, Meu caro senhor, suponho que não está à espera de que eu lhe vá descobrir aqui o segredo da abelha, Sempre ouvi que o segredo da abelha não existe, que é uma mistificação, um falso mistério, uma fábula que ficou por inventar, um conto que podia ter sido e não foi, Tem razão, o segredo da abelha não existe, mas nós conhecemo-lo (SARAMAGO, 2000, p. 239).

É notório no discurso do subchefe que o carácter fetichista e simulado que a mercadoria assume sob a égide do capital é um trunfo nas relações de troca capitalistas. O segredo da abelha, tal como diz o subchefe, é o enredo insolúvel de mistificações, a

boneca russa que nunca revela o conteúdo final, é a reflexão infinita de espelhos dentro de espelhos. É um ídolo que oculta o seu vazio com a plenitude de uma divindade real e soberana, ainda que seja fantasmagórica.

Como diz Marx, “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 2001, p. 94). Ainda de acordo com Marx:

Há uma relação física entre coisas físicas. Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias.

Assim é o fetichismo da mercadoria, que oculta um demiurgo intangível, inefável, indizível, que de fato não existe, a não ser como representação enganosa que o capital insere nas suas mercadorias, uma relação abstrata entre coisas, entre produtos do trabalho que ganham vida independente, sobrelevando o valor de troca em detrimento do valor de uso. É o que, com diz o subchefe em *A caverna*, não existe, mas o Centro comercial diz conhecer.

Cipriano Algor, em sua simplicidade de oleiro, não deixa de compreender, à sua maneira, a relação mistificado e enganosa que o capital estabelece com o valor. A frase do subchefe é um profundo golpe para Cipriano Algor. Assim, Saramago introduz na obra, por meia do arrebatamento sentido pelo oleiro, a discussão sobre o valor das mercadorias:

A última frase do subchefe dava-lhe voltas na cabeça, O segredo da abelha não existe, mas nós conhecemo-lo, não existe, mas conhecemo-lo, conhecemo-lo, conhecemo-lo. Vira a cair uma máscara e percebeu que por trás dela estava outra exatamente igual, compreendia que as máscaras seguintes seriam faltalmente idênticas às que tivessem caído, é verdade que o segredo da abelha não existe, mas eles conhecem-no. Não poderia falar desta sua perturbação a Marta e Marçal porque eles não entenderiam, e não

entenderiam porque não tinham estado ali com ele, do lado de fora do balcão, a ouvir um subchefe de departamento explicar o que é valor de troca e valor de uso, possivelmente o segredo da abelha reside em criar e impulsionar no cliente estímulos e sugestões suficientes para que os valores de uso se elevem progressivamente na sua estimação, passo a que se seguirá em pouco tempo a subida dos valores de troca, imposta pela argúcia do produtor a um comprador a quem foram sendo retiradas pouco a pouco, subtilmente, as defesas interiores resultantes da consciência da sua própria personalidade, aquelas que antes, se alguma vez existiu um antes intacto, lhe proporcionaram, embora precariamente, uma certa possibilidade de resistência e autodomínio. A culpa desta laboriosa e confusa explanação é toda de Cipriano Algor, que, sendo aquilo que é, um simples oleiro sem carta de sociólogo nem preparo de economista, se atreveu, dentro da sua rústica cabeça, a correr atrás de uma ideia, acabando por se reconhecer, em resultado da falta de um vocabulário adequado e por causa das graves e patentes imprecisões na propriedade dos termos que teve de utilizar, incompetente para a transpor a uma linguagem bastante científica que talvez nos permitisse, finalmente, compreender o que ele tinha querido dizer na sua (SARAMAGO, 2000, p. 240-241).

É interessante observar, no trecho acima, o estranhamento do oleiro em face da capacidade do Centro comercial em cooptar a vontade e os desejos do consumidor por meio de um artifício, de um mascaramento da propriedade real dos objetos. Há um processo de tomada de consciência pelo oleiro do processo de estranhamento ao qual o Centro submete os seus clientes.

Em uma das placas publicitárias do Centro, pode-se ler “VOCÊ É O NOSSO MELHOR CLIENTE, MAS, POR FAVOR, NÃO O VÁ DIZER AO SEU VIZINHO” (SARAMAGO, 2000, p. 237). A frase aparenta, no pensamento do genro Marçal Gacho, como um divertimento do Centro à custa de seus clientes. Assim, após o diálogo com o subchefe, Cipriano verificou que se “consumava a cumplicidade inconsciente da cidade com o enganamento consciente que a manipulava e absorvia” (SARAMAGO, 2000, p. 241). Em seguida, a voz do narrador descreve a angustiante constatação das condições mundanas pelo oleiro Algor:

passou-lhe pela cabeça, a Cipriano Algor, a ideia de que não fora só esta manhã a perder-se, que a obscena frase do subchefe havia feito desaparecer o que restava da realidade do mundo em que aprendera e se acostumara a viver, que a partir de hoje tudo seria pouco mais que aparência, ilusão, ausência de sentido, interrogações sem resposta (SARAMAGO, 2000, p. 241 e 242).

Na obra de Saramago, há uma crítica implícita ao estranhamento humano frente à apropriação da materialidade pelo capital. Não por acaso, o escritor português diz que “um dos temas principais em qualquer literatura não superficial é o da coisificação do homem, que atinge a sua perversidade máxima na exploração de uma classe social sobre outra” (SARAMAGO, 2010, p. 346). Como lembra Marx, na dimensão do capital, todas as relações humanas são “reificadas”, “coisificadas”, e as bases ontológicas essenciais da vida são invertidas e lesionadas. Para ele, o objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem.

Para o autor, as condições degradantes e desumanizadoras do trabalho estranham o homem do seu ser genérico, isto é, o seu trabalho como atividade vital, a sua vida produtiva, aparece para ele “apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade da manutenção da existência física” (MARX, 2004, p. 84). Convém, dessa maneira, acompanhar a questão do estranhamento mais detalhadamente, a fim de se compreender melhor a discussão proposta.²

Na análise de Marx, a primazia dos sentidos, da apreciação e da fruição foi suplantada pelo estranhamento, pela banalização, debilitação e coisificação desses mesmos sentidos. Desta forma, a propriedade privada reduziu a materialidade humana à simples expressão de valores de troca, negligenciando a feição qualitativa da produção

² Na apresentação aos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Jesus Ranieri tece observações bastante oportunas acerca da similitude e distinção dos conceitos de alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) na obra de Marx. De acordo com Ranieri, alienação (*Entäusserung*) significa remeter para fora, transpor de um estágio a outro qualitativamente distinto, assim como significa, da mesma maneira, uma ação de transferência, de exteriorização, isto é, o “momento de objetivação humana no trabalho por meio de um produto resultante de sua criação”. Já o conceito de estranhamento (*Entfremdung*), ao contrário, refere-se à “objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada”. Assim, como lembra Ranieri, “a unidade *Entäusserung* e *Entfremdung* diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações (ou exteriorizações) humanas, o que, em Marx, é possível perceber pela relação de concentricidade entre as duas categorias: invariavelmente as exteriorizações (*Entäusserungen*) aparecem no interior do estranhamento, ainda que sejam inelimináveis da existência social fundada no trabalho humano” (MARX, 2004, p. 15 e 16).

material em favor da desmedida necessidade de posse. Como lembra Saramago, em entrevista, “quando a preocupação é cada vez mais ter, ter, e ter, as pessoas se preocupam cada vez menos em ser, ser e ser” (SARAMAGO, 2010, p. 458).

Com um perspicaz exame crítico, Marx também enfatiza a precedência do “ter” em oposição ao “ser”, sob a vigência da propriedade privada:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc (MARX, 2004, p. 108).

3.2 – Controle social e imposição do consumo pelas grandes corporações

Na obra de Saramago, quando o oleiro Cipriano Algor consegue que o Centro comercial lhe dê uma segunda chance de vender seus produtos, encomendando seus bonecos de barro, o chefe do departamento de compras condiciona a aceitação dos novos produtos da olaria à satisfação do consumidor:

Significa que iremos fazer uma encomenda experimental de duzentas figuras de cada modelo e que a possibilidade de novas encomendas dependerá obviamente do modo como os clientes receberem o produto, Não sei como poderei agradecer, Para o Centro, senhor Algor, o melhor agradecimento está na satisfação dos nossos clientes, se eles estão satisfeitos, isto é, se compram e continuam a comprar, nós também o estaremos, veja o que sucedeu com a sua louça, deixaram de se interessar por ela, e, como o produto, ao contrário do que tem sucedido em algumas ocasiões, não valia o trabalho e a despesa de os convencer de que estavam em erro, demos por terminada a nossa relação comercial, é muito simples, como vê (SARAMAGO , 2000, p. 211).

No trecho, observamos a subordinação da produção material às necessidades demandadas pelo mercado, em conformidade com a resposta dada pela preferência e pelo gosto do consumidor. Já na fachada do Centro comercial, como observam Marta e o oleiro Algor, é possível visualizar um gigantesco cartaz com a prédica máxima do consumo do centro, com os dizeres em letras garrafais “VENDER-LHE-ÍAMOS TUDO QUANTO VOCÊ NECESSITASSE SE NÃO PREFERÍSSEMOS QUE VOCÊ PRECISSASSE DO QUE TEMOS PARA VENDER-LHE” (SARAMAGO, 2000, pág. 282). Ocorre, desse modo, a imposição verticalizada do gosto e a criação de

necessidades demandadas pela grande empresa. Nesse sentido, os produtos da olaria Algor, isto é, tanto os bonecos como as antigas louças de barro, acabam por se tornar absolutamente anacrônicos em face dos atrativos oferecidos pelo Centro comercial.

É poder de uma corporação gigantesca, amparada por uma vasta rede de cooperação midiática a estruturar e amparar a reprodução em larga escala de bens de consumo contra a simplória tradicionalidade de produtos artesanais. Em determinada passagem, Cipriano Algor diz à filha que “estatuetas de barro não são jogos de computador nem pulseiras magnéticas, as pessoas não se empurram aos gritos de quero o meu esquimó, quero o meu assírio de barbas, quero a minha enfermeira” (SARAMAGO, 2000, pág. 284).

Sobretudo, o oleiro sente na pele o impacto da acumulação flexível e da cultura do *Just in time*. Assim, ele diz que “em matéria de prazos nunca os carpinteiros e os alfaiates foram de fiar, pelo menos era assim no mundo antigo, com o pronto-a-vestir e o faça-você-mesmo o mundo mudou muito” (SARAMAGO, 2000, p. 144). Em uma sociedade em que tudo é volátil e descartável e o clamor pelo consumo rápido e irrefletido prevalece, a produção de artigos que demanda um prazo maior, especialmente os artesanais, perde espaço consideravelmente.

Na narrativa saramaguiana em *A caverna*, o Centro Comercial é um ambiente dual em que os indivíduos convivem em um espaço de lazer e moradia, simultaneamente. Não há mais uma separação estrita entre a dimensão comercial e a residencial. É aí que reside o arrebatamento, o estranhamento provocado pela narrativa fantástica da obra. Saramago exagera e recria na literatura, de maneira futurística, o espaço dos shopping centers, a fim de evidenciar a falácia de uma democracia totalitária, que hierarquiza e segmenta os grupos sociais entre proprietários e não proprietários, seja dos meios de

produção ou dos meios de consumo. O próprio Saramago diz em entrevista que “a grande guerra será entre os que possuem bens e os que carecem de tudo” (SARAMAGO, 2010, p. 459). Em *A caverna*, Saramago descreve detalhadamente o espaço físico do Centro Comercial:

O edifício do Centro não é tão pequeno nem tão grande, satisfaz-se com exibir quarenta e oito andares acima do nível da rua, e esconder dez pisos abaixo dela. [...] salvo erro, omissão ou confusão um volume de nove milhões cento e trinta e cinco mil metros quadrados cúbicos, mais palmo menos palmo, mais ponto menos vírgula. O Centro, não há uma pessoa que não o reconheça com assombro, é realmente grande (SARAMAGO, 2000, p.101).

Completando a descrição, Saramago aponta os atrativos do local:

um centro de pequeninos, um centro de terceira idade, um túnel do amor, uma ponte suspensa, um comboio fantasma, gabinete de astrologia, uma recepção de apostas, uma carreira de tiro, um campo de golfe, um hospital de luxo, outro menos de luxuoso, um boliche, um salão de bilhar, uma bateria de maltrapilhos, um mapa gigantesco, uma porta secreta, outra com letreiro que diz experimente sensações naturais, chuva, vento, e neve à discrição, uma muralha da china, um taj-mahal, uma pirâmide do egipto, um templo de Karnak, um aqueduto das águas livres que funcionam as vinte e quatro horas do dia, um convento de mafra, uma torre dos clérigos, um fiorde, um céu de verão com nuvens brancas vogando, um lago, uma palmeira autêntica, um tiranossauro em esqueleto, outro que parece vivo, um himalaia com seu evereste, um rio amazonas com índios, uma jangada de pedra, um cristo do corcovado, um cavalo de tróia, uma cadeira elétrica, um pelotão de execução, um anjo, a tocar trombeta, um satélite de comunicação, um cometa, uma galáxia, um anão grande, um gigante pequeno, enfim uma lista a tal ponto extensa de prodígios que nem oito anos de vida ociosa bastaria para os desfrutar com proveito, mesmo tendo nascido a pessoa no Centro e não tendo saído dele nunca para o mundo exterior (SARAMAGO, 2000, p. 308).

À exemplo dos contemporâneos condomínios fechados, o Centro Comercial é, mais do que um *locus* de produção e reprodução do capital, uma “cidade de muros”, um espaço de segregação e distinção social onde as contradições de classe aparentemente se diluem em um ambiente confortável e idílico, destoando do mundo exterior, supostamente violento e inóspito. É o rearranjo arbitrário das configurações espaciais, produzindo um espaço de sociabilidade fetichizado e promovendo a fragmentação do espaço público, o que reforça as desigualdades de classe e distingue grupos sociais. Em *A caverna*, os protagonistas recebem com estranheza o ambiente residencial do Centro:

Marta disse, Estas pessoas não vêem a luz do dia quando estão em casa, As que moram nos apartamentos voltados para o interior do Centro também não, respondeu Marçal, Mas essas, como tu disseste, sempre se podem distrair com as vistas e o movimento, ao passo que estas daqui estão praticamente enclausuradas, não deve ser nada fácil viver nestes apartamentos, sem luz do sol, a respirar ar enlatado durante todo o dia, Pois olha que não falta aí quem os prefira, acham-nos muito mais cómodos, mais apetrechados de facilidades, só para dar-te alguns exemplos, todos eles têm aparelhagens de raios ultravioletas, regeneradores atmosféricos, e reguladores de temperatura e de humidade tão rigorosos que é possível ter em casa, de noite e de dia, em qualquer estação do ano, uma humidade e uma temperatura constantes, Felizmente que não nos calhou um apartamento destes, não sei se conseguiria viver muito tempo dentro dele, disse Marta (SARAMAGO, 2000, p. 278-279).

Ao investigar os condomínios fechados em São Paulo, Teresa Pires do Rio Caldeira exemplifica de maneira bastante pertinente a tentativa das classes mais abastadas de fundar um espaço privado e restrito de sociabilidade, sob a justificativa de se manter a segurança em relação ao mundo do crime. A esse respeito, Saramago diz à revista *Número* que “vivemos hoje em um mundo que Marx não conheceu, vivemos em um mundo vigiado, somos vigiados” (SARAMAGO, 2010, p. 470). A artificialidade da vida descrito no trecho citado acima de *A caverna* é semelhante à descrita por Caldeira. Segundo a autora, os condomínios são “enclaves fortificados”:

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõe as regras de inclusão e exclusão (CALDEIRA, 2000, p. 258 e 259).

Não é difícil, ancorado na análise proposta por Caldeira, compreender o Centro Comercial como um “enclave fortificado”. Assim no mesmo sentido em que descreve a

autora, o Centro saramaguiano é um espaço fortificado e privado para uso coletivo, ao mesmo tempo em que restringe o acesso a grupos específicos, distinguindo-os pelos seus componentes de classe, isto é, modo de vida, comportamento e poder aquisitivo.

De acordo com Caldeira,

os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é completado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Como lembra Caldeira, a existência dos enclaves como espaços de sociabilidade de prestígio, isto é, portadores de status, exigiram das classes altas uma mudança nos seus valores de liberdade individual e privacidade. Citando os condomínios paulistas, ela diz que “residências coletivas passaram a ser preferidas a residências individuais” (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Do mesmo modo, o Shopping center, ou Centro comercial, como é dito em alguns países, é o espaço ilusório de uma cidade dentro de outra cidade. Em *A caverna*, Marta Algor explica ao pai o ponto de vista acima:

Creio que a melhor explicação do Centro ainda seria considerá-lo como uma cidade dentro de outra cidade, Não sei se será a melhor explicação, de qualquer modo não é suficiente para que eu perceba o que há dentro do Centro, O que há é o mesmo que se encontra numa cidade qualquer, lojas, pessoas quem passam, quem compram, que conversam, que comem, que se distraem, que trabalham, Queres tu dizer, exatamente como na aldeola atrasada em que vivemos, Mais ou menos, no fundo trata-se de uma questão de tamanho, A verdade não pode ser tão simples, Suponho que há algumas verdades simples, É possível, mas não acredito que as possamos reconhecer dentro do Centro. Houve uma pausa, depois Cipriano Algor disse, E já que estamoas a falar de tamanhos, é curioso que de cada vez que olho cá de fora para o Centro tenha a impressão de que ele é maior do que a própria cidade, isto é, o Centro está dentro da cidade, mas é maior do que a cidade, sendo uma parte é maior que o todo, provavelmente será porque é mais alto que os prédios que o cercam, mais alto que qualquer prédio da cidade, provavelmente porque desde o princípio tem estado a engolir ruas, praças, quarteirões inteiros (SARAMAGO, 2000, p. 259).

O Centro comercial é a representação da imposição empresarial capitalista das grandes corporações, aglutinando e engolindo os espaços tradicionais de sociabilidade, o pequeno comércio e as formas mais provincianas de vida, privatizando e mercantilizando tudo o que envolve a composição da vida cidadina. Saramago diz em entrevista que visualizamos a morte do cidadão. Assim, “o que temos no seu lugar, e cada vez mais, é o cliente. Hoje em dia ninguém pergunta o que você pensa, mas sim que marca de carro, de roupa ou de gravata você usa e quanto ganha” (SARAMAGO, 2010, p. 373). Em consonância com Saramago, Padilha diz:

Como um espaço privado que se traveste de público para dar a ilusão aos consumidores de que se trata de uma “nova cidade”, mais bonita, mais limpa e mais segura que a “cidade real”, que pertence ao mundo de fora, o shopping center é tomado aqui como um importante complexo comercial que pretende fabricar um “novo homem”, a fim de adaptá-lo à obsessão capitalista pelo lucro (PADILHA, 2006, p. 23).

Reforçando a idéia de que o Centro comercial é a nova catedral, Saramago questiona os seus leitores sobre qual o modo de vida que se quer reproduzir, elucidando a alteração na configuração espacial urbana e na cultura de consumo vigente nos Centros comerciais:

O que se pergunta é que tipo de vida nós queremos. O único lugar público seguro que existe é o centro comercial, como antes eram o parque, a rua, a praça. Não sou saudosista, mas para entender o presente é preciso falar do passado. O centro comercial é a nova catedral e a nova universidade: ocupa o espaço da formação da mentalidade humana. Os centros comerciais são um símbolo. Nada tenho contra eles. Sou contra, sim, uma forma de ser, um espírito quase autista de consumidores obcecados pela posse de coisas. É espantosa a quantidade de coisas inúteis que se fabricam e se vendem, e o Natal é uma ocasião maravilhosa para comprovar isso (SARAMAGO, 2010, p. 463).

O Centro comercial é, sobretudo, a porta de entrada para a cultura capitalista do ócio, ele representa a tentativa de reduzir o homem a arquétipos definidos verticalmente pelas grandes empresas. No dizer de João Bernardo, “ao aceitarem as formas de lazer disponíveis no mercado, as pessoas estão a moldar-se por padrões

impostos pelas empresas e a absorver toda uma cultura decorrente de tais padrões” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 65). Ainda segundo ele:

A redução dos veículos ideológicos de massas a meios visuais e auditivos produzidos por um número muito reduzido de empresas, e a concentração urbanística dos lugares de lazer em vastos centros comerciais, que são ao mesmo tempo lugares de consumo, efetivo potencial, mostram que se atingiu uma vinculação sem precedentes da ideologia ao processo produtivo (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 65).

A questão basilar do controle permanece. Como se não bastasse a apropriação dos meios de produção e o controle do trabalho, há ainda a monopolização e a imposição dos meios de consumo pelos grupos corporativos, que demandam o que e como deve ser consumido. O que é ainda mais grave, é que os próprios “agentes da produção passaram a ser produzidos junto com os produtos que consomem, ou que desejam consumir” (JOÃO BERNANRDO, 2004, p. 66). Os padrões de consumo, dessa maneira, não são escolhidos pelo consumidor. Tenta-se então amoldá-los e refiná-los aos padrões impostos maciçamente pelas grandes empresas.

Por isso João Bernardo diz que “escolher um produto reduz-se a dar o consentimento pecuniário a uma opção que nos é imposta” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 70). Liberdade, nesse sentido, seria a possibilidade de escolha entre este ou aquele produto demandado pela “democracia do mercado”. Assim, conforme as prerrogativas dos ideólogos do mercado, “se chega ao auge da liberdade quando se leva ao máximo a padronização” (JOÃO BERNARDO, 2004, p. 74).

Não obstante, o Centro comercial é o laboratório ideológico do capital reproduzido diretamente no setor de serviços. “A ideologia, que Marx situou na superestrutura quando analisou as formas iniciais do capitalismo, é agora elaborada direta e imediatamente na infraestrutura, como um serviço entre muito outros” (JOÃO

BERNARDO, 2004, p. 65). A respeito da ideologia vigente no Centro, Saramago diz que

O centro [comercial] é um lugar de ideologia. É isso que leva as pessoas a irem ao centro comercial. Os que dizem que as ideologias acabaram, dizem, na verdade, que o que acabou foi “uma” ideologia. Não é verdade que as pessoas não tenham ideologia. Elas têm, só que é uma nova ideologia: consumir, consumir, consumir, consumir. Antes nós só comprávamos, agora nós consumimos (SARAMAGO, 2010, p. 373).

No trecho acima, o autor Saramago chama a atenção para o estranhamento por meio do consumo. A fluidez e a irreflexão no consumo representa um ponto de clivagem nas relações de troca. O padrão toyotista de acumulação acentua a fugacidade de sentido e amplifica o estranhamento entre sujeito e objeto. Há uma extrema banalização e vulgarização do objeto, que tende a perder o sentido no momento da compra. Assim, o prazer consiste não na fruição e na apropriação humana do objeto, e sim na frivolidade do consumo, no ato alienante de se apropriar e se desfazer simultaneamente do produto.

Assim, o Centro comercial, espaço em que essa lógica se reproduz, é sobretudo, o símbolo de “uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria, de uma sociedade que oferece a uma pequena parcela da população o direito a esse consumo e a esse lazer” (PADILHA, 2006, p. 180). O Centro comercial é o local de “lazer alienado”, espaço constitutivo de biografias individuais formadas e distinguidas decisivamente pelo como e quanto consomem.

Na obra de Saramago, ao descrever o espaço do Centro comercial, é notória ainda a tentativa de simulação e virtualização, neste espaço, das situações da vida. Saramago descreve, por exemplo, a simulação do ambiente sonoro de uma praia caribenha ou de uma tormenta no mar, ou mesmo aquários com peixes artificiais (SARAMAGO, 2000, p. 233). O autor aponta, dessa maneira, a desconstrução e a inversão nesses espaços das relações reais. O fetiche vivifica tudo. Em *A caverna*, Marçal Gacho lembra que até a

morte é menos notada no Centro comercial: “Morre-se, evidentemente, mas a morte nota-se menos” (SARAMAGO, 2000, p. 122). Em uma de suas entrevistas, Saramago define todas as simulações, toda a vivência moderna como uma teatralização da vida:

Um golpe de efeito genial nas sociedades modernas foi o de transformar todos nós em atores. Tudo hoje é um grande cenário: é a panaceia universal, porque fez com que todos nós ficássemos interessados em aparecer como atores. E revelamos nossa intimidade sem pudores: relatam-se misérias morais e físicas, porque pagam bem. Vivemos e um mundo que se transformou em um espetáculo de quinta categoria, em que se exhibe direto a morte, a humilhação (SARAMAGO, 2010, p. 468).

3.3 – A caverna dentro da caverna: estranhamento e fetichização da vida

Na obra de Saramago, a idéia de que tudo se transforma em espetáculo aparece quando a metáfora do mito da caverna de Platão é evocada. Em um primeiro momento, a metáfora é evocada em um sonho de Cipriano Algor. No sonho, o oleiro se encontra no interior de um grande forno em sua olaria, sentado em um banco de pedra, virado para a parede do fundo. No sonho, de modo análogo à alegoria de Platão, Cipriano ouve vozes de sombras cujos espectros correspondem ao genro e ao chefe do Centro comercial. O primeiro lhe diz que não vale a pena continuar com o fabrico das louças, pois a sua mudança para o Centro é inevitável. O segundo lhe diz para parar com a produção, pois o Centro não irá mais manter relações comerciais com a olaria. O oleiro então tenta sem sucesso se mover da posição em que se encontra, mas não consegue volver o pescoço e muito menos se levantar do banco (SARAMAGO, 2000, p. 193-197).

O sonho de Cipriano Algor é a representação do trabalho submetido à lógica estranhada do capital. O oleiro tenta resistir ao processo de subsunção de seu trabalho, mas em vão, não consegue se mover diante do poder descomunal do Centro, que engolfa e aniquila o seu labor. Longe de um devaneio onírico, a passagem é

representação da derrocada do pequeno produtor, a vitória do controle e da apropriação do trabalho nas mãos do grande capital, solapando a capacidade de movimento autônomo do oleiro.

Em um segundo momento, quando já se encontra como residente do Centro comercial, Cipriano Algor e Marçal Gacho descobrem que o Centro comercial encontrou e está a explorar uma escavação em que a alegórica caverna discutida por Platão em *A república* se encontra. Na obra de Saramago, nota-se o arrebatamento de Cipriano ao encontrar os corpos de três homens e três mulheres, ambos alinhados em um banco de pedra no interior de uma gruta, rigidamente voltados para um muro e de costas para o que parecia ser a marca de terra requeimada por uma fogueira que provavelmente ardeu por muito tempo (SARAMAGO, 2000, p. 331-334).

No episódio, Cipriano Algor questiona Marçal, indagando se o genro sabe o que está ali:

Sabes o que é aquilo, Sei, li alguma coisa em tempos, respondeu Marçal, E também sabes que o que ali está, sendo o que é, não tem realidade, não pode ser real, Sei, E contudo eu toquei com esta mão na testa de uma daquelas mulheres, as mesmas cordas a atá-los, o mesmo banco de pedra, a mesma parede em frente, Se não são os outros, uma vez que eles não existiram, quem são estes, perguntou Marçal, Não sei, mas depois de os ver fiquei a pensar que talvez o que realmente não exista seja aquilo a que damos o nome de não existência (SARAMAGO, 2000, p. 333).

Ao retornar para o apartamento, atônito pela descoberta que havia feito, Cipriano conta à filha o que viu:

Lá em baixo há seis pessoas mortas, três homens e três mulheres, Não me surpreende, era exactamente o que eu calculava, que deveria tratar-se de restos humanos, sucede com frequência nas escavações, o que não compreendo é por que foram todos estes mistérios, tanto segredo, tanta vigilância, os ossos não fogem, e não creio que roubar esses merecesse o trabalho que daria, Se tivesses descido comigo compreenderias, aliás ainda estás a tempo de ir lá abaixo, Deixe-se de ideias, Não é fácil deixar-se de ideias depois de se ter visto o que eu vi, Que foi que viu, quem são essas pessoas, Essas pessoas somos nós, disse Cipriano Algor, Que quer dizer, Que somos nós, eu, tu, o Marçal, o Centro todo, provavelmente o mundo (SARAMAGO, 2000, p. 334-335).

Ao dizer que as pessoas petrificadas encontradas na escavação, de frente para a parede e ocultadas do lume são eles próprios, o Centro e o mundo, Saramago se vale de um impressionante recurso de intertextualidade, sobrepondo uma metáfora sobre outra. Desse modo, Saramago traz à tona a alegoria da caverna de Platão a fim de problematizar a condição humana sob a vigência das relações de produção capitalistas. Para uma melhor compreensão da questão, é importante explicar como a alegoria é apresentada por um e por outro autor.

No mito de Platão há uma inversão na concepção do real, já que as sombras dos homens projetadas no muro são tomadas como a própria realidade. Por meio da interlocução de Sócrates, Platão utiliza a alegoria da caverna em alusão a ignorância e rudeza humana em face do desconhecimento da verdade. Platão divide o conhecimento entre as coisas sensíveis (*ikasia*), e o domínio das idéias (*diánoia*). Para o filósofo grego, a concepção de realidade baseado no plano das coisas sensíveis e mundanas era típica de quem não se libertou da realidade das sombras, isto é, do mundo das aparências.

Em *A caverna*, Saramago se reapropria do mito, de modo a efetuar uma analogia entre a projeção das sombras e o estranhamento produzido pelo modo capitalista de produção. Em Saramago, as sombras representam o logro, a mistificada relação que o capital estabelece com o trabalho. Quando o trabalho estranhado retira do homem o objeto de sua produção, extingue dele seus caracteres qualitativos como trabalhador, arrebatando-lhe também sua vida genérica, estranhando “seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana” (MARX, 2004, p. 85).

As relações entre homens passam a ser, tal como adverte Marx, relações entre produtos do trabalho. Por conseguinte, pode-se dizer que, ao estranhar-se do seu ser genérico, cada “homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (MARX, 2004, p. 86). Estranha-se, assim, tanto a vida genérica como a vida individual.

Marx define o processo de estranhamento em quatro etapas: O homem é estranhado do produto do seu trabalho, na medida em que lhe é subtraído o objeto de sua produção. Da mesma forma, é igualmente estranhando do processo de produção, pois é alheado também no interior da atividade produtiva. Consequentemente, acontece o estranhamento da sua vida enquanto pertencente ao gênero humano, ou seja, lhe é furtada sua objetividade real como ser genérico. Em decorrência disto, ocorre o estranhamento do homem pelo próprio homem, sintetizando, deste modo, todos os níveis de estranhamento anteriores. Enfim, resume Marx:

Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 85 e 86).

Como corolário do trabalho estranhado, tem-se necessariamente o advento da propriedade privada. Embora a propriedade privada preceda a existência do capitalismo, ela não é por si só condição suficiente para o seu surgimento. Ela é a ponte, o vínculo transformador do trabalho estranhado, por meio de sua objetivação, em propriedade privada, como sustentáculo de concretude do capital.

Para Marx, é no trabalho exteriorizado, ou melhor, estranhado, que reside à fundamentação do capital. Assim, o capital só é possível na e pela exploração do trabalho, o qual tem de ser invariavelmente estranhado. Nos dizeres de Marx, a propriedade privada resulta “do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem

exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado (MARX, 2004, p. 87)”.

Não obstante, Marx vê na superação do modo de produção capitalista a solução para a clivagem entre o ser genérico e individual. Para ele, somente em uma sociedade livre das contradições inerentes ao processo de produção capitalista o homem pode firmar-se como um ser capaz de desenvolver livremente suas aptidões. Em sua obra de maior magnitude – O Capital – Marx explicitará as condições em que, segundo a sua perspectiva, o homem poderá gozar livremente de suas potencialidades:

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 2003, p. 88).

Em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx indica o comunismo como estágio posterior ao socialismo, em que ocorre a suplantação da propriedade privada, ou, como diz, “supra-sunção da propriedade privada universal”. Não obstante, Marx não concebe esta supra-sunção tal como faz o “comunista rude”. Para este último, o objetivo não é a superação da propriedade privada, mas sim a sua consolidação em caráter universal.

Para Marx, esse tipo de comunidade “é apenas uma comunidade do trabalho e da igualdade do salário que o capital comunitário, a comunidade enquanto o capitalista universal, paga” (MARX, 2004, p. 104). Em sequência a essa afirmação, Marx constata que “a primeira supra-sunção positiva da propriedade privada, o comunismo rude, é, portanto, apenas uma forma fenomênica da infâmia da propriedade privada que quer se assentar como a coletividade universal” (MARX, 2004, p. 105).

De acordo com o filósofo alemão, o comunismo enquanto supra-sunção, ou seja, superação positiva da propriedade privada, é o resgate legítimo da essência humana pelo homem e para o homem. Por essa razão,

Trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução (MARX, 2004, p. 105).

O que o comunismo pretende, tal como Marx o apresenta em sua forma de supra-sunção positiva da propriedade privada, é restabelecer as ligações coletivas entre os homens, de tal maneira que estejam em plenas condições de desenvolver suas potencialidades individuais:

Sob o pressuposto da propriedade privada positivamente supra-sumida, o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento (e no fato de eles terem de ser este ponto de partida reside, precisamente, a necessidade histórica da propriedade privada). Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento (MARX, 2004, p. 106).

Como vimos, Marx considera impossível a existência do humanismo sob o regime capitalista. No capitalismo não há homem, justamente porque este é subjugado e confrontado com os múltiplos antagonismos entre capital e trabalho. De tal modo, a efetivação do homem é obliterada em face da antitética relação entre forças produtivas e meios de produção, assim como da divisão hierárquica do trabalho, do trabalho estranhado e da propriedade privada, e, logo, da estratificação social em classes.

Acorrentado aos grilhões do capital, o homem é despojado da condição de agente e sujeito da história, sendo subsumido pelos interesses particularistas de classe:

A classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela

classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal –, estão subsumidos na classe (MARX, 2002, p. 83).

O que Marx preconiza, ao colocar em cheque a propriedade privada, o trabalho estranhado e o próprio capital, é a humanização do homem através da objetivação de sua essência. Para isso, toma partido do comunismo como possibilidade histórica objetiva de emancipação humana:

O comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico. O comunismo é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo, mas o comunismo não é, como tal, o termo do desenvolvimento humano – a figura da sociedade humana (MARX, 2004, p. 114).

É evidente nesta passagem que o filósofo não apela à teleologia histórica ao invocar o comunismo como estágio de superação das antíteses sociais e efetivação da emancipação humana, contrariando, dessa maneira, a impertinente interpretação outorgada por uma gama considerável dos opositores de Marx e do marxismo. Ao contrário das posições teleológicas, Marx vê no comunismo o verdadeiro início da história humana, e não o fim. Para ele, o que se tem chamado de história é somente a narrativa da exploração do homem pelo homem. A verdadeira história, porém, começa com o ato emancipatório da apropriação “da obra humana para e pelo homem” (MARX, 2004, p. 108). Em uma sociedade emancipada do estranhamento, o distanciamento entre o homem e o produto do seu trabalho se esfumaça. Há, em conformidade com o viés marxiano, uma relação dialética entre sujeito e objeto. Os homens “relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo próprio e com o homem, e vice-versa (MARX, 2004, p. 109). Por conseguinte, o homem só pode interagir “humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem” (MARX, 2004, p. 109). O homem se torna ele mesmo um objeto, justamente porque o sentido deste não lhe é algo estranho e alheio, mas sim fruto da avaliação e interpretação que ficam a cargo da sua subjetividade:

O meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que os sentidos do homem social são sentidos outros que não os do não social (MARX, 2004, p. 110).

Na sociedade emancipada, portanto, os objetos exprimem uma totalidade humana de vida, pois os homens se relacionam com os objetos que “realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos seus” (MARX, 2004, p. 110). Sob o pressuposto do comunismo, cada indivíduo detém os meios de desenvolver suas potencialidades em todas as direções possíveis, tornando possível a sua liberdade no plano pessoal. No capitalismo, “a liberdade pessoal existiu apenas para os indivíduos desenvolvidos nas relações de classe dominante, e tão só na medida em que eram indivíduos desta classe” (MARX, 2002, p. 84).

De acordo com Marx, o comunismo distingue-se de todas as formações sociais anteriores por modificar e reestruturar as relações produtivas existentes, delegando o poder e o controle dos meios materiais de produção aos indivíduos unidos:

A realidade que o comunismo cria é precisamente a base objetiva para tornar impossível que essa realidade seja independente dos indivíduos, na medida, todavia, em que esta realidade não é mais do que um produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos (MARX, 2002, p. 88).

Portanto, é possível perceber a utilização da alegoria da caverna de Platão em Saramago como a representação do estranhamento e todos os níveis. Cipriano Algor e sua família, o Centro comercial e o restante do mundo estão todos submetidos ao mesmo processo de estranhamento da realidade.

Sobretudo, há um domínio político e ideológico das grandes corporações que ocultam a realidade, tal como percebe o oleiro Cipriano Algor ao se deparar com a caverna de Platão na obra de Saramago. O estranhamento e a perda de senso crítico

obnubila a real humanidade das coisas e oculta a realidade sensível em favor do simulacro, da artificialização da vida. Por isso Saramago diz:

A cultura, o sentido cultural, tem hoje muito mais que ver com o espetáculo do que com a cultura reflexiva, ponderada, que faz pensar. Tudo virou espetáculo. Todos os dias desaparecem espécies animais, vegetais, idiomas, profissões. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A cada dia há uma minoria que sabe mais e uma maioria que sabe menos. A ignorância se expande de forma espantosa. Temos um problema grave na redistribuição da riqueza. A exploração atingiu uma esquisitice diabólica. As multinacionais dominarão o mundo [...]. Não sei se são as sombras ou as imagens que ocultam de nós a realidade. Isso pode ser discutido indefinidamente, mas estamos perdendo a capacidade crítica em relação ao que acontece no mundo [...]. Estamos abandonando nossa responsabilidade de agir (SARAMAGO, 2010, p. 373).

Sob o domínio do capital, a individualidade humana é aniquilada, ou melhor, sua singularidade, sua expressão do ser individual como ser genérico é abolida. O homem é forçado a deformar seu ser genérico auto-realizador em um penoso instrumento de sobrevivência material. Para Marx, a burguesia, como artífice e representante dos interesses do capitalismo, desnuda o homem de todos os seus aspectos qualitativos ao tratá-lo como mera mercadoria, delegando todo poder e individualidade ao capital. “Na sociedade burguesa, o capital é independente e tem individualidade, enquanto que a pessoa viva é dependente e não tem individualidade” (MARX;ENGELS, 1998, p. 33).

Sobretudo, há uma desumanização pelo consumo, e Centro comercial – ou shopping center – é o espaço em que essa desumanização aparece de forma mais acentuada. “Incutiu-se em nossas mentes essa nova ideia segundo a qual, se você não consome, você não é nada. E é tão mais quanto mais for capaz de consumir” (SARAMAGO, 2010, p. 473-474).

As sombras da caverna de Saramago representam, da mesma maneira, a vulgarização do homem pela cultura do consumo. A banalização e o estranhamento da vida, assim como a prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos. A isso Saramago chamou de cultura da frivolidade:

Jamais na história da humanidade estivemos tanto em uma caverna olhando para as sombras como agora. Isso não tem tanto a ver com o domínio das imagens sobre as palavras, mas sim que estamos vivendo em meio a algo que se pode chamar de cultura da banalidade, da frivolidade, e nenhuma delas deve ser usada para isso. Há uma espécie de deserto no que se refere a ideias (SARAMAGO, 2010, p. 460).

Ao final da obra, após a descoberta da caverna no interior do Centro comercial, a família Algor decide abandonar tudo e seguir um caminho errante e desconhecido, deixando-se levar pela “corrente do que acontece” (SARAMAGO, 2000, p. 347). Assim, a família parte sem as garantias materiais que possibilitam uma vida digna – embora já não o tivessem mais –, mas vê-se livre do jugo do Centro comercial e da abjeta vivência no seu reduto. Ao pedir demissão de seu cargo do Centro, Marçal Gacho diz que não se ajustava mais ao modo de vida existente no Centro. Em diálogo com Cipriano, diz:

Tens a certeza de que foi o melhor para vocês, e Marçal responde, Não sei se foi o melhor ou o pior, fiz o que deveria, e não fui o único, também se demitiram outros dois colegas, um externo e um residente, E o Centro, como reagiram eles, Quem não se ajusta não serve e eu tinha deixado de ajustar-me (SARAMAGO, 2000, p. 346-347).

Por fim, após a furgoneta da família Algor percorrer alguns quilômetros depois de partir da região em que viviam, Marçal conta estarecido aos familiares os dizeres de um enorme anúncio colocado na fachada do Centro comercial: “BREVEMENTE, ABERTURA AO PÚBLICO DA CAVERNA DE PLATÃO, ATRACÇÃO EXCLUSIVA, ÚNICA NO MUNDO, COMPRE JÁ A SUA ENTRADA” (SARAMAGO, 2000, p. 350). A frase evidencia a capacidade do capital de se apropriar de todas as esferas da vida, transformando-as em meios de obtenção de lucro. Não obstante, o fetiche alcança todas as dimensões da vida. Tudo vira mercadoria. O capitalismo absorve e ressignifica todas as relações com o único objetivo de transformá-las em lucro.

Embora o destino dos protagonistas de *A caverna* seja incerto, Saramago também exalta a resistência e a inadequação dos Algores à lógica, ao *modus vivendi* do sistema

capitalista, e, conseqüentemente, do Centro comercial. Em seu blog “*Cadernos de Saramago*”, apresenta uma visão pessimista e catastrófica acerca do destino do mundo, oriunda das conseqüências nefastas da reprodução do capital. O escritor luso expressa todo seu repúdio e descontentamento com as atrocidades cometidas pelo sistema capitalista:

Todos os dias desaparecem espécies animais e vegetais, idiomas, ofícios. Os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Cada dia há uma minoria que sabe mais e uma minoria que sabe menos. A ignorância expande-se de forma aterradora. Temos um gravíssimo problema na redistribuição da riqueza. A exploração chegou a requintes diabólicos. As multinacionais dominam o mundo. Não sei se são as sombras ou as imagens que nos ocultam a realidade. Podemos discutir sobre o tema infinitamente, o certo é que perdemos capacidade crítica para analisar o que se passa no mundo. Daí que pareça que estamos encerrados na caverna de Platão. Abandonamos a nossa responsabilidade de pensar, de actuar. Convertemo-nos em seres inertes sem a capacidade de indignação, de inconformismo e de protesto que nos caracterizou durante muitos anos. Estamos a chegar ao fim de uma civilização e não gosto da que se anuncia. O neo-liberalismo, em minha opinião, é um novo totalitarismo disfarçado de democracia, da qual não mantém mais que as aparências. O centro comercial é o símbolo desse novo mundo. Mas há outro pequeno mundo que desaparece, o das pequenas indústrias e do artesanato. Está claro que tudo tem de morrer, mas há gente que, enquanto vive, tem a construir a sua própria felicidade, e esses são eliminados. Perdem a batalha pela sobrevivência, não suportaram viver segundo as regras do sistema. Vão-se como vencidos, mas com a dignidade intacta, simplesmente dizendo que se retiram porque não querem este mundo (SARAMAGO, 2010).

Mesmo em face do trágico, Saramago não deixa de enaltecer a pujança e a dignidade de homens que, tal como o oleiro Cipriano Algor e sua família, não se conformaram com uma existência espúria, miserável, falaciosa e fetichizada. Saramago curva-se, desse modo, diante daqueles que, como o velho oleiro, não se dobraram aos ditames do capital, nem se sujeitaram a relações coisificadas, em que as relações de troca prevalecem sobre as relações reais, e portanto, qualitativas, entre homem e homem.

Ancorado nos elementos textuais fornecidos na obra *A caverna*, problematizamos nesse capítulo, portanto, acerca do controle social das grandes corporações, especialmente no que tange às relações de troca e consumo, problematizando ainda a

questão do fetichismo da mercadoria e de como esse controle debilita e coisifica o homem, promovendo o seu estranhamento enquanto ser genérico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, ancorado na análise sociológica da obra *A caverna* de José Saramago, como a ampliação da soberania empresarial ao longo da história representa uma tentativa de totalização e controle da vida social que ultrapassa as fronteiras do Estado clássico, assim como transpõe os limites físicos e territoriais na expansão do capital.

As grandes corporações e transnacionais monopolizam grande parte da produção material humana. A sua reprodução ampliada em escala global, controlando as diretrizes do trabalho, ditando e determinando as regras de sociabilidade, assim como regulando o que e como deve ser consumido, promove uma brutal fetichização da vida, coisificando e reduzindo o homem a uma vil mercadoria.

Entretanto, se como vimos, as grandes empresas se apresentam como uma força colossal, evidenciando de fato a tendência histórica à precarização do trabalho artesanal em favor da produção ampliada e de baixo custo, é preciso ressaltar que o capitalismo nunca seguiu necessariamente uma lógica coerente e ordenada que se subordine a princípios éticos – a não serem aqueles que tangenciem e demonstrem a compatibilidade com os seus interesses pecuniários.

É necessário compreender que a irracionalidade da produção e da reprodução capitalista consiste em obter o máximo de lucro e alcançar todos os nichos de mercado possíveis, mesmo que as vias se mostrem contraditórias. Dito isso, é pertinente lembrar que o mesmo capital que historicamente descartou o trabalho artesanal o transformou, contemporaneamente, em força produtiva de artigos de luxo.

Assim, se com o taylorismo/fordismo o capitalismo alterou de maneira drástica as relações de produção ao subdividir sistematicamente o trabalho em especialidades limitadas, tomando por completo as rédeas da produção e retirando da classe

trabalhadora o controle da totalidade do processo produtivo, atualmente é ela mesma cooptada e assimilada como mão de obra altamente especializada.

Não é nosso intento aprofundar na questão aqui, desviando o foco da discussão do que foi proposto ao longo da dissertação, mas é necessário apontar para os possíveis rumos e nichos em que o trabalho artesanal, exclusivo e não serializado, pode atualmente alcançar. Em uma sociedade em que os veículos informacionais como a Internet tomaram uma proporção gigantesca, seja através de canais específicos como blogs, comunicadores instantâneos ou redes sociais, podemos dizer que os padrões definidores de identidade vêm sendo radicalmente alterados, apontando para uma busca desesperada pela singularidade e individualidade a qualquer custo.

Seguindo esse raciocínio, não é difícil visualizar que as mudanças em curso abrem a possibilidade de valorização da produção de artigos manufaturados altamente especializados como um fetiche de alto custo que reforça esse individualismo. Padilha, por exemplo, destaca a ascensão das lojas especializadas em produtos de luxo no Brasil, como a Daslu, que, entre outras mercadorias de alto valor-de-troca, comercializa desde jogos de lençóis de “algodão egípcio de mil fios com ponto ajur feito à mão por bordadeiras italianas” ou uma “toalha de mesa em organza com barra de linho bordada à mão” (PADILHA, 2006, 191).

Empresas como a Daslu, ao designarem seus produtos pelo “requinte”, pelo “apuro” e “refinamento”, sobrevalorizam e agregam um valor-de-troca exorbitante a produtos manufaturados por mão obra não raro remuneradas a baixo custo, ou seja, trabalhadores cujo labor possivelmente não recebeu a justa compensação financeira e foram, portanto, vitimados por uma intensa extração de mais valia.

Não obstante, a busca pela individualização não é atributo exclusivo das classes mais abastadas. O capital, em sua engenhosa reinventividade, se esgueira sagazmente

entre as diversas camadas do tecido social, entre o lixo e luxo, entre o maculado e o grotesco, entre o abismo e a montanha, abarcando toda a tessitura social e disseminando ideologicamente o seu viés consumista aonde quer que seja possível penetrar.

Dessa maneira, a produção de artigos manufaturados não necessariamente se volta para os consumidores de artigos luxuosos. As classes média e baixa também encampam, ao seu modo, o sonho da singularidade, da busca de si próprio por intermédio do consumo. Daí que se pode apontar um provável recrudescimento de um nicho de mercado que atende a clientes afoitos pelo que é único, exclusivo. É o advento do *hand made business*.

Encaixam-se nessa categoria, por exemplo, marceneiros, profissionais da luteria (fabricação e reparo de instrumentos musicais), artistas plásticos, prestadores de serviço em geral, etc. O importante, nesse caso, é a recombinação de sons, cores, peças e formas, permitindo que cada indivíduo tenha seu próprio “pedacinho do mundo” no objeto intencionado.

A conclusão, portanto, a despeito da nulificação do trabalho do oleiro Cipriano Algor de *A caverna*, sugere a possibilidade de um estudo posterior que dimensione essa outra perspectiva, que, como dissemos, calcada nos pressupostos da gritante busca pela individualidade, contempla a resignificação do trabalho manual dentro da lógica capitalista. De todo modo, o paradigma elucidado no final da obra de Saramago é invariável. Sob a vigência do capital, tudo vira mercadoria e é passível de transformação em lucro, mesmo que seja subversivo e avesso às próprias determinações do sistema. É o fetiche da mercadoria movendo a roda, sempre reinventada. É a polifonia alheada do capital, bailada na câmara escura, trançada e transada com objetos escusos no salão da vida.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, J. V. e BASTOS, N. A História e a construção histórica na obra de José Saramago. *Crítica Marxista*, nº 31. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2010.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BERNARDO, J. *Capital Sindicatos e Gestores*. São Paulo : Edições Vértice, 1987.

_____. *Democracia Totalitária: Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Transnacionalização do capital, e fragmentação dos trabalhadores, ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1987.

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 2ª Ed. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

- GIORDANI, M.C. *História da Grécia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IANNI, O. Sociologia e Literatura. *Primeira Versão*, v. 72. Campinas: IFCH/UNICAMP, Set. 1997.
- KAFKA, F. *O processo*. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. “Prefácio da contribuição à crítica da economia política”. In IANNI, Octavio. (org.) e FERNANDES, Florestan (coord.), *Marx* (Col. Grandes Cientistas Sociais 10 – Sociologia). Tradução de Maria Elisa Mascarenhas et al. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital*, v.1, t.1. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, (1º capítulo) / Teses de Feurbach. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica* (contra Bruno Bauer e Consortes). Tradução de Fiana Hasse Pais Brandão et AL. Lisboa: Presença, 1974.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução de Maria Lúcia Como. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

POULANTZAS, Nicos *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.

SANTOS, Dennis de Oliveira. *Sociologia da Literatura*. Revista Urutágua, Maringá, Nº 14, dez. 07/jan./fev./mar. 2008. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/014/14santos_dennis.htm>. Acesso em 26 fev. 2011.

ISSN 1519.6178

SARAMAGO, J. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. In AGUILERA, F. G. (sel. e org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VERNANT, J. e VIDAL-NAQUET, P. *Mito e tragédia na Grécia antiga I e II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.